



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1741/09	DATA: 08/10/2009
INÍCIO: 14h41min	TÉRMINO: 20h05min	DURAÇÃO: 5h24min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5h22min	PÁGINAS: 122	QUARTOS: 65

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IGNÁCIO CANO - Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro — UERJ.
JACQUELINE DE OLIVEIRA MUNIZ - Coordenadora do Grupo de Estudos em Justiça Criminal e Segurança Pública da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro.
JOSÉ MARIANO BELTRAME - Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.
CARLOS OLIVEIRA - Subsecretário Operacional da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.
ALAN TURNOWSKY - Chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro.
MÁRIO SÉRGIO DUARTE - Comandante da PM.

SUMÁRIO: Diagnóstico da situação de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Considerações sobre os métodos de prevenção à violência urbana e necessidade de reformas institucionais com vistas à eficácia no seu combate.

OBSERVAÇÕES

Diligência realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
Há falha na gravação.
Há palavras e expressões ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos desta diligência designada para o Estado do Rio de Janeiro, nos dias 8 e 9 de outubro de 2009.

Ordem do Dia. (*Falha na gravação.*) Ignacio Cano, Professor da UERJ; Dra. Jacqueline de Oliveira Muniz, Coordenadora do Grupo de Estudos em Justiça Criminal e Segurança Pública da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, sobre o tema “Métodos de prevenção à violência urbana e necessidade de reformas institucionais com vistas à eficácia no seu debate”.

Em nome de todos, quero agradecer ao Prof. Cano e também à Jacqueline, que se fizeram presentes. É de suma importância a contribuição, não apenas pela biografia, pelo histórico de ambos, mas também pelo tema que aqui tratamos.

Esta CPI, permita-me dizer, claramente procurou uma primeira etapa, que chamamos de diagnóstico, onde estamos ouvindo os especialistas e os acadêmicos nessa área, procurando, a partir daí, construir o que chamamos de foco temático para a questão da violência urbana, haja vista que o tema, como bem sabe o Deputado Biscaia e o Deputado Paulo Pimenta, é extraordinariamente vasto. Então, a contribuição dos senhores é muito bem-vinda, assim como a de todos aqueles que fazem aqui esta CPI.

Também estão presentes os Deputados Major Fábio, Domingos Dutra e Francisco Tenório. Acredito que mais alguns estarão presentes no transcorrer desta nossa audiência. Acho que o dia chuvoso e o trânsito devem ter complicado a vida de alguns deles.

Esclareço que os Parlamentares, nos termos do art. 256, § 5º, do Regimento Interno, terão o tempo de 5 minutos cada para perguntas, dispondo o interpelado, ou seja, os convidados, de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Solicito aos Parlamentares que queiram participar dos debates com os convidados que façam suas inscrições junto à Mesa.

Esclareço ao senhor expositor e à senhora expositora, como também aos Parlamentares, que a reunião está sendo gravada, para posterior transcrição, que será colocada na Internet, na Câmara, como também ficará disponível para qualquer cidadão ou cidadã que queira ter acesso à transcrição desta audiência pública. Por



isso, peço que todos falem próximos ao microfone, para que nada se perca desta nossa audiência.

Esclareço também que os expositores não poderão ser interpelados durante a sua exposição.

Passo imediatamente a palavra ao primeiro expositor, Dr. Ignacio Cano, pelo prazo inicial de 20 minutos, com flexibilidade, se o senhor precisar de um pouco mais de tempo, como também a Jacqueline, em seguida. Evidentemente, estamos aqui para aproveitar o máximo que os senhores têm a nos dar. Portanto, com a palavra o Prof. Ignacio Cano.

O SR. IGNACIO CANO - Boa tarde. Em primeiro lugar, queria agradecer o convite para estar aqui hoje e dar a nossa modesta contribuição para as reflexões sobre que políticas públicas poderiam melhorar a situação de segurança pública no País.

Em segundo lugar, queria pedir desculpas, porque fiz a minha apresentação em PowerPoint, mas a tecnologia me traiu. Então, não consigo projetar, mas me comprometo a encaminhar esta apresentação com os dados concretos, a fim de que V.Exas. não tenham de anotar os números em detalhe.

Vou fazer um breve diagnóstico da situação de segurança pública no Estado do Rio e, em seguida, vou fazer algumas considerações sobre políticas preventivas que poderiam ajudar a melhorar esse quadro.

O cenário geral, no Rio de Janeiro, está caracterizado por uma alta percepção de insegurança por parte da população, por uma incidência extremamente elevada de violência letal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Prof. Ignacio, desculpe-me interromper. De fato não há como disponibilizar o PowerPoint?

O SR. IGNACIO CANO - Não. Fiquei sem o *pen drive*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Teria alguém próximo que pudesse apanhar e trazer isso para cá?

O SR. IGNACIO CANO - Acho um pouco difícil. Talvez eu possa trazer no fim da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - No fim da tarde, então.

O SR. IGNACIO CANO - Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Está ótimo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ou amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Ou amanhã, nós vamos ficar o dia inteiro aqui.

O SR. IGNACIO CANO - Isso. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Está bom? Muito obrigado.

O SR. IGNACIO CANO - Então, uma grande percepção de insegurança por parte da população, uma incidência muito elevada de violência letal, ou seja, de homicídio, que, no entanto, não é o objetivo central da política pública até hoje, e também uma incidência elevada da criminalidade violenta, em geral, particularmente contra o patrimônio.

Ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro sofre com elevados níveis de corrupção. A resposta tradicional que o Estado tem dado a esse quadro pode ser caracterizada como (*ininteligível*), a qual me referirei mais adiante.

Os dados de homicídio divulgados no Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram o Estado do Rio em terceiro lugar no conjunto dos Estados que fornecem informação confiável, após o Espírito Santo e Pernambuco.

Dados mais recentes do Ministério da Saúde sobre taxa de homicídios de população adolescente, 12 aos 18 anos, colocam a cidade do Rio de Janeiro em terceiro lugar no País também, atrás dessa vez do Recife e de Maceió.

No Rio de Janeiro os homicídios são particularmente altos na região metropolitana, na Baixada Fluminense e em alguns outros municípios que são centros regionais do Estado, mas basicamente a Baixada Fluminense é que atinge níveis mais elevados, em ocasiões superiores a 80 por 100 mil habitantes.

Para termos uma ideia, os Estados Unidos, que são considerados um país violento entre os países industrializados, têm uma taxa aproximadamente de 6 por 100 mil. Alguns dos nossos municípios têm uma taxa de 80 por 100 mil. As taxas para a população jovem, em alguns casos, são superiores a 100 por 100 mil.

A tendência histórica dos homicídios é de um crescimento a partir dos anos 80, muito elevado até meados dos anos 90 e, a partir de 1995, há uma pequena regressão, mas moderada. E nessa década o nível se mantém aproximadamente



constante entre os 50 e 60 homicídios por 100 mil habitantes no Estado do Rio de Janeiro.

O impacto dos homicídios na população é tão severo que uma pesquisa que realizamos, com dados de 98, mostra que no Rio de Janeiro de cada 100 crianças que nascem do sexo masculino, 6,5 delas irão morrer assassinadas em algum momento da sua vida. Isso quer dizer que se você entra numa escola primária, numa turma de 30 crianças do sexo masculino, 2 vão morrer assassinadas em algum momento. É uma proporção extremamente dramática em comparação com a maior parte dos países do mundo.

Nós temos também taxas muito elevadas de roubo, sobretudo de roubo de carga, de roubo a transeuntes. Os últimos dados publicados pelo Anuário mostram isso. O Rio de Janeiro está em várias categorias de roubo, disparado em primeiro lugar na Federação. Outros crimes, como o estupro e lesão corporal, não apresentam o Rio nessa posição de destaque. Ou seja, a (*ininteligível*) do Rio são os homicídios, em primeiro lugar, e os roubos, em segundo lugar.

A proporção do gasto em segurança pública no Estado do Rio é de aproximadamente 12%. Ou seja, o Rio está entre os Estados que mais gastam, tanto em termos absolutos quanto *per capita*, em comparação com outros Estados da Federação, mas não é o Estado que mais gasta. E, paradoxalmente, contra o que as pessoas acreditam, nossa taxa de encarceramento, de novo de acordo com os dados do Anuário, é inferior a muitos outros Estados. Temos uma taxa de encarceramento de aproximadamente 200 presos para cada 100 mil habitantes, que é elevada no contexto internacional, mas não é tão alta no contexto brasileiro.

A evolução, nos últimos anos, apresenta o seguinte quadro. Em relação aos crimes violentos contra a vida, dolosos contra a vida, crimes letais, há uma estabilidade nos últimos 2 anos num patamar muito elevado. Em relação aos crimes violentos contra pessoas, não letais — lesões, estupros etc. —, há uma leve tendência ao aumento. E em relação aos crimes violentos contra o patrimônio há também uma leve tendência ao aumento nos últimos anos. Ou seja, o quadro é dramático e tende a piorar pelo menos em alguns tipos de crimes.

Nossa política tradicional de segurança pública carece de metas, carece de planejamentos e basicamente é reativa e seletiva. Ou seja, ela reage a



determinados eventos que têm grande repercussão na mídia, na sociedade e no Poder Público. O Rio sofre de ciclos nos quais ele fica chocado com a violência, não porque a violência seja maior, mas porque houve um evento de muito impacto — o Ônibus 174, o massacre da Candelária, a morte do menino João Hélio e assim por diante. Esses eventos deflagram um debate público muito intenso, às vezes, demandam política pública e, às vezes, resposta. Mas, depois de um tempo, tudo volta ao normal. E a política pública nunca é pautada com base nas taxas de incidência real, mas é pautada, sobretudo com base nesses eventos de grande repercussão. A política é fortemente militarizada e baseada fundamentalmente na repressão. As operações do aparato de segurança estão focalizadas em áreas de baixa renda, áreas onde a sociedade, de alguma forma, considera a violência — entre aspas — “tolerável”. Quando a violência, no entanto, desce para as áreas nobres da cidade, aí, sim, há uma reação social, midiática e política.

O paradigma da guerra contra o crime dá, então, prioridade às áreas carentes de periferias, onde essa política de repressão acontece com alto número de vítimas e com um escasso poder de desarticular as redes criminosas. A prioridade é sempre a luta contra o crime, contra o patrimônio ou contra o narcotráfico e nunca a luta contra o homicídio. Há uma ênfase escassa na prevenção e na investigação.

Várias pesquisas mostram que mais de 90% dos homicídios ficam impunes, porque não resultam na condenação dos autores. Muitas vezes, a própria política pública procura visibilidade. Então, por exemplo, depois do caso do Ônibus 174, que foi um caso típico de fracasso num evento de tomada de reféns, o que o Poder Público, na época, fez foi *blitze* na cidade, para que as pessoas, pelo menos, vissem a polícia atuando. Essa foi a resposta do Poder Público na época.

Essa guerra contra o crime provoca, por exemplo — vou ler aqui —, em número de vítimas em confronto com a Polícia: em outros Estados, temos 18, 42, 8, 18; em São Paulo, temos 300; no Rio de Janeiro, temos 1.107. Então, é um patamar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. IGNACIO CANO - Isso no ano de 2008, no período de um ano. A cada ano as polícias no Rio de Janeiro matam, pelo menos, mil pessoas. Na verdade, matam mais, mas registram, pelo menos, mil pessoas. Essa cifra não tem



comparação com nenhum outro lugar do mundo de que tenhamos registros confiáveis.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutor, só para acompanhar o seu raciocínio...

O SR. IGNACIO CANO - Sim?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse é número do ano de 2008, não é?

O SR. IGNACIO CANO - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor teria o número de 2006, 2007, só no Rio de Janeiro, para nós termos uma...

O SR. IGNACIO CANO - Sim. Eu tenho todos os números.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa é uma média histórica, digamos assim, em torno de mil ou mais.

O SR. IGNACIO CANO - Vou explicar, então: o registro começa em 98. Antes de 98, a Polícia, a Secretaria nem sabia quantas pessoas matavam. A morte de pessoas era considerada uma externalidade do trabalho policial, mas nem era registrada. Então, o registro começa em 98, por volta de 300 mortes por ano. Aí, desce no primeiro ano e, depois, começa a subir, sem cessar, até chegar no pico, no ano de 2007, de mais de 1.300 mortos. Em 2007, então, há uma pequena queda, 1.100. Estamos nessa patamar de 1.100. Este ano, esperamos uma pequena diminuição em função de certo desenvolvimento na cidade.

Mas, de qualquer forma, esse patamar é absolutamente incomparável com qualquer outro Estado da Federação, inclusive São Paulo, que tem mais contingente policial e mais população, e com qualquer outro país, do qual nós tenhamos registros confiáveis.

Em termos de taxa, nós temos uma taxa de 70 a 80 mortes pela Polícia, o que é uma taxa elevadíssima. Por outro lado, essa guerra contra o crime, além de provocar muitas vítimas e de não resolver o problema da insegurança, está prejudicada pela corrupção. Jovens de favelas entrevistados, por exemplo, relatavam que a guerra contra o crime é o seguinte: chega o BOPE, entra, mata várias pessoas, sai uma semana depois, e, depois, voltam os policiais de sempre, que têm um acordo com os narcotraficantes locais. Ou seja, a política gera um



elevado número de vítimas, uma insegurança muito grande para as pessoas que moram nessas regiões, inclusive muitas delas vítimas de balas perdidas, e nunca conseguem desarticular os grupos criminosos.

Quanto à distribuição de policiais, uma pesquisa que foi feita depois da chacina da Baixada comprovou que, enquanto no Rio de Janeiro e em Niterói, nós temos aproximadamente 2 policiais para cada mil habitantes, em outros Municípios da Baixada Fluminense, a taxa desce para menos de 1 policial para cada mil habitantes. Ou seja, o policiamento está dirigido, sobretudo à Capital e a Niterói, e, dentro delas, aos bairros de classe nobre, bairros turísticos, às áreas mais abastadas.

Um outro dado que confirma a gravidade do problema da corrupção no nosso Estado é o de que comparação feita alguns anos atrás com os dados da Ouvidoria da Polícia de vários Estados do Brasil, de 5 Estados do Brasil — Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo — mostra que, enquanto nos outros Estados a corrupção representa 6%, 10%, 6% e 13%, em São Paulo, do total de denúncias, no Rio de Janeiro a corrupção representa 30% do total de denúncias efetuadas à Ouvidoria.

As nossas Polícias têm um treinamento deficiente, recebem baixíssimos salários, incompatíveis com o nível de vida minimamente digno e com o custo de vida no Rio de Janeiro. O nosso sistema policial tem duas Polícias, o que provoca redundância e concorrência entre elas. E temos, de fato, duas organizações dentro de cada Polícia: uma, composta pelos oficiais, e outra, pelos soldados; uma, composta pelos delegados; outra, pelo resto dos policiais civis. Entre essas duas organizações, há grandes diferenças de salário e de poder.

Os regulamentos disciplinares que regem as nossas Polícias — e isso é extensivo ao conjunto no Brasil — são autoritários e obsoletos, muitos deles anteriores à Constituição de 1988, e submetem os praças, sobretudo, a condições fortemente autoritárias, nas quais eles perdem vários dos seus direitos básicos. Inclusive, eu vou me referir a outros Estados, porque fizemos uma pesquisa no ano passado: há Estados da Federação onde é transgressão disciplinar um policial contar para outra pessoa que ele é policial; há Estado onde é transgressão disciplinar o policial deixar a área do município onde trabalha; há muitos Estados



onde é transgressão disciplinar discutir sobre a segurança pública, divulgar informações sobre segurança pública.

Então, eu acho válido que os senhores trabalhem no Poder Legislativo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dr. Ignacio, esse é um estudo que foi feito?

O SR. IGNACIO CANO - Sim. Foi feito o ano passado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Gostaria que fosse remetido para nós esse estudo.

O SR. IGNACIO CANO - Com certeza. Esse estudo foi feito sob o financiamento da SENASP.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo.

O SR. IGNACIO CANO - Então, eu vou encaminhar. Mas eu pediria, inclusive, que fosse solicitado oficialmente à SENASP.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O.k. Eu vou solicitar. Perfeito.

O SR. IGNACIO CANO - Nossas Polícias, na verdade, trabalham na segurança pública uma pequena parte do tempo, um terço aproximadamente do tempo. Os outros dois terços trabalham na segurança privada. Isso quer dizer que a nossa segurança está privatizada. Ou seja, nós treinamos, armamos os policiais, para que eles trabalhem a maior parte do tempo na segurança privada. E os dados de que nós dispomos mostram que eles ganham mais dinheiro na segurança privada do que na pública. Em muitos Estados, isso é irregular, mas em vez de encarar a realidade e, pelo menos, regular esse segundo emprego, o que o Estado faz é olhar para o outro lado, considerar isso irregular e fechar os olhos para o fenômeno.

A segurança pública está duplamente privatizada, porque, por um lado, o aparato público dá prioridade a alguns setores, áreas nobres, áreas turísticas, áreas de classe média. Por outro lado, esses mesmos setores têm condições econômicas de contratar os serviços dos mesmos policiais na segurança privada. De forma que os cidadãos de outras regiões não têm nenhuma coisa nem outra. Observem que noutras áreas do Estado não existe essa concentração. Por exemplo, na área de saúde e educação, cidadãos de classe média, como nós, pagam os nossos impostos e financiam escola pública e hospital público, mas os nossos filhos não vão à escola pública e nós não usamos hospital público. Hospital público e escola



pública é para pessoas que não podem se dar ao luxo de contratar serviço privado. Já na segurança pública, a classe média usufrui dos serviços da segurança pública, dos quais ela é beneficiária privilegiada e, ao mesmo tempo, contrata os serviços de segurança privada. Ou seja, longe de diminuir a desigualdade, o aparato público contribui para reforçá-lo.

Temos uma resistência institucional muito grande a qualquer mudança. Nossas investigações, como eu dizia, são deficientes, nossas Polícias são acusadas de abuso de força, abuso de força letal, de tortura, e elas se focam fundamentalmente nos crimes famosos que trazem grandes repercussões. Nossas testemunhas têm medo, apesar de nos últimos anos foi criado um Programa de Proteção às Testemunhas, ainda muito tímido, e, portanto, temos muitas dificuldades para desvendar os crimes.

Nossas provas técnicas são muito modestas e tecnicamente deficientes. Se os senhores lerem, por exemplo, os relatórios dos peritos federais, sobre a raiz das mortes acontecidas, em 2007, no Alemão, esse relatório contém duas conclusões fundamentais. Em primeiro lugar, algumas dessas mortes foram, de fato, execuções sumárias e não mortes em confronto. Em segundo lugar, o que é muito importante para a política pública, esse relatório diz com clareza que nossa prova técnica do IML do Rio é absolutamente pífia e que precisa ser reformada, modernizada para que ela possa contribuir para a comprovação dos crimes. Recentemente, nós tivemos a abertura de um novo IML no Rio de Janeiro, e esperamos que isso, de fato, contribua para essa melhoria, mas precisamos de um investimento muito maior. Um perito, por exemplo, no Distrito Federal, ganha aproximadamente 10 mil reais; um perito em nosso Estado ganha mil, 1,5 mil reais. Então, com isso, acho que dá para ter uma ideia da diferença, da qualidade, da produção da prova.

Bom. Que alternativas poderíamos propor para esse quadro que nós vivemos e que é um quadro trágico, cíclico e trágico? Em primeiro lugar, uma ênfase maior na prevenção e na investigação. Nesse sentido, damos boas-vindas à ideia do PRONASCI. O PRONASCI tem problemas. Nem todo o gasto do PRONASCI está sendo feito de forma muito eficiente. Muitos Estados e Municípios não conseguem nem gastar o dinheiro do PRONASCI. Mas, de qualquer forma, a existência de um programa federal que privilegia a prevenção é uma ótima notícia no quadro de



Segurança Pública no Brasil. Em segundo lugar, nós temos, em nosso Estado, uma criação recente, a chamada Unidade de Pacificação Policial, em 4 comunidades, e há projeto de expansão. Mais uma vez, há limitações, mas nós acreditamos que esse é o modelo certo. Ou seja, policiamento permanente na área de risco, que afaste os grupos armados irregulares que mantêm a população refém, chamam-se eles narcotraficantes, milicianos ou seja lá o que for. Esse modelo, no entanto, é ainda apenas experimental, só está em 4 comunidades. E nós tivemos já vários experimentos no Rio de Janeiro. Tivemos, por exemplo, o GPAE — Grupo de Policiamento de Áreas Especiais; tivemos policiamento comunitário em Copacabana, que a própria Jacqueline estudou, no início de 1994. Então, já tivemos experimentos. O que nós precisamos não é experimento, mas justamente transformar esse novo modelo de prevenção permanente em um novo modelo de segurança pública. E transformar o confronto armado na extensão e não na regra.

Fizemos uma pesquisa sobre Pavão-Pavãozinho, uma área onde aconteceu esse GPAE, e encontramos vários fatos muito interessantes. Por exemplo: a permanência do policial no local faz com que ele tenha interesse em que essa área seja tranquila. Diferentemente do policial do BOPE que entra e sai e não volta mais em 6 meses. A permanência do policial também significa que ele começa a conhecer a população, e a população começa a conhecê-lo melhor. E aí se estabelece um controle social mútuo. Então, a população dizia coisas como: *“Agora, a gente sabe que policial é honesto e que policial não é”*. E os policiais diziam: *“Agora, a gente conhece as pessoas que moram aqui e são trabalhadoras e quais não são”*. Nós entrevistamos, inclusive, oficiais que comandavam destacamentos e perguntamos se havia mortes, se havia havido ferimentos de policiais em confronto nos últimos tempos. E eles disseram: *“Não, não houve nenhum ferimento”*. E, aí, nós perguntamos: *“Não houve confronto armado?”* Eles responderam: *“Houve confronto armado, mas, como agora nós não executamos os criminosos, eles também não têm nenhum interesse em matar a gente. Eles atiram, saem correndo, mas não há uma intenção de matar o policial, porque eles sabem que nós não temos intenção de matá-los aí”*. Então, acho que isso indica, de maneira clara, que existe uma possibilidade do que nós podemos denominar de uma desescalada.



Até agora, nós vivemos uma escalada da violência. A violência... A criminalidade ficou cada vez mais violenta, a resposta do Poder Público, por sua vez, foi cada vez mais violenta e truculenta, e os criminosos não têm mais nada a perder, porque eles sabem que vão morrer a curto prazo. Então, é possível uma política pública que incentive o contrário, que incentive uma desescalada. Ou seja, o Poder Público age com menos violência e induz, então, a que o crime aja também com menos violência. É bom lembrar, por exemplo, que o tráfico de drogas existe no mundo inteiro. Então, o objetivo não pode nem deve ser acabar com o tráfico de drogas. Meta impossível, que a própria ONU já reconheceu como impossível na sua última reunião. O objetivo deve ser o de que, mesmo a criminalidade que aconteça, aconteça com níveis de violência muito inferiores, que preservem a vida da população e a sua sensação de segurança.

As políticas sociais têm de ser articuladas, têm de ser articuladas a prevenção e a repressão, não é? E, com a presença permanente, como eu dizia antes, de policiais em áreas conflagradas, para evitar o domínio por parte dos grupos irregulares. Essa polícia, nas áreas conflagradas, tem de ser de cunho comunitário, que, pela primeira vez, tenha como objetivo proteger essas populações que moram nas favelas, e não proteger o resto da população de quem mora em favelas, o que tem sido a meta tradicional das políticas de segurança no Rio de Janeiro.

Entre outras alternativas positivas de reforma estrutural, que vou mencionar brevemente, pois acredito que a Jacqueline irá falar mais extensamente, eu poderia citar: a integração cooperativa entre as duas Polícias, ou seja, a criação de uma polícia de ciclo completo, que é uma das metas aprovadas na última Conferência Nacional de Segurança Pública; autonomia das perícias, para que elas ganhem autonomia e isenção e, ao mesmo tempo, investimento tecnológico, o que também foi aprovado na última Conferência Nacional — e existia uma lei no Rio de Janeiro que aprovava essa autonomia, no entanto essa lei não foi regulamentada e, portanto, não foi nunca aplicada.

Em terceiro lugar, os bombeiros deveriam ser desarmados, ou seja, o porte de armas deveria ser cancelado para os bombeiros. Nós temos, no Rio de Janeiro, muitos casos de bombeiros envolvidos com milícia, por exemplo, com o crime. E não



entendemos porque uma pessoa que se dedica à defesa civil, a combater fogos e emergências em defesa civil...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dr. Ignacio, só para meu conhecimento. O Corpo de Bombeiros aqui é parte integrante da Polícia Militar?

O SR. IGNACIO CANO - Não. É um corpo separado. Militar, mas separado, e tem direito ao porte de armas, que é o que nós estamos discutindo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Prof. Ignacio Cano, pela sua contribuição.

Eu vou agora passar a palavra à Dra. Jacqueline, para que também faça uso da palavra por 20 minutos. E, sendo necessário, nós poderemos ampliar esse prazo.

Em seguida, nós vamos abrir para que Parlamentares — inicialmente o Relator — possam fazer os seus questionamentos.

Com a palavra a Dra. Jacqueline. *(Pausa.)*

A SRA. JACQUELINE DE OLIVEIRA MUNIZ - Mais um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Nós esperamos, fique tranquila.

Só uma pergunta, Prof. Ignacio: o ciclo completo, a polícia de ciclo completo, foi aprovado na Conferência Nacional de Segurança?

O SR. IGNACIO CANO - De fato, há duas diretrizes opostas. Uma, a favor do ciclo completo; outra, contrária. Mas a que é a favor do ciclo completo tem o dobro dos votos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Ah!

O SR. IGNACIO CANO - ... daquela que é contrária. Então, nós podemos considerar que a Conferência, em geral, aprovou o ciclo completo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - O.k. Muito bem. Estamos *listos?*

A SRA. JACQUELINE DE OLIVEIRA MUNIZ - Um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Um pouco? Então, eu...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Prof. Ignacio, uma outra coisa que também nos chamou a atenção...



Deputado Pimenta, coloque aquela questão dos cadáveres, aproveitando que ela não começou...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Jacqueline, assim que quiser, avise. Vamos ganhar um tempinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Na realidade, Prof. Ignacio, nesta... A CPI tem feito um trabalho, nesta primeira fase — e, enquanto a Dra. Jacqueline prepara aí, pode ouvir também para entender, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nesta primeira fase, nós estamos fazendo um trabalho de diagnóstico, de nivelamento. Então, nós estamos ouvindo vários especialistas — não é? —, também ouvimos o Delegado-Geral da Polícia Federal, o PRONASCI, o Secretário Nacional de Segurança. E, esta primeira fase de diagnóstico estamos concluindo, digamos assim, com este encontro com vocês aqui, hoje e amanhã.

Uma coisa que nos chamou atenção bastante foi o fato de que nós temos vários diagnósticos, vários estudos, mas, no geral, eles não se intercomunicarem entre si. Então, se tu pegas, por exemplo, os dados lá no armário que tu citaste — não é? —, e se tu pegas o mapa da violência, não existe um entrecruzamento entre eles que te permita... Mas o que nos chamou a atenção, em especial, foi que, de 2007 para cá, o Estado do Rio de Janeiro saiu, digamos assim, da lista dos Estados com maior percentual de homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Em 2007, temos Alagoas, Pernambuco e Espírito Santo, o que foi inclusive saudado pela imprensa como um fato positivo do Rio de Janeiro. No entanto, no geral, no País, há uma tendência de redução no número de mortes computadas estatisticamente sem causas definidas. E, estranhamente, existem somente 2 Estados do País em que esta curva é ascendente. A principal delas é no Rio de Janeiro. Então, nós pulamos de uma média histórica de 10% para, em 2007, 20,9% ou seja, 21% das mortes ocorridas no Estado do Rio de Janeiro, em 2007, entraram nas estatísticas oficiais do SUS como sem causa definida.

Evidentemente, isso fez com que o número de homicídios diminuísse, mas um dos nossos objetivos aqui no Rio é tentar entender — e esse dado que tu citaste



sobre a morte por policiais pode, inclusive, nos ajudar a entender. Mas nós tínhamos em torno de 1.300, 1.200 ocorrências de mortes sem causa definida. E, em 2007, esse número pulou para mais de 3 mil. Então, os senhores já têm trabalhado esses dados, esses elementos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Deixa eu só perguntar à Dra. Jacqueline se está o.k. (*Pausa.*) Poderia deixar, então, a resposta do Prof. Ignacio para quando nós fôssemos iniciar? O.k., Pimenta?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para dar o dado mais exato, professor. Nós tínhamos, por exemplo, no Distrito Federal: 0,1% de homicídios com causa indeterminada.

O SR. IGNACIO CANO - Homicídios ou mortes?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como?

O SR. IGNACIO CANO - Será 1% de mortes?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sem causa definida.

O SR. IGNACIO CANO - Mas por causa externa ou mortes totais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Causa externa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Causa externa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Causa externa, com certeza.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pegamos, por exemplo, o Espírito Santo, 1,9; Goiás, 3,8; Maranhão, 3,3; São Paulo, em 2006, 9,1, em 2007, 9,5. É a média. Rio Grande do Sul, 7% em 2006, 6,5 em 2007; Rio Grande do Norte, 18,9, em 2006, 18,8 em 2007; Rio de Janeiro, 11,2 em 2006; 20,9 em 2007; 1.676 mortes por causa indeterminada em 2006, 3.191 mortes com causa indeterminada em 2007. Então, há um índice totalmente fora do padrão nacional, que contraria todo o aumento de investimentos em perícia. É evidente que o senhor falou algumas coisas na sua fala sobre perícia, sobre mortes por policiais que pode nos ajudar a compreender, mas é um fenômeno que nós queremos entender melhor, o que está acontecendo no Rio de Janeiro, na medida em que esses dados estão na contramão de tudo aquilo que está acontecendo no Brasil, com a exceção somente de 2 Estados — Rio e Bahia. A Bahia pulou de 13,6 para 18. São os dois que tiveram a



maior variação no País. Evidentemente, a do Rio foi maior, foi uma variação de 50,7% a mais em mortes em causa definida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito bem. O Prof. Ignacio responderá logo após, quando o Relator iniciar a sua bateria de perguntas para podermos ganhar um tempo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Eu sugeriria que a Dra. Jacqueline aguardasse mais uns 2 minutos, para que o professor comentasse esse tema, para nós não fugirmos do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Mas é porque ele depois vai fazer... Na verdade, o errado fui eu, que pedi ao Relator que colocasse essa questão. Mas, por uma questão de tempo, e como nós temos, na sequência, o Secretário Beltrame, que vai chegar aqui no horário, eu pediria que deixássemos ela falar; depois, o Relator pergunta.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Tudo bem, eu só queria reforçar para o professor essa história de morte sem causa definida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Isso.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - É homicídios?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - O.k.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Que tipo de morte? Precisamos analisar bem esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito bem. Com a palavra a Profa. Jacqueline Muniz.

A SRA. JACQUELINE DE OLIVEIRA MUNIZ - Cumprimentando o Deputado Raul Jungmann, aqui representando a Presidência da CPI da Violência Urbana, eu agradeço a todos os demais Parlamentares a oportunidade de estar mais uma vez com os senhores contribuindo com um tema que nos tem sido caro. Uma questão em que os nossos problemas são de gente grande, e o nosso acervo de reflexão ainda parece estar na adolescência.

(Segue-se exibição de imagens.)



Eu gostaria, se me permitissem, em 2 minutos, um pouco antes de introduzir a questão que vou abordar e por que vou abordá-la, falar de uma hipótese de fundo, que tem a ver tanto com os meus estudos nos últimos 15 anos sobre segurança pública, em especial as organizações de força, o sistema de segurança pública no Brasil e comparado, quanto também com a minha trajetória como gestora pública.

Em vários momentos, eu tive a oportunidade de exercer a função de Diretora da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro para implantar um processo de reforma junto com uma equipe. Em seguida, em 2002, como Coordenadora Setorial de Segurança, Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, também para retomar os projetos de reforma e reestruturação do sistema de segurança pública num outro paradigma que não o vigente. E, mais recentemente, como Diretora da SENASP, com a responsabilidade de implementar os programas que deram origem ao SUSP e serviram de base para o PRONASCI.

Então, o pouco que a minha fala se referencia como uma cientista, desde a universidade, no desafio da construção e implementação da política pública — como transformar os diagnósticos científicos que produzimos, os nossos estudos, em formulações capazes de, de fato, responderem os desafios de imediato, do cotidiano em que vivemos.

Para isso, entendendo que os senhores são Parlamentares, eu gostaria de trazer uma historinha breve, mas que me inspirou e que infelizmente ainda é pouco conhecida. Eu me refiro aos Estados Unidos. É um país federativo como nós — e essa é uma variável importante na distribuição do mandato de polícia, na distribuição da forma do exercício do poder, se ele vai ser compartilhado, redundante ou exclusivo, discussão essa que, quando ingressamos na democracia, foi colocada para debaixo do tapete. Essa hipótese que eu vou apresentar para os senhores, as políticas, no caso brasileiro, não são de segurança, são estratégias de proteção, normalmente desiguais, excludentes e vulneráveis a clientelismos, exatamente porque o mandato do principal poder do Estado em sociedades livres e plurais, que é o poder de coerção, o poder de produção de obediência ao pacto constitucional, segue em aberto como um cheque em branco, produzindo toda sorte de baixa institucionalidade, baixa regração, baixa normatividade, baixa procedimentalização, o que transforma as boas experiências no Brasil, sejam as saídas no campo da



polícia, sejam as da sociedade civil, sejam as do âmbito do Estado das outras práticas, em experimentalismos que não sobrevivem à alternância do poder.

Então, que historinha é essa? Em 1965, os Estados Unidos viviam uma crise de segurança pública como nós. Problemas graves, mitos sobre a polícia, mitos sobre o que era a prevenção, sobre o que era o patrulhamento, qual o impacto da investigação. As polícias haviam conseguido salários melhores, tecnologia e tudo o mais que se poderia ofertar, consumindo recursos substantivos do PIB. É bom lembrar que, no caso americano, são mais de 20 mil polícias — e isso não é à toa. Eles viveram uma guerra civil para evitar duas coisas que fazem mal à saúde da democracia, quando temos democracias estáveis: o monopólio do poder de polícia ou dos atores armados, sejam exércitos ou polícias, e comando civil. Então, duas coisas fundamentais que aprendemos em 200 anos, com luta, com reformas, com corrupção. Essa é a primeira coisa. E, diante desse cenário, sem ter diagnósticos substantivos, o Presidente Lyndon Johnson — isso aqui é de 1965, tem aí quarenta e tantos anos de idade, não é? — constitui uma comissão mista, com apoio do Congresso Nacional, com apoio dos Parlamentares, e desaba cerca de quase 20 bilhões de dólares para produzir diagnósticos, identificar o que funciona e o que não funciona na segurança pública. Será que os mitos de polícia, a fantasia da investigação e tudo o mais, o patrulhamento motorizado, a maximização de efetivos, a tecnologia por si mesma, a integração e tudo o mais de que hoje falamos aqui eram as questões discutidas lá. Isso mobilizou toda a sociedade civil, deu origem à Policy Foundation e aos primeiros processos de reforma do chamado profissionalismo policial, e muitas das iniciativas que nós importamos numa política de transferência, sem a sua devida contextualização.

Esse relatório que está no seu original, quer dizer, uma versão publicada, que só é possível adquirir em sebo, discutiu o crime na América, como fez o diagnóstico inicial do Prof. Ignacio, um tópico sobre narcóticos e abuso de drogas, outro sobre as questões relacionadas ao abuso das pessoas que bebem no trânsito, controle de armas, ciência e tecnologia a serviço da segurança pública e da justiça criminal, os instrumentos de pesquisa para poder implementar políticas públicas vigorosas, com mecanismos de avaliação para correção de rotas e rumos, estratégias nacionais que



envolviam desde o poder local, Municípios, os Estados, que, naquele caso, têm muito menos poder de polícia para os municípios, e a União, Governo Federal.

Muito bem. Após esses estudos, isso significou a reestruturação do sistema de segurança pública, ou, melhor, Sistema de Justiça Criminal nos Estados Unidos. É evidente que o mundo muda, e isso significou alterações no orçamento, redefinição dos mandatos policiais, controle do poder de polícia, estabelecimento de mecanismos de controle capazes de resgatar o consentimento, a credibilidade dos instrumentos do Estado.

Em 1996, demos um pulo importante, porque, muitas das vezes, como eu falei, os esforços brasileiros na área científica ainda são recentes. Isso significou criar uma linha dentro do que seria o nosso Ministério de Ciência e Tecnologia para investimentos maciços em diagnósticos para responder perguntas concretas — Funciona o patrulhamento motorizado? O sistema de 190 realmente tem um impacto que deseja? Qual é a suficiência de uma pistola como armamento urbano para reduzir externalidades como bala perdida? Perguntas simples. Será mesmo que o gás de pimenta ou que a *teaser* é adequada ao uso cotidiano como arma universal de polícia? São perguntas básicas que têm a ver com o exercício concreto do mandato policial, e que evidentemente impactam as ações de segurança pública, entendendo que a Polícia tem uma centralidade nesse lugar, ainda que não produza os resultados sozinha sobre isso.

Então, em 96, 97, estava na hora de revisar os investimentos municipais e estaduais numa ação federativa cooperativa, em que o Governo Federal entrou maciçamente nesses anos todos, repensar essas estratégias. Será que o programa de policiamento comunitário dá certo? Será que os programas de escola, de educação na escola contra drogas...? Será que a recompra de armas e tudo mais, o repertório de mais de 500 experiências iniciativas na área e de prevenção... Era a questão saber: bom, estamos gastando o dinheiro público, é preciso produzir responsabilização e a *accountability*; é preciso dirigir melhor esse gasto, para fazer mais e melhor com ele.

Muito bem. Então, foi convidado o Sr. Lawrence Sherman, que é um grande pesquisador dessa área, que coordenou uma equipe de mais de 50 pesquisadores, que mapearam 500 experiências de prevenção, 500 experiências consolidadas nos



Estados Unidos, e construíram um relatório chamado *Prevenção do crime: o que funciona, o que não funciona, o que é promissor, questões e descobertas*. Este relatório está disponível na Internet, são 531 páginas, evidentemente que não estou sugerindo que os senhores o desculpem, mas há uma versão de 17 páginas com tabelas muito explicativas de programas — se aumentar o tempo de lazer na escola funciona, se aconselhamento policial nas casas funciona —, enfim, um conjunto de ideias ou questões de que ouvimos falar e muitas das vezes implantamos no Brasil, sem nos beneficiarmos de um estudo comparativo, de um diagnóstico que existe, ainda que nós aqui estejamos iniciando, como disse o Prof. Ignacio, a discussão da prevenção de maneira mais sistemática e responsável, há materiais que nos permitem nos orientar e construir rumos.

Então, há esta reflexão, ela está disponível e poderá servir de luz para, de fato, entendermos para onde estamos indo e o que queremos com as propostas que estamos desenvolvendo e implementando. Do meu ponto de vista, um dos grandes problemas — e tinha a expectativa de que o Ignacio falasse antes, para dar uma contextualização geral dos nossos desafios... Eu não vou reproduzir, vou pegar um aspecto que eu entendo como substantivo, que é governabilidade, o exercício da governança dos recursos públicos de segurança no Brasil e, de resto, na América Latina. Portanto, trata-se de um panorama de uma visão geral, que tem o Rio de Janeiro como estudo do caso, mas não se limita ao Rio, e de trazer aos senhores em que cenário estamos e aonde podemos chegar, entendendo que, como Parlamentares, os senhores têm uma contribuição, tanto no campo normativo, como diretamente na formulação das políticas públicas.

No meu ponto de vista, o que nós temos produzido no Brasil é proteção e não segurança, uma espécie de privatização ou clientelização da segurança pública, e para isso, é o que nós colocamos ali: *“O fundamento da lógica da proteção é a constante sustentação, a fabricação indefinida de ameaças, sejam do próprio Estado protetor ou dos governantes, que conduzam à sujeição”* — porque o medo é péssimo conselheiro, daí a expectativa de uma guerra contra o crime, fazendo com que a abandonemos garantias individuais e coletivas. *“A lógica da proteção, sendo incapaz de prover segurança, porque tem de se pagar por ela”* — falta alguma coisa aqui; este, eu não sei se vai funcionar —, *“acaba por produzir exclusão via*



segmentação, reproduzindo preconceito e desigualdade, para além do gasto público”.

Por isso, gostaria de dizer aos senhores que, em todas as histórias de que temos notícias, em todos os relatos que temos de notícias de reformas do sistema de segurança pública nos países democráticos, aqui usamos como exemplo Inglaterra, Alemanha pós-guerra, Estados Unidos, Canadá, França, o que marcou a dinâmica dessas reformas, do ponto de vista dos relatos históricos e dos estudos desenvolvidos, foi a busca de blindar o mandato policial ou o mandato da produção de obediência ao pacto constitucional — e é disso que estamos falando — de 2 grandes riscos. O primeiro, o apetite do governante, ou a apropriação do governante para seus próprios projetos de poder; segundo, a blindagem do poder de polícia, que, no caso brasileiro, segue sendo definido de maneira abstrata no Código Tributário, servindo a toda forma de regime político ou gestão, blindar esse mandato da apropriação privatista e da manipulação política e partidária.

Todo esforço de construir policiamentos públicos estatais como um bem coletivo numa sociedade que seja livre e plural significa isto: como sustentar a lei e a ordem, uma ordem pactuada sem a tirania do governante, sem a opressão dos seus procuradores, sem a manipulação política ou apropriação por interesses particularistas.

É por essa razão, senhores, que eu tento enfatizar que, no caso brasileiro, com todo o esforço da Constituição de 88, seguimos com o mandato em aberto. O que se encontra no art. 144 são expressões de monopólios ou quase monopólios corporativos, que confundem habilidade ou prática de policiamento com mandados.

Os senhores são Parlamentares e entendem muito bem onde isso pode chegar, quando temos a informalidade do principal poder do Estado. Isso quer dizer, que nós estamos vulnerabilizando a possibilidade e a condição, a natureza política desse lugar, que é de sustentação de um pacto de uma comunidade política, a ordem local, a polícia ou o mandato policial é a expressão mais sensível e mais imediata de uma forma de governar, ela é a afirmação do território sobre lei, de um governo e suas fronteiras, ela é o lugar da estabilidade, da regularidade, da previsibilidade, do exercício do poder. Do contrário, é terror, ou práticas terroristas



de terror, como assistimos de grupos ou bandos armados e mesmo envolvendo atores policiais.

Vejamos como isso se deu em outros lugares, para não nos centrarmos no Brasil e podermos olhar de maneira diferenciada. Quando o mandato está em aberto, ele é objeto do apetite privatista ou da autonomização predatória dos meios de força que tendem a chantagear, algemar os governantes, intimidar ou mesmo silenciar processos decisórios. Nós podemos observar como se deu em outros lugares. Chicago, recentemente, viveu uma situação dessa, de tal maneira que a corrupção ficou generalizada, e o conhecido lema *Servir e proteger* se transformou em “Servir e coletar”. Ninguém melhor do que o agente da lei, para ser o Robin Hood, o coletor de impostos no mundo tradicional, ainda que numa democracia. Ali era exatamente a venda de uma guerra contra o crime. A ideia é: para combater o crime, o crime indiscriminado, como se fosse o Santo Graal, como se não tivesse o diagnóstico, era necessário maximizar o poder de polícia, mais cheque em branco, uma procuração em aberto. Sem texto, sem meta, sem conteúdo e sem política pública. Quanto maior poder dar à polícia, mais a polícia diria: “assim eu serei capaz de combater o crime”.

Como essa é uma meta impossível, porque o crime pensado de maneira abstrata é incontrolável, indomável, é uma meta, portanto, impossibilitada, essa polícia acabou virando uma espécie de autarquia sem tutela. Ela começou a definir seu próprio orçamento, fazer *lobby* no Congresso, chantagear Senadores e Deputados, de tal maneira que ela começou a cobrar taxas para si mesma. Então, ela passou a fabricar seu próprio orçamento, desenhar o seu próprio projeto e desenhar as metas. De tal maneira também, que os registros criminais eram relatos da própria polícia sem *accountability*, sem transparência e sem controle. Isso não é um problema da polícia em si, ou dos policiais em si. Isso tem a ver com a natureza política desse lugar, que tem a ver com a fragilidade do exercício de governo sobre os instrumentos de força.

De tal maneira que o Brasil segue sendo um país que assinou o protocolo da ONU de uso da força na década de 90, em Havana, e seguiu sem um código de uso da força que empreste qualificação à tomada de decisão discricionária policial. Agir como polícia no Brasil, não pode ser diferente, tem de ser relativo, porque se agir



antes, durante ou depois, não se tem mérito de maneira a permitir que o juiz avalie, que o promotor avalie, que o gestor avalie, que o governante se sinta seguro do resultado da ação policial. De tal maneira, que os procedimentos de polícia, que informam as táticas de polícia... Policiais são informais, não passam no teste da própria organização. São poucas as polícias no Brasil que revisaram seus protocolos de uso da força, que revisaram seus manuais e que atualizaram seus regulamentos disciplinares.

Isso quer dizer que, sobre o policial, recai uma espada. O tempo todo, ele pode ser culpado. Será que agi mais do que devia e podia? Ou menos que devia e podia? A mesma prática, o mesmo método, o mesmo procedimento pode ser bom agora e pode ser objeto de culpabilização amanhã; portanto, objeto de discussões e negociações no fio do bigode.

Quando fazemos isso com instrumentos de força é a expressão de que não governamos, de que temos um Estado protetor, de que alguém senta na cadeira do governante.

Isto é Chicago na década de 80: uma polícia autônoma, 14 mil policiais, 3 mil civis. Problema recorrente: a polícia começou, ela própria, a legislar, ela própria, a governar, ela própria, a definir a sua política, arrogando do legislador e do executivo eleito o seu mandato.

O risco da aceitação contra o crime. Nova Iorque, anos 90.

Gostamos muito de falar de Nova Iorque. Nova Iorque é o momento em que o crime é lavado, ele vai para dentro do Estado. Se queremos falar de Estado paralelo, ele não está no crime, porque não é uma discussão de governabilidade e de soberania. O crime está dentro do Estado e ele é organizado a partir de redes políticas de proteção que apoiam grupos de policiais para privatização, venda ou mercadização do seu mandato. Afinal, diante da imposição de um agente da lei, não há quem recuse.

Portanto, os fenômenos que ocorrem no Brasil, em particular no Rio de Janeiro, não são nem originais nem específicos, quando olhamos para a sua natureza política. E, aí, volta a pergunta: será que no Brasil blindamos o mandato político da apropriação privatista? Do roubo do governante? Ou do uso político partidário? O que fazemos? Quando é que a polícia do Senado atua? Quando



definimos compartilhamento, redundância ou exclusividade de ação policial? Seja em inteligência, seja em patrulha, seja em investigação, seja em operação especial ou em emergência? São pelo menos 5 atividades essenciais dentro de uma atividade de segurança pública orientada pelas organizações policiais.

Aqui no caso, o crime vai para dentro do Estado, é administrado e lavado pelo Estado, articulado com a máfia do lixo. E, ali, o governante, que é o Prefeito, está algemado, está prostrado. Tem de fabricar espetáculos, possíveis saldos operacionais, mas, na verdade, há um negócio rentável que elege Vereadores, que mantém carreiras políticas e que, inclusive, sendo um caixa 2 informal, ele não tem por que prestar contas à Justiça eleitoral e sequer aos mecanismos de controle e supervisão existentes nos Estados Unidos.

Houve duas soluções: o Plano Giuliani-Bratton, que todos conhecem, cujo maior êxito foi o do Compstat e do policiamento comunitário, sendo que o Tolerância Zero acabou por levar quase à falência a Prefeitura de Nova Iorque de tanto pagar indenização a cidadãos por violação e violências, e, o segundo, a redução do efetivo de polícia, na contramão do que pensamos no Brasil, capacitação e ingresso de atores civis nas organizações policiais.

Não cabe aqui um detalhamento, é só para os senhores verem o quanto os fenômenos que aqui ocorrem são cíclicos. Toda vez que há baixa governabilidade, baixa normatividade, baixa regulação e, portanto, impossibilidade de governança, de governo em ato, essas coisas emergem do subterrâneo, porque a expressão do Estado ambulante são os atores que usam arma e são eles que podem vulnerabilizar, num dado momento, a serviço de propósitos particulares, as próprias estratégias de democratização e controle das organizações policiais.

México. A patronagem e a clientelização policial.

Aqui no Brasil há uma gíria que os policiais dizem dentro das unidades da PM, não apenas no Rio de Janeiro, como também na Civil: “a polícia tem vários padrões”, e esses padrões têm ideias, interesses e propósitos distintos.

Abro aqui um parênteses, porque eu gostaria de lembrar que a polícia de Nova Iorque, quando foi fundada, tinha as suas circunscrições policiais correspondentes às seções eleitorais, o que fazia com que os resultados eleitorais empoderassem permanentemente um certo governante. E ele tinha baixa



instabilidade no exercício de sua função, uma autonomia precária e baixa independência político-partidária. Portanto, eles eram os melhores cabos eleitorais, sustentando esse círculo de corrupção, clientelismo, favorecimento e redes de proteção.

No caso do México, à latina, essa experiência se generalizou. O México, o crime vem se tornando “pervasivo”, as polícias foram sendo desestruturadas e particionadas por grupos de poder provinciais, atuação inconstitucional, fragilidade constitucional do desenho do mandato, a própria disputa pelo lugar do exército e fragmentação da governabilidade.

Esse é um mapa que foi publicado do narcotráfico no *O Globo*. Então, é um problema ainda sem solução. Ataques de terror, sequestros e tudo o mais que já vimos também ocorrer na Colômbia e em outros Estados latino-americanos, maximizando as pandilhas ou gangues ou grupos armados. O risco que se põe hoje lá é de um megacartel. Portanto, há governabilidades ali concorrentes sobre o mesmo território, soberanias em conflito e um Estado frágil.

Isso custou caro para parlamentares e governantes eleitos, porque ninguém resiste a uma chantagem, a um dossiê falso. Coisas que atores que detêm o mandato do uso ou da força ou coerção, quando desregrados, podem fazer a serviço de grupos rivais.

Somália. A Somália é um caso trágico em andamento. Temos governos em confronto, temos uma guerra em andamento e uma guerra civil. A situação na Somália foi exatamente da milicialização levada às últimas consequências. As dinâmicas clânicas ou familiares, a apropriação privatista e particularista dos recursos públicos de segurança chegou a tal ponto que o Estado é uma peça decorativa. Esse é um problema recorrente. Então, são fontes concorrentes de legitimidade e de legalidade fazendo com que o país fique insulado e fragmentário, com inúmeras milícias. São mais de 500 mil milicianos.

Missões de paz. Timor Leste.

Isso é uma situação oposta, de como essas coisas são reversíveis, quando se estrutura o mandato. É bom lembrar que polícias brasileiras participaram da reconstituição do Timor Leste em missões de paz, ou seja, reconstituindo o pacto federativo, fundamentando mandato, estabelecendo as regras do jogo do que seria



uma ordem pública, de maneira comunitária e descentralizada, com apoio, evidentemente, dos organismos internacionais da ONU.

Então, qualquer que seja o cenário trágico, ele já foi vivido, ele já foi experimentado, ele está do nosso lado, não aqui apenas. Há pelo menos 200 anos de história em que essas coisas se repetem. E sempre se repetem por vulnerabilidade no exercício do Governo.

Brasil.

O que temos no Brasil? O sistema policial brasileiro não pode ser chamado propriamente de um sistema. Se os senhores fizerem uma visita à Constituição, em que os senhores trabalham frequentemente, e observarem... Nós temos mais que as polícias fazendo policiamentos públicos e estatais. A Marinha tem atividade de patrulhamento, o Exército, a Aeronáutica, a Polícia Ferroviária, a Rodoviária, a Polícia Federal. Correto? Cada um com um pequeno monopólio ou quase um monopólio, sem uma discussão federativa, de repactuação federativa, sobre o principal poder que empresta estabilidade aos mecanismos democráticos da própria trajetória política.

Isso quer dizer que, hoje, discutir se uma polícia é completa ou não, se a polícia é unificada ou não é um problema parcial diante da zorra e da informalidade do exercício desse mandato. Ele pode ser distribuído para várias organizações. Ele não pode ser propriedade exclusiva de uma polícia, porque ela se torna mais forte do que qualquer governo eleito. É por isso que organizações de 100 mil pessoas, como é o caso da Índia, como no México, como no Brasil, tendem à ingovernabilidade. É importante pensar nisso para que, qualquer que seja o desenho que a sociedade brasileira decida, é preciso descentralizar, senão você tem um Estado paralelo, sim, dentro do Estado. E para isso não precisa de crime. E nem o crime precisa disso, porque a corrupção sai mais barato do que assumir os mecanismos de governabilidade sobre um território.

Para isso basta fazer uma conta simples. O Complexo do Alemão tem uma quilometragem quadrada e um terreno irregular, uma logística irregular. Nós falamos do domínio do crime ali — ou falávamos. Quantos indivíduos armados há ali? Quarenta? Vamos colocar 100? Vamos exagerar? *(Pausa.)* Quarenta indivíduos armados. Divide por quadrante temporal. Divide por 4, porque, para ter um turno de



escala como a polícia, de 24 horas de patrulhamento para controlar território, eu preciso dividir por 4, porque eu preciso de reserva: 3 para fazer turno e 1 para repor. Dividindo isso por 4, dão 25. Distribui 25 com duplas de atores armados por aquele território. É mesmo possível controlar? E se fôssemos controlar Copacabana? Vamos tomar Copacabana de assalto. Copacabana, se fôssemos fazer a mesma matemática...

Então, a pergunta é: há mesmo controle do crime, ou é preciso base de sustentação política? É preciso mecanismos de blindagem, redes de proteção? Não apenas o policial de ponta ou a polícia corrupta em si — porque isso é ilusório, isso também é um mito — que a sustente. Se fôssemos fazer o mesmo em Copacabana, com infraestrutura urbana, com várias entradas e saídas, talvez precisássemos de uma brigada: 5 mil homens para decretar a independência de Copacabana do resto do Estado.

Então, é importante que a gente reflita que a natureza do problema é política; que nós temos um problema de governança e governabilidade sobre os instrumentos a serviço de qualquer que seja a política pública. Seja ela repressiva, tende a resultados precários, seja preventiva, tende à descontinuidade. E essa é uma discussão federativa que nós não enfrentamos.

O Brasil, portanto, tem esse festival de organizações. São poucas, se comparadas a países federativos. Então, há uma grande concentração do poder de polícia em algumas organizações, e de maneira desorganizada. De tal maneira que não se sabe definir a prerrogativa de ação. Diante desse crime, quem tem a prerrogativa do agir? Diante do problema do Senado e a Polícia Federal, é a polícia do Senado? Silêncio. Decisão, o tempo todo, de negociação política de ocasião. É claro que a decisão é política, mas há que ter definição de alcance da ação de polícia, contornos, modos e meios e fins e âmbito de atuação. Do contrário, ou você tem o monopólio do não fazer ou você tem a sucessividade de carteiradas ou de desautorizações continuadas da autoridade policial, da expressão legal e legítima do Estado.

Essa é a razão pela qual... Então, aqui na União nós temos, pela Garantia da Lei e da Ordem — GLO, a presença, também, das Forças Armadas, atuando num Estado extraordinário, quando se tem a extraordem. No policiamento cotidiano, nós



temos a Guarda Municipal, a Guarda Prisional, com baixa institucionalidade, baixa informalidade. É polícia? É, porque produz obediência. Cadê a formatação dessa polícia? Cadê a regração dessa polícia para uso da força? O que qualifica, por exemplo, que o armamento usado por essa polícia é superior em método? Não, essa decisão está em aberto. Essa discussão está em aberto.

A Força Nacional de Segurança Pública também sofria de baixa institucionalidade, de tal maneira que o policial do Espírito Santo, se viesse a atuar no Rio de Janeiro, era um cidadão com conhecimentos policiais. O que o autoriza a atuar aqui? O mandato dele é estadual. Quem o respalda? Cadê a Corregedoria? Cadê o controle externo e o interno? Tem que devolver o policial para o seu Estado. Percebem? Então, temos um problema de baixa institucionalidade, de invisibilidade dos processos de ação da polícia. A gente só vê o resultado, como se o resto fosse uma caixa preta.

A Força Nacional, sob a liderança do Dr. Biscaia, se ocupou desse problema, porque ele é grave, e buscou normatizar com uma última portaria, ainda durante sua gestão.

Quais os efeitos perversos dessa situação no Brasil? Patronagem, mandonismo, clientelismo policial, que geram milícias, que produzem tráficos de influência, corrupção, redes clandestinas de vigilância, coleta para campanha eleitoral e tudo o mais. Correto? Discriminação, preconceito e exclusão, definindo, de maneira desigual, a distribuição dos recursos públicos de policiamento, de tal maneira que, em Copacabana, vai-se ter um policial para 300; e na região do Complexo do Alemão ou, por exemplo, da Baixada Fluminense, 1 para 1.100. Baixa institucionalidade; arquitetura organizacional frágil; procedimentos débeis conflitantes. O RDPM conflita com o estatuto e código das polícias — RDPM é o regulamento disciplinar —, que conflita com as táticas de polícia, que conflita com a logística de polícia e que conflita com as estratégias de polícia. É como se você tivesse um carro... O que você não tem no manual, não aprendeu. E que ele também não tem freio. Então, o policial se improvisa no cotidiano. Correto? Ele, o todo tempo, vai ser reativo e exposto a acidentes e incidentes de trabalho — seja abuso de autoridade, seja desacato de autoridade. Isso gera baixas institucionalidades, tanto normativas procedimentais, como administrativas, que



culminam em ineficácias e ineficiências, o que leva à produção de exemplaridade. No lugar da justiça, o justicamento; no lugar de uma política continuada, a fabricação artificial de saldos operacionais, ou o que chamamos de polícia do espetáculo. Isso leva ao descrédito público. Cada vez mais, menor confiança nos instrumentos do Estado. Quanto menor a confiança numa polícia, menor a sua eficácia, efetividade e eficiência, a despeito da tecnologia investida, do aumento salarial, do bom treinamento, porque tudo isso é sabotado na rua, porque aumenta o nível de recalcitrância social e, junto com ele, o de recalcitrância armada. Se eu não tenho o que perder, diante do agente da lei, serei esculachado, não tenho por que me render. Vão muitos comigo. É um pouco a lógica.

Então, a perda da legalidade e da legitimidade se tornam moeda de troca, perdendo a autorização e o consentimento. Isso quer dizer que, na maior parte das comunidades, a polícia é perseguida como um bando armado a mais, estrangeiro em seu próprio território, disputando poder. O poder que não é mais da polícia e sim do policial. Correto?

Esse cenário é possível no Brasil. Nós vivemos estes 4 cenários. Uma polícia corporação sem tutela, em que ela é predatória, monopolista e ameaça a governabilidade. Ela define o orçamento no Congresso Nacional, ela define o orçamento na Assembleia. É ela que pauta, orienta e ilumina as decisões do governante, que é a fronteira de um Estado paralelo. A polícia, como porta-voz partidária, passa a ser um grupo a apoiar atores políticos, carreiras ou campanhas eleitorais, produzindo particularidade e desigualdade na prestação dos serviços policiais. E uma polícia como moeda de troca, como tráfico de favores: mais polícias, o político grita mais; um posto de policiamento onde não tem; a quentinha dada pelo comerciante; a complementação da gasolina. Quer dizer, uma polícia mendicante e vulnerável à clientelização de baixo.

Isso se traduz, no caso do Rio de Janeiro — infelizmente, passei do meu tempo —, numa concorrência de policiamentos ou de governabilidade. Temos a PM, a Civil, os agentes penitenciários, a Guarda Municipal, a Força Nacional, a PF. Todas essas organizações — Exército, Marinha e Aeronáutica — fazem alguma forma de policiamento sobreposto no território do Rio de Janeiro e assim, de resto, em todo o País. Os policiamentos privados, quase todos ilegais e informais, e os



policiaamentos ilegais; as milícias, compostas por agentes da lei, a serviço de projetos políticos particulares — Comando Vermelho, ADA, TC e muitos outros —, tudo isso...

Aqui, apenas vou mostrar... Isso tem o que a gente chama de negócios da proteção, os mercadores da proteção, articulados com os senhores da guerra. Como opera o circuito das trocas de privilégios políticos que fundamentam e servem de guarida ou de apoio? Você tem a clientelização diversificada ou mercadização do principal arrimo de um Estado democrático. A clientelização de cima, a clientelização de baixo, a clientelização ao redor. De cima, integrantes da máquina governamental em posição de mando ou influência direta sobre polícias e policiais, que pedem favores, trocam favores e privatizam os policiais para fins particulares de vigilância e segurança. Ao redor, policiais e afins que, para defender o seu, na informalidade do bico, como política informal, prestam serviços informais de proteção e vigilância privada, tanto a autoridades, quanto no mercado e nas comunidades. Todo mundo vendendo e leiloando o mandato policial, que, curiosamente, assim como a justiça, não foi objeto de debate, de discussão no processo de redemocratização. Segue sendo hoje, como eu falei, o mandato em aberto. Em baixo, integrantes de elites e políticos locais, lideranças comunitárias que partiram. Daí os vários e muitos padrões. Isso gera uma economia informal bilionária, em que os policiais, como eles mesmos dizem, são o Rex, aquele cachorrinho que abana o rabo — estou usando a expressão dos próprios policiais —, que aprendeu a latir para os outros, a matar para os outros, mas que também, agora, quer um pedaço para si dessa economia. Rede de bicos, porque é uma rede de favores, segue o bico ilegal. E aqui nesta Casa já houve várias iniciativas de regularizar o bico; e, curiosamente, não logrou êxito. Isso, evidentemente, porque têm mecanismos outros. A informalidade gera um tipo de controle. É uma desgovernança com prestação de contas aos senhores feudais, aos donos do negócio, no Rio de Janeiro.

Grupos policiais, rede de bicos, firmas de vigilância, serviços de proteção, taxas de vida, milícias, campanhas eleitorais, transporte coletivo informal, estacionamento público, jogos ilegais, prostituição, armas, drogas, dossiês falsos e tudo o mais que se pode fazer para desestabilizar o jogo político. Isso tem como apoio setores, atores políticos, porque não se tem como sustentar isso em território



sem base política de sustentação. Desconhecemos isso na história. Correto? Isso nos leva a uma disputa comercial pela coleta dos impostos informais no Rio de Janeiro. Correto? São os negócios da proteção bilionária que sustentam carreiras.

Iluminação residencial clandestina; abastecimento clandestino; Internet, banda larga; TV a cabo, que é o gato NET; bujão de gás; mototáxi; transporte alternativo, kombis; vans; e a venda da taxa de vida. Tudo isso é uma disputa de monopólios, ou quase monopólios, que geram guerras entre facções e policiais; entre facções e milícias.

Aqui é para vocês verem como o mundo informal também entrega recibo. Isso aqui é um recibo de gato NET, numa área comandada pelo ADA, no Parque Boa Esperança, Parque Alegria e São Carlos. Pagam 20 reais para ter todos os canais da NET. E a disputa é exatamente porque só isso aí rende 200, 400 mil. É evidente que eu pus um artigo de 2007, mas esses serviços todos têm prestação de contas, e os clientes...

Como é que isso funciona? Tem uma área; nessa área tem um chefe político que vende serviços assistencialistas. Ali tem o agente da lei, que é o coletor tradicional de impostos, do Estado tradicional, do Estado protetor, que se articula como o senhor das armas. É ele que faz a mediação de interesses dessa célula autônoma de governo. Ele certifica os acordos, porque tem a arma para fazer isso. Ele tem o mandato terceirizado de polícia. E é ele quem faz a cobrança de impostos.

Esses são os governos paralelos. Isso produz financiamento para representações políticas proporcionais, sejam Vereadores ou Deputados, que concedem, fazem um arrendamento desse território para esses grupos locais e que têm acordos. Para onde você vai, quando vai construir a obra do PAC? Nós vendemos essa parte em troca de quê?

Isso quer dizer que, dentro da representação política majoritária da máquina governamental, nós temos procuradores. Esses procuradores servem de base de sustentação, de alianças. Possuem alianças que apoiam essas representações proporcionais. Correto? E esses agentes da lei, que fazem o serviço sujo para outros, também começam a se autonomizar como fonte de governo. Se eu roubo para você, colete para você, por que eu não serei sócio? Se eu fui empregado, parceiro, agora posso ser dono do negócio sozinho. Correto? E aí é que começa o



perigo de você construir um Estado policial, um Estado paralelo, em que eles também começam a ter *lobby* no Parlamento e se constituem como partido político, construindo e apoiando as bases de sustentação. Correto? No caso, a guerra contra o crime no Rio de Janeiro. Então ela tem uma rentabilidade. É evidente que o Governo atual e outros Governos herdaram esse cenário. É um cenário crítico, no Rio de Janeiro, que foi, enfim, a Capital Federal e tudo o mais. É difícil reverter, mas é possível, como nós mostramos aqui.

Qual é o circuito da proteção? O próprio Estado é ameaçador, porque, como o medo é péssimo conselheiro e segurança pública não faz ganhar eleição, mas faz o oponente perder, então, como é que funciona essa lógica? Você fabrica ameaças indefinidas, inventa criminosos perigosos, fabrica o santo grau, que nunca vai ser atingido, que é a guerra contra o crime. Correto? Isso leva à produção de acordos precários, alianças provisórias, que produzem um poder instável, um governo vulnerável, comandos imprevisíveis, seja dentro do Estado, seja nessas governabilidades paralelas, que produzem as tiranias locais nas comunidades, que fazem uso do terror, porque não poderiam agir de forma diferente, para sustentar a imprevisibilidade, o espetáculo, o exemplarismo e o justicamento. Isso leva à fabricação de guerras, que agrava a insegurança coletiva, que maximiza a fabricação de medo, explorando discriminação e preconceito, produzindo o clamor social, que leva a demandas punitivas e a vigilantismos, populismos penais e endurecimento penal e à conclusão perversa de que governar é proteger. É estabelecer a desigualdade no provimento dos recursos de segurança pública, como forma de solução do problema, implodindo deliberadamente o Estado de Direito com o pacto federativo, com a dimensão livre e plural de qualquer sociedade. Correto?

Essa é a permissividade política, porque você tem baixo custo logístico. Então você precisa da permissividade política para que você reduza o custo logístico, porque as ameaças por si só seriam insuficientes.

Não vou me prolongar. Eu já terminei. Já ultrapassei demais o meu tempo.

Era esse o alerta que eu gostaria de deixar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muitíssimo obrigado pela sua contribuição, Dra. Jacqueline.



Nós passamos, ato contínuo, para a parte dos questionamentos e dos debates.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Paulo Pimenta.

Peço aos demais colegas que apenas se inscrevam, para que nós possamos seguir democraticamente a ordem.

Deputado Paulo Pimenta, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero, mais um vez, então, agradecer a presença ao Prof. Ignacio e à Profa. Jacqueline.

Profa. Jacqueline, a impressão que eu fiquei da sua manifestação foi que, talvez, em função do tempo, tenha faltado a conclusão. Eu esperava que esse diagnóstico pudesse ser concluído com algumas ideias e sugestões. A sensação que nós tivemos foi que...

O que acontece? O objetivo desta Comissão... Os senhores sabem que, quando nós falamos em violência urbana, esse tema pode ser abordado a partir dos mais diferentes pontos de vista. Nós poderíamos tratar aqui só da violência no trânsito. Nós poderíamos falar aqui só sobre o aumento da intolerância na sociedade, que leva cada vez mais a um processo de conflitos interpessoais. Então, nós estamos tentando definir um caminho a ser percorrido. Por isso, eu acho que essa questão do diagnóstico é chave, porque ela foge, digamos assim, do senso comum de tentar partir somente daquilo que é superficial, daquilo que é empírico.

Mas nós queremos avançar. Não é por outra razão que foi definida uma comissão com profissionais, Parlamentares, todos eles experimentados. Há aqui Secretário Nacional de Segurança Pública, Ministro de Estado, Relator da CPI do Sistema Carcerário, Secretário de Segurança de seus Estados e uma Comissão que não tem o caráter político partidário; portanto, não está no calor da disputa. Portanto, eu acho que ela tem o mérito de poder avançar nessa reflexão.

Nós queremos apontar algumas coisas de natureza legislativa, mas, mais do que isso, a nossa ideia é conseguir enxergar algumas ideias inovadoras, que possam ser aprimoradas. Mas, fundamentalmente, queremos provocar uma discussão no País sobre o tema do financiamento da segurança.

Como nós podemos, de fato, viabilizar as condições materiais para que possa ser implantada no País uma realidade distinta?



Então, quero ouvir dos senhores 2 questões. Eu já havia levantado aquele aspecto do Rio de Janeiro. Eu acho que ele é interessante. O Rio de Janeiro é um Estado que, evidentemente, tem particularidades. Esse tema das milícias, por exemplo, eu acho que deve ser tratado como um tema universal, porque, se não nós tratarmos dele aqui, ele pode se tornar um fenômeno nacional. A partir do próprio diagnóstico que a senhora faz, eu acho que ele é muito preciso nesse sentido. A desconstituição do Estado, aquela análise que a senhora faz a respeito da incapacidade do Estado nas áreas territoriais. E eu o faço de maneira muito semelhante, quando analiso a questão do sistema carcerário, do sistema penitenciário, a ausência do Estado, que permite assim...

Então, eu gostaria de ouvir 2 questões. A primeira é relativa a essa ideia do financiamento. O tema é bastante polêmico. Eu, particularmente, como Relator, cada vez estou me convencendo mais de que nós precisamos ter uma vinculação de receitas na área da segurança pública para execução de um projeto nacional.

Dizia-nos o Sr. Sérgio Adorno, esta semana, que a saúde e a educação, ao longo dos últimos 20 anos, sempre trabalharam com metas. Segurança pública nunca teve meta. Vamos erradicar a doença de Chagas em tantos anos; vamos resolver tal problema em tantos anos; vamos reduzir a taxa do analfabetismo. A segurança nunca teve meta, nunca teve orçamento, nunca teve plano plurianual.

Então, nós queremos avançar no sentido de fazer um debate na sociedade brasileira sobre a questão de vinculação de receitas nacionais, estaduais para investimento num programa específico.

Eu gostaria de ouvir da senhora também a segunda etapa da sua manifestação, que é exatamente onde reside, na sua opinião, iniciativas que possam ser desenvolvidas pela sociedade brasileira nesse aspecto específico, a partir do diagnóstico que a senhora nos apresenta.

A palavra está à disposição dos 2.

A SRA. JACQUELINE DE OLIVEIRA MUNIZ - O senhor permitiria que o Prof. Ignacio respondesse a questão?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com todo prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Sem dúvida.



O SR. IGNACIO CANO - Bom, em relação à questão dos homicídios, precisamente aos dados da saúde... Sobre os homicídios, têm 3 problemas sobre a mortalidade em geral. O primeiro são mortes não registradas, o que é um problema, sobretudo no Norte e no Nordeste do País. Mas é muito pequeno no Sudeste. O segundo problema são as chamadas mortes mal classificadas. Ou seja, sabe-se que a pessoa morreu, mas não se sabe mais nada sobre a causa da morte. Esse problema é um problema mais para as taxas de mortalidade do que para a taxa de homicídio, porque, pelos nossos estudos, essas mortes são geralmente mortes por causa natural, porque o perfil de gênero e de idade é um perfil de equilíbrio entre os 2 sexos e de idade muito jovem ou muito avançada. É o perfil de morte por doença.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse dado que eu falei para o senhor é sobre homicídios. Não é sobre...

O SR. IGNACIO CANO - Vou acabar, e a gente... Esse seria o segundo problema. Mas tem um problema menor para os homicídios, só para (*ininteligível*) geral. E o terceiro problema são as chamadas mortes por causa externa de intenção desconhecida. Ou seja, só morreu por causa externa. Mas não sabemos se foi um homicídio, ou um suicídio, ou um acidente. Esse é um problema muito sério de homicídios, tradicionalmente é levado no Rio de Janeiro associado, por exemplo, a encontros de cadáver. Então a gente não sabe o que aconteceu.

E apesar de alguns esforços, na década de 90, na Secretaria Municipal e na Secretária Estadual, para diminuir... Ainda, essa proporção no conjunto nacional, no Rio é muito elevado. Mas eu não tinha conhecimento de um aumento em 2007. Como a gente trabalha com esses dados, a gente tem inclusive dados de 2008, que ainda não são públicos. Eu me comprometo a verificar isso. Mas eu ficaria muito surpreso se realmente houvesse um crescimento muito forte nessa categoria de mortes por causa externa e intenção desconhecida num ano, de repente. Eu me comprometo a examinar isso. Mas ficaria surpreso se fosse o caso; realmente, o que acontecesse.

Aqueles homicídios que o Brasil registra nos últimos anos... Na verdade, é uma queda provocada pelo Estado de São Paulo, que é um Estado de muito peso demográfico, que tinha um grande peso na violência e que tem diminuído a partir de 2001. Então, quando a gente diz: ah, o Brasil está melhorando... Bom, o que está



melhorando, na verdade, é São Paulo. Em segundo lugar, quando a gente diz: ah, o Rio de Janeiro já não é o pior lugar. Mas não é porque o Rio de Janeiro tenha melhorado os seus níveis de violência. Porque, por exemplo, Maceió, tem-se deteriorado muito. Então as taxas de Maceió têm piorado. Já Recife e Vitória sempre concorreram com o Rio de Janeiro. Então, a melhoria relativa não se deve a uma melhora real na situação do Rio. Mas há outras cidades e Estados cuja situação vem se deteriorando.

Então, eu me comprometo a fazer uma análise mais exaustiva sobre esses dados — a gente tem de 2005 a 2008. Os dados de 2008 ainda não foram publicados, mas a gente os tem. A gente vai analisar isso e vai dar uma resposta, então, para a CPI.

Sobre o tema “financiamento e segurança”, eu só queria fazer algumas colocações. Eu acho que o grande desafio é o seguinte: a gente tem... Digamos, 20%, 30%, 40% da população fazem um investimento privado na segurança. Como conseguir que parte desse investimento, pelo menos, seja público e beneficie não apenas aqueles grupos, mas o conjunto da população e melhore de forma geral a segurança, em vez de proteger as pessoas isoladas em seus enclaves? Acho que esse é o grande desafio.

Uma coisa que a gente poderia pensar seria regular o bico, de forma que a corporação pública, a polícia também tenha um benefício com esse bico. Que a contratação de um policial não tenha apenas benefício para o policial, mas também para a corporação; e, portanto, esse benefício para a corporação possa ser gasto na proteção daqueles que não têm como pagar um serviço privatizado. Acho que esse é um desafio, de fato, muito grande. Para isso, a gente tem de mexer com muitas coisas: com horários de trabalho policial que favorecem o bico e incentivam o bico, porque são 24 por 48, 24 por 72 horas. Essas escalas são feitas justamente para o policial trabalhar um dia e depois ir embora e trabalhar em outras coisas. Então, a gente iria mexer com essas coisas.

Como controlar realmente essa contratação privada, de forma que seja também um incentivo para o policial? Porque, se o policial vir que fazer essa contratação via setor público vai diminuir seus ganhos, provavelmente, então, vai resistir a essa publicização, a essa estatização desse serviço privado.



Em geral, eu acho que também a gente tem um problema sério no Brasil, que é: a gente acredita que segurança pública é mais policial na rua, apesar de que vários estudos nos Estados Unidos — a Jacqueline mencionou também — mostram que policiamento ostensivo inespecífico (ou seja, policiais circulando na rua) não diminui a taxa de criminalidade e que para isso você tem que dirigir o policiamento a áreas e locais e momentos de alta incidência. Mas as pessoas continuam acreditando que a solução é mais policial na rua; inclusive para crimes. Por exemplo, assalto a residência. O assalto à residência... Uma vez que o assaltante entra, a polícia na rua, evidentemente, não tem nenhum impacto. Mas as pessoas continuam acreditando que é o policial na rua que vai impedir. Até violência doméstica, coisas que não têm muito a ver com policiamento ostensivo, as pessoas acreditam que a solução é policial na rua. Eu desafio esse senso comum e acredito que o que a gente precisa é de menos policiais; agora, melhor preparados, melhor pagos e dedicados integralmente à segurança pública. Em vez de continuar produzindo mais e mais policiais, que se dedicam parcialmente à segurança pública, que são mal pagos, mal treinados... Acho que esse é um círculo infundável. E a única forma seria: menos policiais, melhor pagos, melhor treinados, mais dedicados e privilegiando sobretudo a investigação.

Eu vou dar um exemplo de um dos micos recorrentes na segurança pública brasileira, que é o seguinte: sobretudo as autoridades estaduais sempre dizem que contrabando de arma não é responsabilidade do Estado, é responsabilidade da União. Então dizem que o que a gente tem de fazer é colocar a Polícia Federal — coitada — ou o Exército patrulhando a fronteira.

O México, por exemplo, e os Estados Unidos têm uma fronteira com recursos muito mais importantes do que os nossos, e ela é completamente incontrolável. Nunca o Brasil vai poder controlar essa fronteira, colocando soldados para patrulhá-la. O que a gente tem de fazer é investigar, pegar as redes que fazem esse contrabando, que fazem esse desvio. É isso que a gente tem de fazer. Então, a ênfase, na minha opinião, deveria ser muito mais na investigação e menos no patrulhamento ostensivo.

Quanto à vinculação de receitas, é uma questão muito debatida. Operadores de segurança pública, em geral, são favoráveis, porque acham que vão preservar.



Eu sou um pouco cético, pessoalmente. Primeiro porque acho que, se você acaba vinculando todas as receitas, depois a gestão pública não tem nenhuma flexibilidade no Governo, obviamente. E segundo porque, mesmo com um percentual fixo, essa não é a questão central. A questão central é como esse dinheiro vai ser gasto. Nós podemos gastar 12%, 15%, e mesmo assim o gasto ser muito ineficiente. Eu acho mais promissor, por exemplo, pensarmos, como o Governo já pensou, num teto nacional para pagar policial. Acho isso mais produtivo do que vinculação de receitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - O senhor quis dizer um piso, não um teto.

O SR. IGNACIO CANO - Um piso, perdão. Um piso, é claro. Obrigado. Aliás, um piso e, já comentando o teto, o que a gente também deveria... Eu acho que seria positiva uma relação entre o maior salário e o menor salário, que fosse, por exemplo, de 4 a 1, como temos em muitos países. E não como é hoje em dia, de 10 a 1, de 15 a 1, em alguns casos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Antes de passar a palavra à Profa. Jacqueline, apresento uma questão muito simplória para os 2. Os senhores centraram aqui muito nos aparatos policiais. Entretanto, eu tenho a crença de que, se nós não tivermos um Judiciário que efetivamente julgue, e o faça com independência e com velocidade; se nós não tivermos uma reforma do sistema prisional; se nós não tivermos o Ministério Público, sobretudo o criminal, também com eficácia, imaginem a seguinte situação: resolvemos todos os problemas do aparato policial. E o restante?

Hoje, por exemplo, no meu Estado de Pernambuco, nós saltamos de 1,5 presos por vaga para 2,7, dos quais aproximadamente 50% provisórios ou temporários. Quer dizer, em que resultou essa nova eficácia da polícia? Gostaria de ouvi-los.

A SRA. JACQUELINE DE OLIVEIRA MUNIZ - De fato, como eu mencionei logo no início, o esforço do Congresso americano com o Executivo, com a Presidência da República foi exatamente nessa direção. A ideia, tanto no caso inglês, como no caso americano, no caso canadense, quaisquer dos exemplos que se têm de Estados que foram consolidar e institucionalizar as ferramentas que permitem o governo democrático... Não se pensou nisso de maneira isolada, mas



também não se pensou de forma abstrata. Tudo de uma vez, agora. Porque tanto a Justiça como o Ministério Público e o sistema prisional guardam temporalidades distintas na produção da eficácia da segurança pública como um todo. Certo? E aí entra a qualidade da decisão política. Por exemplo: a Justiça só pode atuar *post factum*, porque, se ela atua antes de o fato acontecer, ela é a primeira a discriminar e a criminalizar.

No caso do sistema penitenciário, uma boa questão, você tem uma Guarda Prisional com baixa regulamentação. O guarda não sabe o que fazer. Treinar em quê? Gastamos... O dinheiro do DEPEN... O DEPEN, nos últimos anos, tem patrocinado... Basicamente, o dinheiro do DEPEN é que salva os recursos públicos estaduais do sistema prisional. É só olharmos os relatórios que estão lá disponíveis no Ministério da Justiça. O Dr. Biscaia esteve à frente dessa pasta também e viu a dificuldade que é.

Então, o primeiro problema é exatamente o que o Ignacio colocou, de como gastar, do estabelecimento de metas, de uma política pública que é pactuada, que é validada, que estabelece critérios claros. Então, a Guarda Prisional é vulnerável. São poucas as escolas de Guarda Prisional no Brasil. Você não tem amparo nem da LEP, da Lei de Execução Penal. Ela não se traduziu em instrumentalidade. É outro mito brasileiro de que a lei inventa o mundo. Isso está no Código Penal. E nós entendemos, por uma espécie de formalismo jurídico, que, bastando fabricar a lei, a realidade se alterou. É um procedimento um tanto positivista, um tanto quanto autoritário, porque na verdade a lei precisa de seu (*ininteligível*), a lei precisa de sua implementação.

Então, o caso do sistema prisional é um bom exemplo de como a discussão da gestão prisional também está atrasada no Brasil. Agora, eu acho que nós temos de dividir o problema em partes. Quer dizer, o Ministério Público tem uma especificidade. Nós chamamos isso, Deputado, na nossa modéstia, de relações interagências, políticas intergovernamentais e intersetoriais. O senhor vai ficar perplexo. Essas discussões da integralidade, da articulação entre as agências foi um problema resolvido fora do Brasil, na década de 70. Integrar ou unificar? Essas perguntas que fazemos aqui têm 35 anos de idade. Há acervos em países



federativos e unitários. Portanto, temos ao nosso sabor como é que nós queremos distribuir administrativamente e fazer funcionar essa engrenagem.

O nosso problema é termos normatividade, mas não termos instrumentalidade. Então, esse espaço entre a norma, entre a lei e a instrumentalização da lei é um vazio, um vazio que paira sobre a cabeça dos tomadores de decisão, ou seja, do agente penitenciário, do custodiador, do psicólogo, do assistente social ao policial da esquina, ao Guarda Municipal, passando pelo bombeiro. Paira sobre ele uma espada — será que agi mais do que devia e podia, menos do que devia e podia? —, o que compromete a capacidade do Ministério Público de avaliar o mérito dessa ação e, portanto, de novo, a invisibilidade.

Acho que é preciso dividir essas questões e de novo fazer políticas integradas, setoriais. Tendo a concordar com o senhor sobre a importância de que possamos discutir, como se fez com a saúde pública. Quando pensamos no SUSP, era em analogia ao SUS, não no sentido de que é a mesma coisa. Até porque a saúde pública e a segurança têm algo em comum: o medo não se adia, como a dor também não. A liberdade não se adia, não se troca.

Então, a ideia era exatamente dar institucionalidade. O que era o SUS? Era uma carta de princípios. Mas ele não tinha as ferramentas de governabilidade. De tal maneira que ele não estava previsto no orçamento. As rubricas orçamentárias — isso é uma coisa muito importante para se discutir —, o desenho orçamentário é patético. Sabota a possibilidade de os Municípios e os Estados fazerem projetos e serem avaliados. Por quê? Porque nós sabemos que as políticas sociais... E a Constituição nos garante que a segurança pública é também um direito social e o espaço de sustentação dos nossos direitos civis. Ela tem uma temporalidade distinta. Os seus resultados são processuais. Na construção da agenda pública, da agenda política, é um jogo de ir e vir. Você começa a implementar. É uma experiência. Isso retorna. Avaliação. No entanto, a forma como o TCU avalia ou controla essas políticas é igual como se construísse uma ponte, que é um objeto tangível.

Se nós formos olhar as rubricas... E nós tentamos mudar isso na SENASP. As rubricas orçamentárias a que os projetos têm de ser encaixados nos levam a mentir.



Levam o gestor, seja municipal ou estadual, a ter de fazer um acochamboamento, engessando a capacidade de recursos. Então, se vai pensar numa vinculação, é preciso pensar nas ferramentas de controle, nas ferramentas de fiscalização. Do contrário, nós teremos engessamento, que é o que saiu há pouco tempo, de que...

Vou citar uma experiência própria. Quando nós chegamos à SENASP havia 500 milhões passando, do Fundo Nacional de Segurança Pública, pelo Brasil. Isso quer dizer que os Estados não gastaram? Quer dizer que os Municípios não usaram? Não. Não havia como prestar contas. As dificuldades burocráticas eram tais que você nem conseguia implementar o dinheiro, gastar. Portanto, tinha de ficar... Aquilo ia para o Tesouro. Era um desespero em novembro e dezembro. Vocês sabem muito bem como é a forma de contingenciamento, em que você tem de gastar o seu dinheiro num ano. Por isso, nós resolvemos fazer um indicador no Ministério da Justiça, que considerava essas temporalidades — o tempo em que o Tesouro libera, o tempo de descontingenciamento —, para poder avaliar o nosso tempo de gestão e a nossa capacidade decisória de fazer chegar o recurso no Município, na cidade e no Estado e ver a resposta do Município.

Também criamos um grupo de trabalho... Sugestões. Capacitamos os atores dentro da SENASP para apoiar tecnicamente os Estados. Como os senhores devem saber informalmente, boa parte dos projetos... Como os Estados nem sempre têm massa crítica para produzir ou recursos técnicos que permitam desenhar bons projetos, ou projetos capazes de passar pelos crivos da burocracia, eles acabam sendo feitos por empresas. Correto? É o terno do defunto. Quer dizer, o defunto está morto, ele pode vestir qualquer coisa.

Então, é a empresa que diz qual é o sistema que a polícia vai comprar. Vou dar um exemplo sem citar os nomes, porque isso está tudo documentado na SENASP. Comprou-se um sistema de georreferenciamento em determinado Estado no Nordeste que não tinha banco de dados. Vai georreferenciar que crime? O quê? Não tinha nenhuma planilha de Excel. Gastaram 40 milhões com isso. Ficou em caixas na sala do secretário. Para isso... Desenhamos estratégias para um plano estratégico de tecnologias e gestão da informação para capacitar os Estados e Municípios a terem a sua autonomia no desenho das políticas, em consonância com as suas comunidades.



Então, parece-me que nós temos de discutir ferramentas. Começando do início, é preciso uma repactuação federativa. Nós temos de enfrentar a discussão da Justiça. Não é possível... Infelizmente eu não posso estar com os senhores, que são meus representantes, diariamente, como um cidadão comum. E como eu, o resto dos brasileiros.

Então, a expressão “ambulância do Estado” se chama polícia, que me leva para fazer o parto no hospital público; chama-me justiça, que garante os meus direitos, para que eu não precise usar métodos violentos. E é preciso que isto chegue às comunidades: mecanismos informais de mediação e negociação de conflitos, de administração informal da Justiça. Isso quer dizer repactuar.

Somos um país federativo, em que o Município tem poder de endividamento, tem papel na segurança pública. A maior parte dos recursos de segurança pública está no Município. O Estado tem a polícia, mas polícia não é igual a segurança pública, como bem apresentou o Prof. Ignacio. No entanto, o Município está cotó, está travado por casuísmos corporativos de uma Constituição de 1988, que tem de ser repensada, com aquela expressão, como eu falei: quais os monopólios e monopólios.

Exclusividade no policiamento ostensivo não é mandato policial. É atividade de policiamento. Monopólio na apuração da infração penal não é, a rigor, mandato de polícia. É uma habilidade que se pode distribuir para uma ou infinitas polícias. Em democracias consolidadas, é bom, faz bem à saúde ter redundâncias e compartilhamentos, assim como o trânsito, assim como o desenho da saúde, o Estado, a União, o Município, com transferência de recursos e contrapartidas.

Quando você concentra um determinado tipo ou poder numa única organização, você tem um sério problema de ela sabotá-lo, de ela fazer greve, de ela constituir o seu próprio *lobby* e se tornar mais forte que o governante. Então, é preciso discutir isso. O que nós vamos compartilhar? O policiamento ostensivo será feito por uns ou por muitos? A investigação é só da Polícia Civil?

Eu lembraria aos senhores que o FBI foi controlado durante 40 anos por um único homem. Ele criou uma estrutura que, de expulsor de Chaplin, impediu carreiras políticas no Congresso Nacional (*riso*) por exercícios de monopólio, sobretudo na Polícia Federal, que é uma polícia sem rua, cujo âmbito é nacional.



Então, eu acho que começa com uma discussão de repactuação federativa e do repensar. No meu ponto de vista, o problema do Brasil não é de desconstitucionalizar as polícias, mas de constitucionalizá-las, porque o mandato policial responde diretamente pelas cláusulas pétreas da Constituição. Acho que... Repensar as rubricas. Correto?

É importante que nós possamos pôr para valer os protocolos da ONU que nós assinamos. Nós referendamos esses protocolos, tanto no caso dos agentes da lei, da Justiça, como da polícia. Isso não se traduziu num protocolo de uso da força — portanto, de controle da ação policial —, que possa blindar o policial, maximizando segurança e saúde ocupacional para o policial, e reduzir os incidentes e acidentes de trabalho junto à população (bala perdida, violação, violência). A primeira publicação desses protocolos foi pelo Congresso Nacional.

Então, aqui, uma das primeiras sugestões que eu daria e que me parece estar na campo de atuação dos senhores... Poderíamos falar do Município, mas é preciso repensar, falar do Governo do Estado, mas acho que... da importância que esta CPI tem. Parece-me que os senhores, como Parlamentares, têm muito a contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - MUITÍSSIMO OBRIGADO.

Vou passar...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer várias outras perguntas, mas, a fim de colaborar com a participação dos demais colegas, vou aguardar outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Eu vou pedir... Nós temos 5 inscritos, e vamos ouvir todos. Apenas vou pedir a compreensão, tanto deles quanto dos nossos convidados, que são muito, sem sombra de dúvida, para nos ajudar. Mas é que o Secretário Mário Beltrão já se encontra à disposição, apenas aguardando que encerremos para fazer a próxima audiência.

Então, sem prejuízo, mas pedindo objetividade, concedo a palavra, inicialmente, ao Deputado Antonio Carlos Biscaia; em seguida, ao Deputado Rogerio Lisboa.

Tem a palavra o Deputado Biscaia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Deputado Raul Jungmann...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Só um instantinho. Gostaria de pedir que fechassem essa porta, por favor, porque está incomodando, aqui, em termos de barulho.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Deputado Raul Jungmann, Presidente; Deputado Paulo Pimenta, Relator; e demais integrantes da CPI, que participam desta audiência: eu acho que todos nós fomos brindados com 2 excelentes exposições.

Já conhecia ambos os professores e não tenho dúvidas de que a exposição do Prof. Ignacio Cano e da Profa. Jacqueline Muniz contribuirão para a nossa reflexão e para o relatório que o Deputado Paulo Pimenta irá elaborar. E revelam a complexidade do tema, de uma maneira geral.

Por inúmeras questões, eu não vou entrar em detalhes. Quero apenas fazer uma observação, com uma indagação, porque eu não tenho dúvida daquilo que foi colocado aqui: que é essencial uma integração entre essas instituições.

Sempre tenho sustentado que a responsabilidade pelo quadro do ator não é exclusiva deste ou daquele segmento, desta ou daquela agência. É muito fácil responsabilizar as instituições policiais. Responsabilidade integralizada. E o papel da sociedade também é muito forte nisso. Eles querem uma proteção. Aqueles que têm condições, querem uma proteção apenas na busca de seus interesses próprios.

Por isso, eu gostaria de saber... Quer dizer, além dessa questão da integração, verifica-se aquilo que é importante na exposição da Jacqueline: os *lobbies*, que cada vez mais se fazem presentes no Congresso Nacional. E a maioria desses *lobbies* não objetivando o aprimoramento das instituições e não buscando alternativas para a alteração desse quadro. O que se vê são defesas de interesses corporativos. E de todos: do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das instituições policiais. Por exemplo, há proposta de emenda constitucional para todos os gostos.

Então, hoje, quer dizer, os delegados de polícia sustentam, por exemplo, que, para melhorar o quadro de segurança pública neste País, eles têm de ter as garantias da Magistratura: vitaliciedade, irredutibilidade de vencimentos e



inamovibilidade. Só para dar um exemplo. Então, isso aí não é normatividade adequada nem instrumentalidade, a meu ver.

Por outro lado, outras instituições foram mencionadas. Foi aprovada, recentemente, mais uma polícia: Polícia Portuária. O que foi isso? Deram entrada, mudaram a Constituição... Proposta de mudança da Constituição foi considerada admissível, foi para uma Comissão Especial, que aprovou — eram 20 membros — por 19 votos, contra o meu voto, porque eles colocaram como servidores públicos federais os guardas portuários, a respeito dos quais não tenho nada contra, mas são celetistas das Companhias Docas do Rio de Janeiro, de São Paulo e tal, que querem a transformação em uma guarda portuária. Falta, agora, só o Plenário aprovar. E se o *lobby* continuar, isso será alcançado. E você vê hoje um movimento muito grande, e foi a sugestão mais votada na Conferência Nacional de Segurança Pública: Polícia Penal. Então, os corredores estão infestados de agentes penitenciários, que querem a Polícia Penal. E surgirão outras. Quer dizer...

Então, a minha indagação é esta: será que esses instrumentos, de alguma forma, contribuirão para o aprimoramento, ou eles se restringem, efetivamente, a reivindicações exclusivamente de natureza corporativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputado Biscaia.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Rogerio Lisboa, em seguida ao Deputado Francisco Tenório.

V.Exa. tem a palavra, por favor.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Vou ser breve. Queria só fazer algumas constatações e que eu só posso avaliar aqui pelo Estado em que vivo. O Prof. Inácio estava falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Qual o Estado, Rogério?

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Estado do Rio de Janeiro.

Na verdade, a gente imagina que mais polícia na rua gera segurança. Isso não é verdade. A questão da inteligência é muito mais importante.

Aqui, no Rio de Janeiro, eu fiquei assustado com um exemplo que tenho como sendo simbólico, em que um segurança do filho do Governador foi preso como miliciano. Quer dizer, uma chacina, acabou preso e ali identificou-se que ele fazia



parte de milícia. Se isso está dentro da Casa do Governador, eu imagino que a inteligência da polícia está falhando enormemente. Então, não adianta ter muita polícia na rua se você não...

Mais do que isso: outro dia, vejo estampados nas notícias que vão contratar mais 10 mil policiais até 2016. Mais 10 mil policiais com esse salário, com esse tipo de treinamento, com essa política... É o que a gente não consegue entender. A gente...

Hoje de manhã teve uma reunião no gabinete da Presidência falando sobre milícias, que hoje no Estado Rio de Janeiro são um tema extremamente atual e que não saem das páginas de jornal, e a gente percebe que, mais do que alguns grupos criminosos que começam a operar dentro da política, agora os líderes desses grupos passam a ser o mandatário, vai além.

Eu queria só uma coisa muito rápida, até porque é do tempo: se vocês pudessem dar uma avaliada rápida no que representa hoje no Estado Rio de Janeiro essa questão das milícias. Porque a preocupação é que isso não se espalhe pelo Brasil afora no que diz respeito a mais essa prática de crime que, para a gente, é horrorosa, porque imprime o medo, inclusive, quero dizer a vocês aqui, constrangendo até Deputados desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Deputado Rogério Lisboa, pela sua contribuição e também pelo uso do tempo.

Com a palavra o representante do povo das Alagoas, Deputado Francisco Tenório. (*Pausa.*) Não está presente.

Deputado Domingos Dutra, tem, portanto, a palavra, em seguida o major Fábio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, demais Colegas, primeiro quero também me associar ao Deputado Biscaia, ao Relator, pela beleza de exposição tanto do Dr. Ignacio quanto da Dra. Jacqueline.

Eu acho que esta CPI, Sr. Relator, não deve ter um prazo regimental rigoroso. Nós tratamos de um tema tão vital para a cidadania brasileira que acho que a CPI não pode ficar limitada ao prazo regimental de 120 dias com prorrogação de mais 60. A responsabilidade nossa, como representantes da Câmara neste momento, é muito grande. Portanto, temos que fazer o debate necessário, ouvir todos os estudos



e, ao mesmo, tempo tocar na ferida dos casos concretos. Temos que combinar esse debate dos estudiosos, mas também investigar os casos concretos, porque deles podemos tirar experiências que o Congresso, tanto na parte orçamentária quanto na parte legislativa, tem o dever de trabalhar.

Segundo, ao mesmo tempo em que as palestras foram muito boas, passam uma sensação de que isso não tem jeito, principalmente a exposição da Dra. Jacqueline, sobre o entranhamento do poder político nesse caos. Eu fiquei com a sensação de que as soluções são difíceis. Eu sou do Nordeste e, lá, tive uma experiência muito grande com a violência, com a pistolagem decorrente do conflito agrário. Aqui no Rio já é de outra natureza; em São Paulo, da mesma forma. Então, eu tive essa sensação. Primeiro, porque tem agentes do Poder Público envolvidos, ou seja, a violência, o crime organizado não existem sem o apoio, sem a participação direta do aparelho estatal. É impossível.

Tanto na exposição da Dra. Jacqueline como na do Dr. Ignacio ficou patente que aqui, no caso do Rio, extensivo ao resto do País, as milícias só funcionam porque há um casamento, há uma harmonia com parte do aparelho estatal. Não quero generalizar, mas está dentro do aparelho estatal. Afinal de contas, a imprensa tem divulgado Deputados que foram cassados; Vereadores que estão presos; ex-Secretário de Segurança, que tratava do assunto, preso — ele chegou ao Legislativo e, depois, foi cassado. A partir disso aí, há omissão do Estado.

Por último, há a questão do lucro; infelizmente, a lógica do sistema capitalista. E dou como exemplo o sistema carcerário, porque fui Relator... O sistema carcerário é caótico porque, infelizmente, o lucro ali funciona. A superlotação tem uma razão: é para ter rebeliões, para destruir, para levar à reforma e, aí, entra dinheiro. Há o preço exorbitante da alimentação no sistema carcerário: 10 reais *per capita* por preso! E também está ligado aos presos que não trabalham. Está tudo vinculado a essa lógica do lucro do sistema, ou seja, na medida em que há 30% de presos provisórios e muitos que cumpriram pena ainda presos é porque tem uma lógica: quanto mais tempo o preso fica preso, mais alguém está ganhando. É uma lógica em que não se permite trabalho, não se garante estudo, já que cada 3 dias trabalhados reduzem um dia de pena; cada 3 dias de estudo reduzem um dia de pena. Na minha opinião, isso está na lógica do lucro e do caos.



Então, esses elementos é que me dão a sensação, apesar de estarmos aqui e de sermos otimistas... É nosso dever, mas passa a sensação de que as saídas são difíceis.

Depois, há a questão do próprio Congresso, o papel do Congresso, o nosso papel. Eu estou na Comissão de Segurança, como o Deputado Biscaia e o Deputado Tenório, mas, infelizmente, a tendência majoritária é de militarização da legislação. O que tem de projeto para fornecer armas...

E aí eu acrescento, além das polícias que foram citadas, pois esqueceu-se aqui, a Polícia Florestal. Ou seja, o que não falta é polícia no País. E é uma contradição: há uma estrutura gigantesca de aparelho policial e a segurança é desse porte.

Então, o Congresso Nacional cria crimes novos, endurece pena, arma para todo tipo de categorias. Portanto, o Congresso Nacional também está vinculado a esse caos.

Quero voltar o parêntese ainda na questão do sistema carcerário, do lucro; a questão do comércio dentro do sistema carcerário. É uma vergonha o que tem de comércio, de policiais, de ex-policiais dentro do sistema carcerário: um comércio lucrativo.

Queria, portanto, fazer algumas indagações. Eu queria perguntar para os dois qual seria o foco principal; quais os focos que esta CPI poderia se debruçar mais, para podermos oferecer ao País algumas alternativas. É milícia? É a corrupção no aparelho estatal? Ou seja, qual seriam os pontos principais, já que há uma vastidão nesse tema, nesse assunto. Queria pedir a opinião da senhora e do senhor sobre isso.

Queria enfatizar mais qual é o papel do Poder Judiciário, do Ministério Público nessa questão da insegurança, porque foi voltado mais para a questão do aparelho policial. Todo mundo fala da corrupção da polícia. E no Poder Judiciário, no Ministério Público, nas defensorias? Eu queria que os senhores, se tivessem elementos, abordassem também... Porque nós entendemos, assim como fez o Deputado Raul Jungmann, aproximar melhor o papel do Poder Judiciário nessa questão.



Por último, qual o tipo de organização, repressiva e preventiva, da polícia estaria imune à interferência do poder político? Como foram feitas as exposições, a interferência, é o político que se aproveita da força pública; é a força pública que se transforma em cabo eleitoral e assim por diante. Seria a unificação? As Forças Armadas, hoje, estão menos imunes a essa manipulação do poder político?

Eu queria também que se aprofundasse mais a ausência do município, principalmente agora, que o País está muito urbanizado. Há município com 10, 12 milhões de habitantes, e as regiões metropolitanas, que são municípios totalmente integrados. Qual é a repercussão da ausência do município na questão da segurança? Os Prefeitos dizem: ah, eu não tenho nada a ver com segurança; porque é do Estado e da União. E ao fazer essa reflexão sobre a ausência do município, eu faria a pergunta inversa: a presença do município no sistema de segurança, que repercussão positiva poderia ter?

Também, por último, sobre a questão da corrupção, que eu acho que essa é uma coisa, assim, gritante, até que ponto a corrupção acaba interferindo em tudo que se faz, não apenas a corrupção do pequeno, mas essa corrupção de cima, sendo que esses de cima estão muito protegidos?

Seriam basicamente essas, Sr. Presidente, minhas indagações, e também que se aprofundasse mais sobre a questão dos órgãos de controle, como o TCU. Agora mesmo, e estamos debatendo, o TCU mandou paralisar 40 obras do Governo; a Caixa Econômica, por exemplo, tem sido... Na nossa CPI, houve reclamações. Para construir um presídio no País, é uma dificuldade. Que se pudesse também aprofundar nisso, e que sugestões para tornar mais ágeis as políticas nessa área, que são brecadas por uma burocracia insensível, que prioriza um burocrata — um burocrata de terceiro escalão tem poder de breca, de interromper uma ação do Estado, voltada para uma área tão sensível.

Era isso, parabênzo a todos e acho, Sr. Presidente, que se houver a necessidade de fazer outra reunião, eu senti que a Dra. Jacqueline preparou uma exposição maior, a senti muito constrangida pelo tempo, e nós acabamos, acho, perdendo o melhor da exposição. Se pudesse passar a exposição para nós, se tivesse oportunidade de fazer outra sessão, mais demorada, para aprofundarmos as experiências que ela relatou e pudéssemos extrair mais da sua experiência e das



suas opiniões, porque eu senti que não só a exposição escrita foi muito rápida, mas também a velocidade da sua fala acabou não dando a possibilidade de captarmos o que a exposição tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputado Domingos Dutra, legítimo representante do povo maranhense.

Passo a palavra ao orador anterior, que não estava presente no horário, o Deputado Francisco Tenório e, em seguida, ao Deputado Major Fábio.

Lembro a todos que o Secretário Mário Beltrame já se encontra no prédio, aguardando o encerramento desta audiência inicial para que nós procedamos também à audiência da qual ele participará.

Com a palavra o ilustre representante do povo das Alagoas, nosso conterrâneo Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Prof. Ignacio e Jacqueline, parabenizo ambos pela participação e pelas orientações que nos dão hoje.

Procurarei ser mais objetivo, para facilitar.

A Dra. Jacqueline falou, acho, que 50% do seu tempo na questão policial, como sendo a polícia a célula dessa desorganização e desequilíbrio, causadora talvez desse processo de violência avançado que temos no Brasil, não por interesse próprio, mas pelo sistema policial adotado no País.

Ficamos com algumas perguntas aqui, até alguém já acionou e eu comecei a anotar: e o Ministério Público? E o Poder Judiciário? E o sistema penitenciário como um todo? E o uso e o tráfico de drogas? Falou-se muito em país federativo, e aí eu pergunto: seria o caso de federalizar mais a força policial, vamos dizer assim, o aparelho de segurança pública ou o contrário? Estadualizar ou municipalizar, se for o caso, lembrando que, quando se trata de municipalizar a área de segurança pública, a gente se refere não a criar aquelas polícias locais, de propriedade de prefeitos. Temos que ter esse grande cuidado.

Eu vejo um aspecto aí: a falência total do aparelho de segurança pública. Como profissional de segurança pública, eu me preocupo muito com isso. A gente visita as estruturas de segurança pública dos Estados. É uma desgraça. Não existem nem condições de trabalho para o policial. Eu vejo aqui o policial sem



vontade de trabalhar, sem autoestima nenhuma. Enquanto isso, faz gosto a gente entrar num prédio do Poder Judiciário, do Ministério Público também. Em Brasília, tem uma Procuradoria lá que eu acho a coisa mais linda do mundo. Agora, vamos ver as delegacias de polícia como estão, as unidades policiais militares. Essa falência do aparelho não leva o policial a perder o desejo por trabalhar? Não leva a sociedade a não ter coragem de procurar as polícias em si para se queixar dos fatos negativos praticados?

O Prof. Ignacio falou que o Rio de Janeiro não melhorou essas estatísticas, e hoje bota outros Estados na frente. Citou o caso de Maceió como exemplo. Eu pergunto: será que essa política de segurança pública, de certa maneira, de enfrentamento que o Rio de Janeiro tem enfrentado, ele não contribuiu para a estagnação da violência? Não melhorou, mas pelo menos não piorou. Será que se não existisse essa política o Rio não tinha avançado como os outros Estados avançaram? Fazer essa reflexão, peço essa opinião.

Aí eu pergunto: falou-se muito aqui na questão da arma, do armamento e tal. Qual seria a política ideal? O desarmamento total ou uma liberação total do uso de arma? A criminalização ou não criminalização do uso de drogas? São questões que, para a gente, vamos dizer assim, com o estudo dessas questões, possamos propor as políticas públicas tanto na área penal, na área legislativa, como na área prática administrativa. Queria a opinião sobre esses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Deputado Francisco Tenório.

Passo a palavra para o último inscrito, antes que nossos convidados respondam aos questionamentos, Major Fábio, representante do povo do Distrito Federal. Major Fábio tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Represento porque sou da Câmara, lá da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Olha, surpresa para mim lhe atribuir isso.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Paraíba, Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Pois então, com mais prazer ainda, porque é a nossa vizinha e conterrânea Paraíba. Passo-lhe a palavra.



O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu gostei muito das exposições que foram feitas pelo Prof. Ignacio e pela Profa. Jacqueline. Eu não sei se já os ouvi, creio que não, lá no curso de Especialização em Segurança Pública, no Estado da Paraíba, onde a gente costuma levar professores daqui do Rio de Janeiro. Temos um coronel que era diretor de ensino e era de costume ele levar professores daqui do Rio de Janeiro, da Universidade Fluminense, para o nosso curso de especialização.

Todas as vezes que um cientista fala a respeito de segurança pública, eu apenas ratifico, porque foram 21 anos vivendo a segurança pública. Isso na rua, isso no 190, ouvindo a situação do nosso País, que eu acredito que não é diferente... Eu até, assim, vou ao encontro às palavras do meu Deputado Domingos Dutra, porque de lá da Paraíba a gente olha para o Rio de Janeiro, e eu acreditava que a gente não tinha solução. Mas chegando aqui, Deputado Domingos Dutra, eu percebo que a solução é visível. A gente tem solução para esse problema, entendeu? Precisamos é de uma gestão comprometida com a segurança pública.

Nós não podemos, nós não podemos admitir, foi falado aqui no salário, até o Prof. Ignacio falou em regularizar o bico; depois, o professor falou em dedicar-se à segurança integralmente. Então, a gente fica neste dilema: regularizar o bico ou dedicar-se inteiramente à segurança? Regularizar o bico era fazer com que o profissional de segurança pública, que precisa estar 24 horas alerta...

Eu sou Major da Polícia da Paraíba; eu sou soldado da polícia da Paraíba, ali passei 21 anos e, neste exato momento, todas as vezes que eu saio daqui, eu fico olhando para as pessoas. Ainda guardo o sentimento de alerta que o policial tem, porque o policial entra em todos os locais, em todos os lugares, percebendo tudo, olhando para tudo, desconfiando de todo mundo. Então, o policial passa 24 horas nessa expectativa, nessa...

Tem uma outra palavra que me foge neste momento, mas ele passa 24 horas prestando atenção em tudo. Se a gente regulariza o bico, ele vai sair das 24 horas e vai entrar no outro serviço e vai ter que estar depois... Na folga dele, ele vai trazer o cansaço já do serviço, do bico e vai voltar ao trabalho. Então, seria uma coisa... E dedicar-se inteiramente à segurança, ele só poderia se tivesse um salário digno, em que ele pudesse sair de casa, ver a família numa situação com segurança alimentar,



com a casa própria, com plano de saúde, para poder estar trabalhando e ser independente.

Eu sempre fui independente. Graças a Deus, eu sempre fui um policial honesto. Mas eu acredito que talvez sejam os meus princípios e talvez a necessidade... Eu nunca tive necessidade de ser desonesto, mas sofri as angústias do que é ser um policial no Brasil. Não no Rio de Janeiro, mas no Brasil. As angústias do policial do Rio de Janeiro são as mesmas angústias do policial da Paraíba.

Eu dizia lá em Porto Alegre, nesta semana, juntamente com o Relator, o Deputado Paulo Pimenta, que às vezes eu saía para fazer segurança de um Deputado, para fazer segurança de juiz, para fazer segurança na frente da casa do Governador e eu lembrava que eu não tinha segurança. Eu estava ali para dar segurança ao Governador, mas eu próprio não tinha segurança. A minha esposa estava numa casa em que o muro era baixo, em que qualquer bêbado quebrava a porta e adentrava lá na casa. Eu dizia isso lá em Porto Alegre. E nós já andamos praticamente...

Agora no dia 31 deste mês, nós vamos ter realizado marchas em prol da PEC 300, que é uma proposta de emenda constitucional que equipara os salários de todo o Brasil, que cria exatamente esse piso nacional que esta CPI vem reforçar, as palavras dos senhores e das senhoras vêm reforçar essa necessidade de termos uma política nacional, uma política salarial nacional, porque, como foi citado aí, a Força Nacional é apenas uma maquiagem. Ela exatamente faz aquela, atende às necessidades ali, naquele momento, naquele instante e depois vai embora e a situação continua.

Então, nós escutamos atentamente, gostaríamos de ficar aqui ouvindo a tarde toda, entendeu, porque realmente iria nos enriquecer muito mais. Eu acho que enriqueceu esta CPI, tanto que os Deputados aqui pedem a opinião dos senhores e das senhoras para que a gente possa nos enriquecer mais com os conhecimentos aqui passados, as informações aqui passadas. Então, eu saio daqui hoje, depois de ter presenciado essas ricas explanações, acreditando que o Rio de Janeiro tem jeito, que o Brasil tem jeito; que, visivelmente, a gente consegue perceber que o que está faltando no Brasil não é culpa...



Foi colocado aqui, foi comentado mais, vamos dizer assim, a respeito das polícias. Quando eu decidi ser policial, minha mãe dizia: meu filho, duas coisas que eu não queria que você fosse era policial e político. E eu... (*risos*.) É, 3 na polícia e carreguei durante 21 anos esse peso, essa sociedade que a gente construiu, que nós construímos essa sociedade, não é?

Nós sabemos que o cidadão é fruto de uma infância que ele não teve. Eu dizia até nos meus discursos, eu dizia que o cidadão é fruto desde o ventre da mãe. Quando a mãe não tem um sistema de saúde que possa dar a ela o direito de fazer o pré-natal, a criança já começa a receber os primeiros estímulos negativos, lá no ventre. Aí vem uma criança que não tem direito a lazer, que não tem direito à creche, que não tem direito à educação, que não tem direito a nada e só pode, talvez, ser um jogador de futebol porque na frente tem um campo de pelada lá, que ninguém trata, ou senão na rua — pode ser jogador de futebol no Brasil — e vai crescendo nessa marginalidade, porque desde o ventre já está marginalizado. Aí vem a polícia e a sociedade, às vezes, quer que a polícia seja o pai, seja a mãe, seja o psicólogo, seja o pastor, seja o padre, seja o conselheiro...

Parece que a polícia teria uma varinha de condão para bater na cabeça daquele indivíduo que passou a vida toda sendo marginalizado e agora o soldado é o responsável para resolver o problema da segurança pública. O soldado que ganha 900 reais, aqui no Rio de Janeiro, que ganha 850, no Rio Grande do Sul, e que corre todos os dias risco de morte — neste momento, agora, está resolvendo problemas — são os pacificadores de conflitos, que pacificam conflito, mais de um conflito por dia; em que a adrenalina sobe mais de uma vez por dia. Isso é problema de padre com fiel, de professor com aluno, de tudo o que acontece de pai e filho, o pai que liga para a polícia e diz: “olha, não tem mais jeito”. O policial chega lá e o pai diz: “dei uma pancada nele, não fico só de conversa não, porque de conversa, já conversei com ele demais”. É o pai que pede, e o policial não pode, mas o pai pede, porque o menino não tem mais jeito.

Então, resumindo, esses são os policiais — que a gente acabou de fazer esses comentários a respeito —, policiais militares e policiais civis, que são contrários aos direitos humanos para todos, que são os grandes opositores dos direitos humanos e são os maiores agentes dos direitos humanos. Os policiais são



os maiores agentes a favor dos direitos humanos. Eles é que estão pacificando os conflitos, mas que prestam à sociedade aí, como o Dr. Ricardo Balestreri, ontem, falava no programa da *TV Câmara*, que até uma mãe dizia: é, mas o senhor fala que não pode ter tanto derramamento de sangue, não pode ter tanta repressão, mas quem perde um ente querido, quem é assaltado na frente da sua casa, quem tem a sua casa invadida e é tomado por refém, ele e seus familiares, os sentimentos dele naquele momento vão ser diferentes. Talvez quem nunca tenha passado por isso não consiga entender — não estou aqui defendendo o derramamento de sangue — agora, a gente precisa deixar um pouco do romantismo, porque bandido é bandido. Não estou dizendo o bandido lá da favela, fulano de tal, não; estou dizendo o bandido “bandido”, o bandido que está por trás disso tudo.

O que nós estamos aqui assistindo aqui, o que eu percebo, quando digo que tem solução, é que existem bandidos maiores, porque esses bandidinhos pequenos aí, que fazem parte da milícia, são bandidos pequenos, são bandidos que estão sendo comandados por outros maiores. É isso o que a gente percebe. Então, eles agora descobriram que querem fazer parte do bolo, querem uma fatia do bolo também, como foi dito pelos palestrantes. Então, eu saio daqui, muito assim, enriquecido com a palestra dos senhores, pois ratifica o meu senso comum, eu sei que agora me ratifica a questão da parte científica, a parte da pesquisa — tive oportunidade de fazer algumas pesquisas — a questão dos direitos humanos.

Encerrando, Sr. Presidente, sobre a questão dos direitos humanos, eu fiz uma pesquisa, em 2005, a respeito dos direitos humanos, e descobri que o policial militar não percebia os direitos humanos; ele percebia as instituições de direitos humanos. A representação social que ele tinha dos direitos humanos é que os direitos humanos eram uma ferramenta contrária a ele. Eu guardei essa pesquisa. Eu pensei: “eu não vou divulgar, não, porque talvez eu seja suspeito, né, de estar divulgando que os policiais pensam isso”. Mas, hoje, instituições... Não sei qual foi a instituição internacional que comprovou que não é só para os policiais militares, mas para o cidadão brasileiro, os direitos humanos hoje, as instituições de direitos humanos hoje servem para defender o bandido. Foi divulgada há pouco por uma instituição internacional. Então, ratifica aquilo que a gente viveu nas ruas.



E eu saio daqui feliz, porque eu acho que esta CPI está no caminho certo. Nós vamos produzir um importante documento, um importante trabalho que vai ajudar não só o Estado do Rio de Janeiro, que os nossos companheiros têm dito que vai ser o nosso laboratório, porque realmente é um Estado que vai nos ajudar tanto quanto os cientistas, pessoas como os senhores e a senhora, também com a situação diferente, uma situação com essas milícias. Tudo isso vai ser o nosso laboratório. Eu tenho certeza de que nós vamos produzir um documento; esta CPI vai produzir um documento, sob a presidência do Deputado Raul Jungmann e com a Relatoria dos Deputados Paulo Pimenta e Antonio Carlos Biscaia, todos que estão aqui.

Na verdade, eu tenho esses homens que estão aqui... Antes eu tinha uma impressão diferente do que é ser político. Estou sendo político pela primeira vez. Entrei na Câmara Federal, hoje faço parte desta Comissão e tenho certeza de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai produzir, juntamente com os senhores, um documento muito importante para este País para que possamos acabar com a violência e sair de uma vez por todas... Sei que a violência não vai acabar, mas precisamos sair dessa situação de desgraça em que vive o Rio de Janeiro, em que vive o Brasil neste exato momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Major Fábio, muitíssimo obrigado. V.Exa., pelo fato de ter militado durante 21 anos, traduziu com bastante emoção a situação em que vivem os nossos policiais. Agradecemos imensamente a sua contribuição.

Passo a palavra aos convidados. Antes, porém, tenho o desagradável dever de lembrar que o Comandante da PM, o Chefe da Polícia Civil e o Secretário estão nos aguardando. Isso não deve limitar evidentemente a sua resposta. No entanto, peço a necessária objetividade para que possamos seguir. Estamos com atraso de 1 hora, mas não por culpa dos senhores, que aqui chegaram no horário.

Com a palavra o Prof. Ignacio Cano.

O SR. IGNACIO CANO - Obrigado. Deputado. Eu vou tentar ser breve, até para respeitar as pessoas que estão esperando lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado.



O SR. IGNACIO CANO - Eu aceito a crítica que o senhor nos fez de que a gente falou muito de polícia e pouco sobre Ministério Público, Judiciário e sistema prisional. Até sobre políticas sociais a gente falou, mas não o suficiente. Nesse sentido, eu acho que a gente precisa que o Judiciário, o Ministério Público e a polícia trabalhem como parte de um sistema único, que hoje não são, na verdade. Cada instituição tem uma lógica interna. Se você quer acompanhar um caso desde a polícia até o Judiciário, o número de registro em cada instituição é diferente. Muitas vezes, você não consegue saber se esse réu corresponde a tal preso ou a tal inquérito.

Então, é preciso que todas as instituições trabalhem como parte do sistema. Nesse sentido, eu acho que o Legislativo, por exemplo, poderia pensar alguma reforma no inquérito policial. Eu acho que o inquérito policial, tal como funciona hoje, é excessivamente burocrático, cartorário, ineficiente, e acaba numa situação de pingue-pongue entre o Ministério Público e a polícia, que considera o crime esclarecido, o Ministério Público não fica satisfeito e volta... Então, é preciso repensar sobretudo a relação de trabalho operativo entre Ministério Público e a polícia.

Em relação às metas, eu concordo inteiramente com a necessidade de estabelecer metas. Inclusive, eu acho que agora, que nós vamos sediar os jogos olímpicos, teríamos que criar metas não para que os jogos olímpicos sejam tranquilos e pacíficos, mas para que, até 2016, a cidade toda seja uma cidade mais tranquila e mais pacífica para todos os cidadãos. Dessa forma, não seria preciso tomar medidas excepcionais em 2016, porque o quadro geral já teria melhorado.

Agora, eu queria levantar um alerta importante em relação às metas. As metas são fundamentais, mas elas dependem, de forma crucial, dos dados, ou seja, não podemos ter metas se não podemos acompanhar o cumprimento das metas, se não temos dados ou se não confiamos nesses dados. Nesse sentido, eu acho que o Brasil precisa de transparência na área de segurança pública, que tem uma cultura histórica de sigilo, aprisionamento das informações, não divulgação. Alguns Estados têm leis que obrigam o Estado a divulgar algumas informações, mas nós precisamos de uma divulgação completa das informações, exceto daquelas que são de natureza sigilosa, que basicamente são a identidade das vítimas e dos autores. O resto tem



que ser divulgado. Precisamos de ferramentas legais para obrigar essa divulgação. Precisamos também de estratégias para melhorar a qualidade dos dados e a credibilidade desses dados.

Nós temos aqui no Rio uma situação em que muitas pessoas dizem: não, tudo bem que os dados dizem “a”, “b” ou “c”, mas a gente sabe que a realidade é diferente. Então, as pessoas não acreditam nesses dados. Para isso, é preciso, por exemplo, formar conselhos de que a sociedade civil participe, de que a academia participe, para analisar esses dados, para validar esses dados de forma que as pessoas acreditem nesses dados; para que a política pública seja feita em função da taxa de criminalidade naquela região, e não em função se a Mercedes do Romário foi roubada ontem ou se houve um crime de muita repercussão.

A questão da corrupção é, na minha opinião, a questão central da insegurança e da criminalidade no Rio de Janeiro. Não há nenhuma política pública que possa ter chance de sucesso se a gente não enfrentar a questão da corrupção. Então, infelizmente, o nosso Governo aqui tem pedido muito patrulhamento ostensivo, força nacional, Exército etc., mas acho que o Governo do Rio deveria pedir Força-Tarefa em colaboração entre a Polícia Federal e a Polícia estadual contra o crime organizado no Estado do Rio de Janeiro, que é prioridade pelo menos na nossa situação. (*Pausa.*)

A situação das milícias é extremamente grave; é um câncer que corrói os aparatos de segurança pública do Estado que, em vez de proteger as pessoas, se dedica a extorquir essas pessoas. Fizemos uma pesquisa, que divulgamos no ano passado e fez parte inclusive da CPI das Milícias aqui do Estado, que mostra que as pessoas em área de milícia têm ainda mais medo de contar o que sabem do que as pessoas que moram em área de tráfico. Por quê? Porque o miliciano é funcionário público, e as pessoas têm horror de que o miliciano vá grampear telefone e acabar sabendo que ele denunciou. E, de fato, há casos de pessoas que denunciaram milícias e foram represaliadas posteriormente.

Então, é um exemplo muito claro de como não dá para fazer política pública sem encarar o problema da corrupção. Nesse sentido também, é muito interessante que, embora a milícia faça um domínio territorial e populacional da mesma forma que o tráfico, no entanto o Estado, quando luta contra a milícia, luta com as



ferramentas tradicionais, que são investigação criminal e prisão; não luta com estratégias militarizadas de caveirão, de ocupação de tiroteios e de confronto, que são estratégias que têm trazido muita insegurança para as pessoas que moram nesses territórios. Um dos Deputados perguntou: sem essa política de confronto, a situação não seria pior? Na minha avaliação, essa política de confronto tem contribuído para deteriorar a situação, deixando mais violência do outro lado, muita insegurança para quem mora lá. Quem apoia essas políticas é porque não mora na porta de onde esses confrontos aparecem. Se morassem, favoreceriam outros tipos de políticas, que têm como objetivo a pacificação e não a derrota do suposto inimigo. A situação do Rio é difícil, mas é possível, e nós temos que trabalhar para isso. Temos de trabalhar para a estratégia justamente de pacificação.

A questão da interferência do Poder Público em relação às polícias é uma questão muito difícil, muito fina, porque por um lado não queremos uma interferência indevida, em que as polícias virem órgãos de política partidária, mas, por outro lado, não queremos também polícias autônomas, como a Jacqueline falou. Então, o Poder Público tem que controlar a polícia, mas tem que controlar de forma transparente para que a polícia não acabe sendo uma ferramenta de políticas particulares. O papel dos municípios é muito importante. Ele vem crescendo muito no Brasil, mas ainda tem muito para crescer.

Fizemos uma pesquisa recentemente sobre homicídios contra crianças e adolescentes. O nosso objetivo é que haja um diagnóstico local em cada município, e que cada município implemente um plano local de prevenção contra homicídios. Isso só pode ser feito a partir de um diagnóstico local. O município também tem a vantagem de que muitas políticas sociais dependem do município. Então, ele está numa posição muito favorável para integrar política social com políticas de segurança pública de forma mais ampla.

Outro elemento importante é o fortalecimento das ouvidorias de polícia e das corregedorias de polícia no Brasil. As corregedorias têm pouco pessoal, não têm gratificação, não são autônomas do resto da organização. Aqui no Rio, nós tivemos um chefe de polícia acusado de vários crimes — hoje está preso. Essa acusação chegou à corregedoria. Obviamente, o corregedor a repassou para o chefe de polícia, que era o acusado.



Então, nós precisamos de uma estrutura de corregedoria que seja autônoma na linha de comando; que seja especializada; que tenha uma gratificação para quem trabalhe na corregedoria, porque só com isso a gente conseguirá reduzir o número de desvios. Eu acho que o objetivo não deve ser federalizar as polícias, mas o objetivo deve ser sim uma maior padronização das polícias. E para isso a SENASP vem trabalhando, e tem que trabalhar ainda mais. É preciso uma doutrina comum, uma capacitação comum, em alguma medida; um financiamento comum para que nós cheguemos a um mesmo padrão de policiamento em todos os lugares do Brasil. Na questão do desarmamento, eu acho que é claro, e o Deputado Raul Jungmann conhece muito bem a questão, que se nós armamos mais a sociedade teremos mais violência.

Então, desarmamento deve continuar a ser uma política nacional indispensável para diminuir, se não a criminalidade em geral, pelo menos os níveis de letalidade e morte decorrentes dela. Minha opinião pessoal é que a criminalização das drogas provoca mais prejuízos do que benefícios, mas eu acho que essa é uma questão que precisa de várias horas para ser debatida, que não dá para debater aqui.

E em relação ao comentário do Deputado sobre o bico, eu queria dizer o seguinte: o melhor seria a dedicação integral à segurança pública dos agentes da lei. Agora, para isso é preciso um salário condizente com as necessidades mínimas. Não havendo esse salário, e existindo o bico, pelo menos uma regularização é melhor do que acontece hoje, que é olhar para o outro lado e deixar que o bico corra solto, sem nenhum tipo de controle. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Nós agradecemos, e eu queria, em nome da Deputada Iriny Lopes, que foi autora do requerimento, primeiro pedir desculpas por ela não estar presente, e, em segundo lugar, agradecer imenso ao Prof. Ignacio Cano a sua participação. A Deputada Iriny me pediu que nós fizéssemos aqui esta ressalva.

Por favor, Profa. Jacqueline com a palavra.

A SRA. JACQUELINE DE OLIVEIRA MUNIZ - Sendo concisa, eu reitero todos os pontos apresentados pelo Prof. Ignacio, que expressam a minha posição de maneira clara e inequívoca. Gostaria de cumprimentá-lo por ser do Estado da



Paraíba, porque sou professora do curso superior de quase todas as polícias do Brasil, e em especial fui levada ao seu Estado para dar aulas nas academias tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil; conheço, prazer. Esse é um trabalho que eu já faço há quase também 15 anos em quase todas as academias de polícia no Brasil. Eu compreendo isso como uma missão porque, para mim, tem solução, tem jeito, e, de fato, a polícia tem esse papel protagônico.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Professora, pode só acrescentar aí no momento quais são os países que estão contando com o seu apoio?

A SRA. JACQUELINE DE OLIVEIRA MUNIZ - Olha, eu estive no México, quer dizer, eu estive no México exatamente para discutir a questão aqui colocada pelo Prof. Ignacio da *accountability* policial, ou melhor, *accountability* das políticas de segurança pública, ou seja, os níveis de responsabilização que, no nosso caso, não apenas no Brasil, e de resto, nas democracias emergentes da América Latina, seguem sendo difusos. Aí fica, termina sempre arrebatando do lado mais fraco. Mas, afinal, é de quem a responsabilidade sobre o quê? Se o mandato está em aberto, se as procurações estão em aberto, então, portanto, toda e qualquer responsabilização tende a ser difusa, favorecendo a corrupção, a impunidade e a incapacidade de definir competências.

Não definindo competências, não há como definir perfis de entrada e de saída de nenhuma dessas organizações. Você tem um circuito de insegurança: o governante tem inseguranças, é inseguro diante da ação policial; o juiz é inseguro na avaliação do mérito; o promotor, idem, na produção correta, na produção do processo. E nesse circuito, o cidadão, idem, chama a polícia e, de todos, o menos seguro é o policial, evidentemente, porque falta padronização, uma doutrina comum que respeite as especificidades, tanto estaduais quanto locais. Porque é evidente que policiar a Amazônia ou o Acre, com a sua geografia, é diferente de uma área urbana, mas é preciso que nós tenhamos uma linguagem comum, e o caminho está nas nossas mãos, junto ao Congresso: os protocolos da ONU.

Então, aí está resolvido. Vamos nós. Ponto: inteligência é importante? É. Mas ela precisa ganhar visibilidade. Ela tem sido usada como uma palavra performance, como uma cortina de fumaça para dizer que se faz alguma coisa, quando na



verdade se faz mais do mesmo. Inteligência tem doutrina, tem método, tem instrumentalidade e tem prática. E inteligência em polícia quer dizer gestão de produção, gestão/qualificação, transparência e controle público da informação; controle público seletivo, e essa seletividade, e esse nível de seletividade que a gente queira dar e de transparência depende da pactuação da sociedade com o Executivo e com o Legislativo.

Portanto, embasando a política pública, em qualquer democracia, a inteligência é passível de supervisão e controle e, sobretudo, controle público. Então é importante isso. Nós já fizemos na SENASP um concurso nacional construindo uma doutrina de segurança pública e articulando Judiciário, Ministério Público, polícias federais, a própria ABIN, que nos assistiu como observadora, e tendo como autores, coprodutores desse saber os policiais das 27 unidades federativas, e foi possível fazê-lo. A pergunta é: por que parou, já que não temos nada escrito — cartilhas, materiais didáticos — nesse campo? Esse é um espaço da informalidade que precisa ganhar qualificação profissional. Do contrário, inteligente é sempre a decisão que eu tomei e, nesse sentido, caímos de novo na impossibilidade do controle, da gestão e do aprimoramento da prática policial.

A questão do Congresso, os Deputados colocaram muito bem. Nós, há um tempo atrás, sob a coordenação do Prof. Domício Proença, fizemos o mapeamento das PECs dos últimos 10 anos. Esse trabalho terminou em 2005 e, portanto, não considera o tempo presente. Curiosamente, é decepcionante o posicionamento reativo do Congresso. Estamos diante dos senhores, então... Esse foi o resultado. Levantando todas as PEC, organizando-as por conteúdos e temáticas, a discussão não é a da segurança pública. Ainda vigem mitologias ou visões corporativas que se expressam, sejam em vantagens funcionais... Quer dizer, quando você organiza vantagens funcionais, pequenos remendos normativos legais, todo o campo da segurança pública fica restrito a uma dimensão organizacional. A polícia... Talvez aí uma presença mais proativa, e esta CPI tem esse espaço de fazer constituir, de ajudar a construir o sistema. E volto a reiterar: pactuação federativa.

O problema das demandas e saídas tanto na CONSEG da polícia penal e... A fabricação de polícias é... Uma folha em branco, quando está em branco, cada um preenche como quer, cada um pega um pedaço do papel. Milícias, de um lado, e



fabricação exacerbada de polícias para o outro, sem práticas de policiamento reguladas, são faces da mesma moeda: um mandato em aberto, um cheque em branco. Em verdade, cada um vai lá, preenche e exerce o seu corporativismo e sequer nós podemos validar se é pertinente ou não, porque não definimos exclusividades, competências, concorrências e redundâncias necessárias, que nós, sociedade brasileira, através dos senhores, entendemos que melhor expressa o nosso pacto federativo. Então, esta é a discussão de fundo: ou discutimos mandato ou todo o resto não vai ficar de pé. Vão ser expressões insulares de demandas corporativas, de pseudos monopólios. E aí corremos o risco, sim.

(Segue-se exibição de imagens.)

Unificação, eu não recomendo. Não recomendo isso na minha experiência tanto com o México quanto com a Venezuela, onde estamos trabalhando, na Colômbia e nos outros países. Não recomendo, a não ser que nós tenhamos a ambição de permanecer no poder *ad infinitum*, que não haja alternância. A unificação gera vários problemas num país federativo. Ela cria organizações de larga escala.

É bom lembrar que a maior parte das polícias que nós entendemos como eficazes têm menos de 45 mil policiais. A própria polícia de Nova Iorque reduziu a presença..., a quantidade de policiais e aumentou a quantidade de civis em atividade meio, em atividade de capilaridade com a sociedade, para fazer sustentar no tempo o efeito do trabalho policial e, com isso, permitir maior controle social. Primeiro, ordem de controle e mais eficácia sobre o trabalho de polícia.

Então, a unificação produz coisas como a gente vê, na Índia, que é federativo, organizações de 100 mil. É impossível comandar. Há limitações nas ferramentas de engenharia e de organização do trabalho que permitam isso para um trabalho em que o policial tem alto nível de discricionariedade, como médico e como professor universitário. Então, a maior parte das polícias americanas tem menos de 5 mil pessoas, 10 mil... A maior é a de Nova Iorque. É recomendável que ela tenha ... Se queremos fazer organizações grandes, então temos que descentralizar em níveis de gerência, reduzindo escalas, os interstícios hierárquicos, para haver maior aproximação entre a polícia de ponta, que é a polícia de verdade, e os tomadores de decisão. Do contrário, emancipação predatória, ingovernabilidade e, de novo, nós



vamos ter ou corporativismo — corporação sem tutela — ou uma polícia fracionada, com vários patrões.

A questão do enfrentamento é que o enfrentamento nivela por baixo. O enfrentamento provém de uma coisa que ele não é capaz de produzir: a segurança. Ele se funda no medo e na ameaça, maximizando, de um lado, a resistência social da população à presença, expectativa de presença ou ação policial. Ninguém testemunha, ninguém diz que o crime aconteceu, não dá uma água para o policial e sabota todo o planejamento tático quando a polícia invade, porque ela é percebida como invasora, estrangeira em seu próprio território.

A repressão é necessária? Sim, para isso existe uma coisa chamada operações especiais, que tem um modelo muito parecido com forças de paz da ONU. Rio de Janeiro: vários morros do Rio de Janeiro viveram experiências de ocupação, como aqui hoje é o policiamento... Então, se você tem áreas armadas, áreas conflagradas, seja um país, seja uma sociedade pós-guerra, seja uma comunidade, a primeira coisa é o desarmamento, sim. É criar uma linha de paz. Isso se faz com repressão qualificada sob controle. Operações especiais servem para isso, tanto nas missões de paz, na ONU, quanto nesses casos.

O problema do Rio de Janeiro é que nós reinventamos a roda. Estamos há 15 anos desenhando GPAE, policiamento em área de risco... O problema é que eles não perduram e isso tem a ver, de novo, com a fragilidade institucional dos recursos públicos de polícia. Tem solução? Tem. Se o problema é político, a solução é política. Quando eleitos, nós fomos empoderados por fontes de legitimidade que nos permitem fazer mudanças, estabelecer com clareza as regras do jogo. E as ferramentas estão aí. O Brasil é um bolsão de experiências bem-sucedidas. O problema delas é só ausência de “perdurância”, o desenho de políticas públicas.

Nesse sentido, a fala do Deputado Jungmann foi muito feliz. Nós podemos nos inspirar em muitas das ferramentas de gestão do SUSP para criar mecanismos: conselhos, mecanismos de contrapartida. Ora, sem informações não tem como produzir inteligência, não tem como avaliar o mérito. Sou eu mesma dizendo que minha fala é boa, a despeito de qualquer coisa. É boa ou ruim de acordo com o juízo moral de ocasião. O enfrentamento produz isso. É uma guerra que não existe, porque segurança é feita todo dia. Guerra tem hora para começar, tem hora para



terminar, correto? E, dois, nivela por baixo. Aqueles que são amadores seguem atirando para todos os lados.

Gostaria de lembrar que, para ser policial em Nova Iorque, é preciso acertar 95 tiros em 100. Se você não tiver essa precisão do tiro — porque o tiro da polícia tem que ter endereço, ele não pode ser avulso, não pode ter tiro amigo ou bala perdida —, você vai ser sociólogo, como a Jacqueline, estudiosa de polícia, mas administrador da incerteza, do risco e do perigo real dos policiais sobre os cidadãos, não. Então, nós estamos falando de uma coisa séria. Não é a terceirização da... Daí a importância do desarmamento.

Integração. Tanto unificação quanto integração... Vai depender do arranjo que nós fizermos dessas organizações existentes, porque elas existem e têm memória. Então, temos de articular. É preciso diagnóstico, Dr. Jungmann. Infelizmente, no Brasil não dispomos de diagnóstico de relações interagências, que é o que o senhor me parece ambicionar; qual é articulação entre Ministério Público, Judiciário e tudo o mais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Município. É fundamental. De novo, pactuação federativa. Sem município não dá para sustentar política pública de segurança.

Muito obrigada. Desculpe-me atrasar a hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Não, imagina. Nós é que pedimos desculpas porque terminamos, por atraso nosso, imprensando um pouco as nossas falas.

Mas gostaria de dizer, e acho que expressei a opinião de todos que fazem esta CPI, como também dos que assistiram a essa exposição, que a sua exposição, Prof. Ignacio Cano, que a sua exposição, Profa. Jacqueline, para nós foram excelentes e contribuíram muitíssimo, tenham certeza disso, para o delineamento do objetivo. Nós estamos nessa fase, exatamente na direção do que falava a professora Jacqueline, de não querermos sair atirando. Estamos querendo construir exatamente o que seria esse conceito, o que seria esse foco de violência urbana para, então, desdobrar todo o nosso trabalho.

A vocês, muitíssimo obrigado. Está encerrada esta primeira sessão. E nós vamos voltar...



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Porque nós temos horário.

Nós vamos perder a próxima...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - São 2 segundos. É só para pedir aos expositores as contribuições escritas que eles tiverem, que mandem para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Ah, sim, claro.

Por favor. Nós fazemos e reiteramos. Está correto. Obrigado.

Está suspensa esta reunião, até que nós...

Já podemos trazer os próximos?

Muitíssimo obrigado.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito bem. Gostaríamos de, inicialmente, ao retomar esta nossa audiência pública da CPI da Violência Urbana, agradecer a presença do Secretário de Segurança José Mariano Beltrame e também saudar a presença do Coronel Mário Sérgio, Comandante-Geral da Polícia Militar — seja bem-vindo, Comandante; do delegado Alan Turnowsky, Chefe da Polícia Civil; do Dr. Roberto Sá, Subsecretário de Planejamento e Integração Operacional; do Dr. Rivaldo Júnior, Subsecretário de Inteligência; do Dr. Paulo Augusto Souza Teixeira, Presidente do Instituto de Segurança Pública, e demais assessores do Sr. Secretário. Sejam todos bem-vindos.

Gostaria também de registrar a presença, que muito nos honra, do Deputado Estadual Wagner Monte, aqui representando esta Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Secretário e seu *staff* aqui presente, esta CPI foi constituída com o objetivo, os senhores não de concordar, muito ambicioso: a CPI da Violência Urbana. Então, a primeira questão que nós nos colocávamos, Secretário, é a seguinte: afinal, o que não é violência urbana? Violência urbana é o trânsito. Violência urbana pode ser compreendida, por exemplo, com brigas familiares, com as torcidas. Enfim, é algo extremamente amplo e múltiplo. E também, talvez... Interessante que esta CPI tem, portanto, esse caráter, digamos assim, em certa medida, genérico.



Nós então decidimos, Secretário, que iríamos empregar o nosso período inicial em procurar fazer um diagnóstico e, ao mesmo tempo, construir algo como enfoque, um conceito, em que pudéssemos sobre ele nos debruçar, trabalhar e apresentar soluções para esse problema.

Então, decidimos, nesse período inicial, Wagner, ouvir aqueles que são profissionais e que podem contribuir com as suas experiências, especialistas, docentes, estudiosos como, por exemplo, aqueles 2 que se encontravam aqui e que foram por nós convidados.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, quero dizer o seguinte: em que mais os senhores poderiam nos ajudar? Seria contribuir com sua visão do que seria essa violência urbana. E quais os fatores os senhores relacionam com essa mesma violência? Evidentemente, sob o vosso prisma, segurança, com o qual os senhores trabalham. E que saídas e soluções poderemos encontrar?

Lembro, por fim, que esta CPI se encontra representada na figura de seu Relator, Deputado Paulo Pimenta, e pelos Deputados titulares: Antonio Carlos Biscaia, do Rio de Janeiro; Rogerio Lisboa, do Rio de Janeiro; Francisco Tenório, de Alagoas; Domingos Dutra, do Maranhão; além do Major Fábio, que deve ter ausentado por algum motivo. É constituída de 24 membros e deve dar uma contribuição importante, porque quando estiver se encerrando — não que seja o nosso propósito — mas efetivamente o senhor estará numa corrida nos Estados e Presidencial. Penso que ela pode ser importante. E, logo em seguida, vamos ter Copa do Mundo e também as Olimpíadas, inclusive aqui no nosso querido Estado do Rio de Janeiro. Então, toda essa contribuição, eu diria assim, pode provir desse trabalho que estamos aqui realizando.

Neste sentido, Secretário, eu que o conheço, conheço a sua trajetória, conheço a sua seriedade, conheço a sua honradez e disposição para o trabalho, gostaria de lhe agradecer muito essa disposição, com todas as ocupações e preocupações que tem, de comparecer aqui e ainda mais na presença de todo seu *staff* direto que cuida deste assunto, segurança, que é, ao mesmo tempo, do Rio e, por que não dizer, nacional.

Sejam todos, mais uma vez, muito bem-vindos.



O Secretário disporá de 20 minutos para sua exposição, mas não se preocupe com isso, apenas é regimental dizer, o senhor utilizará o tempo que for necessário. Se entender que algum de seus auxiliares tem alguma contribuição também relevante a dar ao tema, fique à vontade, pode usar o tempo e a contribuição que queira dar. Encerrada a sua exposição e a de seus auxiliares que o senhor julgar conveniente — os senhores não serão interrompidos —, teremos os questionamentos que serão feitos. E, em seguida, encerra-se esta audiência pública.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário Beltrame para que faça a intervenção que julgar necessária a respeito do tema objeto desta CPI. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Boa tarde a todos.

Inicialmente quero apresentar os meus companheiros e colegas: o nosso Presidente do Instituto de Segurança Pública, que poderá fornecer qualquer dado relativo aos índices alcançados ou não pela segurança; o Subsecretário de Inteligência, Delegado Rivaldo; o Subsecretário de Planejamento, Delegado Federal Roberto Sá; o Comandante-Geral; o nosso Chefe de Polícia; o Delegado Alzir, do Planejamento; o Delegado Oliveira, uma pessoa que tem *expertise* muito grande no que diz respeito ao combate ao crime de armas; e o meu chefe de gabinete. Essas pessoas viriam, independente da minha presença — inicialmente eu não viria —, e posso lhe dizer que são os grandes responsáveis pelo que se pretende em segurança pública.

Agora, vemos que violência urbana é uma questão que transcende muito mais a ações de segurança pública praticadas pelo Estado. A violência urbana, mundialmente, se dá em função de desigualdade de paradigmas econômicos, sociais, falta de perspectiva para a juventude, maneira desordenada como as pessoas ocuparam o solo, principalmente aqui no Rio de Janeiro. Enfim, teríamos uma gama de causas oriundas da violência urbana que talvez muito pouco têm a ver com a ação de segurança pública, mas cabe à segurança pública tentar... A segurança pública tem um pedaço nesse combate. E é aí que a gente procura trabalhar.

Só para os senhores terem uma ideia, nós estamos finalizando um planejamento estratégico exatamente onde a gente aborda o nosso papel como segurança pública, porque muito do que acontece aqui cai hoje no colo da



segurança pública, mas não é segurança pública. São assuntos dos mais diversos, desde falta de iluminação à falta de emprego. O menor, que não é um problema de Polícia, sofre atos de violência urbana. Eu acho que a questão da violência urbana é um problema multifacetado. Acho que essa é uma discussão que tem que ser levada ao âmbito municipal, estadual e federal. Dificilmente, nós vamos mudar um paradigma desse sem um processo de geração de emprego e renda, por exemplo..., mas a segurança pública, o Estado, nós temos o nosso papel.

Fazendo um breve exercício histórico, o Rio de Janeiro tem características que não existem em outros lugares do mundo, como a nossa geografia, a maneira como o Rio de Janeiro foi ocupado. O Rio de Janeiro foi colônia, o Rio de Janeiro foi capital da República, foi cidade-estado. O Rio de Janeiro perdeu a condição de capital da República. O Rio de Janeiro ficou órfão disso. De lá para cá, nós tivemos uma série de governos que, no nosso entendimento, não tiveram a preocupação precípua exatamente sobre a questão do planejamento. Nós temos hoje lugares em que pessoas vivem em alguns metros quadrados, conglomerados de pessoas que não têm a mínima condição de ali viverem e sobreviverem. Por isso, passa todo esse processo cultural, passa todo esse processo econômico. Nós temos lugares em que, sem dúvida nenhuma, o Estado tem uma ação que eu poderia dizer relativa, porque não chega a esses locais o serviço. O que é o serviço? A educação, a saúde, o caminhão de lixo e assim sucessivamente.

Para ser mais objetivo, o que a gente procura fazer no sentido de enfrentar isso? Primeiramente, a gente ficou um período aqui buscando recuperar o que se podia de efetivo. Nós pegamos uma situação muito difícil. Nós tínhamos aqui desde problema de frota, passando por questões básicas de Polícia, uniforme e assim sucessivamente. Pegamos a Polícia Civil numa situação muito difícil, considerando que os chefes anteriores foram presos e denunciados. Então, o senhor imagine em que condição uma instituição honrada, como a Polícia Civil... Mas essa situação passou.

Nós, de uma certa forma, conseguimos implementar os concursos, conseguimos colocar um pouco de efetivo para dar uma operacionalidade um pouco maior para a Polícia e passamos a desenvolver o que nós entendemos que faltava, porque voltamos para a questão do planejamento. Eu acho que as pessoas podem



achar que a Polícia não trabalha com planejamento, mas hoje a Polícia trabalha, sim, com planejamento. Nós temos 4 grandes eixos de ação. Só para deixar claro para os senhores, esses eixos, nós apresentamos ao Comitê Olímpico Internacional, quando eles vieram aqui nos sabatinar. E, após a semana passada, a gente ficou muito feliz porque a gente usou, mais uma vez, da verdade e da transparência e entendemos que vencemos. Por quê? Porque nós dissemos ao Comitê Olímpico — e digo aos senhores e a toda comunidade — que o Rio de Janeiro tem problemas, sim. Foi isso que foi colocado. O Rio de Janeiro tem problemas, tem problemas sérios, mas nós temos propostas. Nós temos um planejamento para a segurança pública, de curto, de médio e de longo prazo, que são questões lastreadas em tecnologia, são questões lastreadas em unidades pacificadas e em recuperação de efetivo.

No final do ano passado, nós começamos com as unidades pacificadas. E hoje eu posso dizer aos senhores que nós temos 100 unidades a serem, a receberem essa pacificação, listadas. Temos 47 já planejadas, em que se atribuíram pontos, se atribuíram valores a essas comunidades por um grupo de policiais civis, militares, serviço de inteligência da nossa Secretaria e instituto de segurança. Já fizemos 5, e até o fim do ano pretendo fazer mais 5, dando uma média aí de quase uma por mês. Isso está pronto e só vai depender da formação desses policiais nas academias, porque nós vamos usar esses policiais novos para fazer as unidades pacificadas e para recompor os efetivos da Polícia Militar. Os efetivos da Polícia Militar, Deputado, são dos anos 80. São dos anos 80.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - O senhor se refere ao tempo de permanência ou ao quantitativo, ou aos 2?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Ao quantitativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - O quadro demonstrativo do efetivo da PM é de 1982. Corrijam-me se eu estou errado. Então, isso tem que ser mexido. E isso é uma medida de longo prazo. Eu sei que a sociedade quer medidas de curto prazo. A sociedade não aguenta mais, a sociedade quer a solução para os seus problemas e a sociedade traz à discussão o episódico emocional, ela não quer discutir processos. Mas nós estamos correndo esse..... Nós estamos assumindo este



risco de fazer um planejamento, colocar uma meta e chegar. Nós não vamos mais, a cada semana, por conta de uma notícia ruim de segurança pública na mídia, aparecer com uma missão salvadora, uma nova política de segurança pública e mudar. Nós temos horizontes a cumprir. E esses horizontes passam pela continuidade dos concursos, porque isso também não existia. Os concursos hoje estão garantidos. Nós conseguimos, com uma mensagem aqui nesta Casa, passar dos 38 mil policiais militares para 62 mil. Não quero dizer que nós vamos fazer os 62 mil, mas nós estamos planejando e nos organizando para fazer 5 mil policiais por ano, porque a Polícia perde, entre mortos, feridos, aposentados e pessoas que vão para outros órgãos, entre mil e 1.200 policiais.

Então, hoje isto está organizado, a formação desse policial está organizada, com políticas e disciplinas de direitos humanos, de polícia de proximidade. E quando esses policiais se formam, com metade deles eu recomponho os batalhões, porque em função desse efetivo escasso desde os anos 80, todos os batalhões do Rio de Janeiro têm uma deficiência de no mínimo 30% — todos. E parte deles eu vou usando para as unidades pacificadas. E assim eu vou repletando os efetivos e pacificando as unidades.

Tecnologia. Nos batalhões da PM — pasmem os senhores —, em pleno século XXI, eles não se conversam por computador, não têm rede de computador. Se hoje quero saber quantos quepes há num batalhão, eu tenho que ligar, alguém tem que ir lá na prateleira contar, me mandar um fax ou me telefonar, porque isso não está sistematizado. Nós estamos, até o fim do mês, colocando uma grande rede de *backbone* em todos os batalhões, onde vão transitar dados, voz e imagem. E os policiais terão no seu computador a mancha criminal que eles vão poder captar do Instituto de Segurança Pública.

Conseguimos com o Tribunal de Justiça 70 milhões, e vamos fazer um centro de comando e controle dentro de uma visão mundial de segurança pública que se chama de Centro de Defesa Social que não é simplesmente um lugar onde imagens das ruas são replicadas. Não. Ele é um centro onde vão trabalhar juntos Polícia Civil, Polícia Militar, SAMU, bombeiros, Guarda Municipal, CET-Rio, onde qualquer evento que acontecer na cidade, qualquer uma dessas chamadas vai para este centro e as pessoas representantes de cada uma dessas instituições, ali, vão tomar



a sua decisão. Agregado a isso, todo um legado de câmeras que vêm ainda do Pan-Americano, que nós necessitávamos fechar esse legado. E dentro desse orçamento nós temos orçamento para ampliar esses quadros.

Agora, Deputado, nós não somos responsáveis pela formação dos policiais, pela formação de caráter dos policiais e nem pela formação de caráter dos bandidos. Nós temos, sim, no Rio de Janeiro, ao longo dos anos... As pessoas ligadas ao crime têm, por natureza, considerando que o Estado não era presente... Quem era presente ali? Quem era o representante? Um traficante ou um miliciano, enfim. Então, essas pessoas não têm com o Estado o respeito quando o Estado vai até elas. O Estado, muitas vezes, faz o seu trabalho, mas ele encontra essas pessoas, muitas vezes, usando armas, armas de uso proibido e de calibre proibido que, além de impedir a ação do Estado, impedem a ação do Estado a tiros. E uma pessoa que age contra o Estado atirando não deixa de estar abrindo mão do próprio direito que o Estado tem de protegê-la.

Isso se desenvolveu no Rio de Janeiro há muito tempo. Isso não é de agora. O problema de segurança não nasceu em 1º de janeiro de 2007. Isso é histórico. Então, às vezes as pessoas dizem: *não, porque a polícia mata*. Não. Não é verdade. O que nós temos aqui é que nós temos 3 grandes facções que lutam entre si e essas facções são as responsáveis pela introdução de armas de grosso calibre, não para brigar só contra a polícia, mas para brigar contra os seus opositores. Um policial muitas vezes tem que usar um fuzil, e nós estamos introduzindo e substituindo pela carabina ponto 30, porque ele tem que proteger o seu negócio ilícito contra a invasão de outros grupos. E a polícia, quando vai a esses lugares, usa o equipamento compatível com aquele que ela vai encontrar.

A questão de homicídios, no Rio de Janeiro, é um problema. Claro que é um problema, não tenha dúvida. Nós começamos com 38... Pelo menos pelos dados do Instituto de Segurança Pública nós tínhamos 38,5 mil homicídios por 100 mil habitantes; nós estamos com 33. E pretendemos, através do quarto e último eixo que a gente trabalha, que são as regiões integradas de segurança pública, que está aqui à disposição dos senhores todo o planejamento, como ela funciona..., onde nós tínhamos no Rio de Janeiro um batalhão, por exemplo, e na área daquele batalhão nós tínhamos 4, 5 delegacias. Então, agora nós dividimos as áreas por delegacias. E



cada delegacia vai ter uma companhia da Polícia Militar junto a ela. E a essas pessoas se paga meta, se paga resultado, se cobra isso no que tange a 4 delitos que foram elencados.

Então, hoje, Deputado, nós estamos introduzindo uma ferramenta da iniciativa privada muito utilizada no serviço público. E o que nós queremos não é simplesmente que aquelas pessoas atinjam aquela meta. O que nós queremos é criar a cultura de perseguir uma meta, que as pessoas tenham compromisso de perseguir aquela meta. E a nós cabe gerir condições para que isso aconteça. Esse é um decreto que já está em vigor há 2 meses. Estamos aí com índices bons, mas eu particularmente não gosto muito de analisar índices, eu acho que o índice hoje está bom, amanhã pode estar ruim. A gente tem que analisar índices no contexto histórico. E se nós analisarmos índices de 2007 para cá, no cômputo geral eles estão muito bons.

E o índice, eu posso dar... relativizá-lo da maneira que eu quero. Então, eu acho o índice muito importante, mas a gente também não pode se prender a ele, porque ele é variável, ainda mais um instituto que trabalha com quase 40 índices, sempre nós vamos ter problemas com isso.

Eu, para não me estender mais, diria que nós precisamos, sim, do apoio, nós precisamos, sim, da atuação do Governo Federal. Nós precisamos da atuação dos senhores no que diz respeito à alteração de algumas leis. Nós precisamos de uma providência urgente no controle dos 16 mil quilômetros de fronteira seca que o Brasil possui. Nós temos não só agora, mas, recolhendo no conteúdo histórico, apreensões altíssimas de armas durante o ano. Armas todas de uso exclusivo das Forças Armadas, sejam nacionais, sejam estrangeiras. Necessitamos, sim, disso. Acho que nós necessitamos, considerando que segurança pública é um problema que hoje todos estão preocupados.

Acho que segurança pública é um problema para ser tratado no âmbito de Ministério, no âmbito orçamentário, como tem a saúde. Nós temos aqui o Dr. Biscaia, que foi da SENASP. Eu entendo que a SENASP hoje não tem uma estrutura para acompanhar projetos nos 27 Estados brasileiros, nem o próprio Ministério da Justiça. Se precisar de alguma coisa, ele tem que se valer de algum



funcionário de outra Unidade da Federação. Não existe administrador de projetos, não existe a figura dessa pessoa.

Então, nós teríamos aqui uma série de outras pequenas medidas, mas eu entendo que a contribuição que esta CPI pode tirar daqui..., eu diria que nós necessitamos exatamente de uma série de outros investimentos no que diz respeito a ações fora da área de segurança — e lhe digo por quê, Deputado —, porque nós estamos com 5 áreas de unidades pacificadas, e eu as visito semanalmente. E o abandono dos jovens dentro desses locais é muito grande. Se essas pessoas não tiverem uma perspectiva — digo isso e repito — não será a Polícia que vai eternizar a paz. As pessoas precisam ter um mínimo das suas demandas atendidas.

Nós temos problemas sérios com jovens que estão sem nenhum tipo de atividade, que estão à mercê de uma primeira proposta para que eles possam derivar, seja para o bem, seja para o mal. É fundamental que se tenha um horizonte para essas questões. Nós não podemos mais conviver em certos lugares onde o que essas pessoas conhecem não passa do muro da casa delas ou não passa do outro lado da rua. O horizonte dessas pessoas é muito pequeno.

Então, quando a gente ouve aquela expressão “aqui é nós”; quando eles dizem “aqui é nós”, “aqui” é o lugar deles. Essas pessoas não conhecem o Estado, não conhecem a lei, não sabem os seus direitos, não sabem os seus deveres. E essa é a complexidade hoje da segurança pública ao tratar com essas pessoas. Nós precisamos — eu uso uma expressão — de um *tsunami* de ações sociais para resolver esses problemas. E, dentro dessas ações sociais, nós temos as questões de segurança pública, mas nós temos muito mais o que fazer. Nós temos muito mais. E acho que vivemos um momento importantíssimo com a vinda dos jogos para cá. Pensou-se alto, e acho que nós temos que pretender isso.

Para os senhores terem um exemplo, isso foi dito pelo Governador, segurança pública no caderno, no comitê olímpico, em todas as vezes em que o Brasil se habilitou, a curva mais alta de ascensão ao atingir as metas foi a segurança pública.

Temos problemas? Temos muitos, Deputado, temos muitos problemas. Mas acho que nós também melhoramos em muita coisa. Melhoramos em muita coisa.



Mas eu acho fundamental que outras ações se engajem nesse processo e que consigamos dar exatamente um horizonte para essas pessoas.

A polícia está se preparando, tem mensalmente — o comandante está aqui — formação, cursos de capacitação mensais para quem volta de férias. A polícia vive momentos de outros horizontes. A Polícia Civil, até o final do ano que vem, vai ficar pronta, totalmente pronta, com um IML para 20 anos. Porque nós não estamos preocupados com os Jogos Olímpicos; nós estamos preocupados em preparar a cidade. Ao preparar a cidade, pode vir qualquer evento.

Nós temos um IML que hoje tem 300 câmaras mortuárias. Um IML que fui visitar aqui e encontrei 10, 12 corpos podres distribuídos no chão do IML.

Nós temos a Cidade da Polícia, onde nós vamos ter todas as delegacias especializadas juntas. Nós vamos concluir o Programa Delegacia Legal, que é um programa de governos anteriores, muito bom. Vamos terminá-lo. Vamos construir com o dinheiro do BNDES as casas de custódia, o ICCE, o Instituto de Criminalística novo.

Então, entendo que a Polícia Civil, como uma instituição menor, vai ficar pronta. A Polícia Militar é uma instituição maior. Nós precisamos, sem dúvida nenhuma, continuar agindo como nós agimos. Mas precisamos, sim, do apoio dos senhores. Precisamos mudar a questão das execuções penais. Não podemos deixar que marginais voltem ao convívio, como nós tivemos no último caso do Polegar, que saiu às 7 da manhã, e, às 7 da noite, nunca mais foi visto. Isso não é possível. Nós temos uma equipe de policiais procurando esse cidadão. Numa deficiência de policiais imensa, nós estamos com uma equipe de policiais tratando só de recapturar essas pessoas.

Então, toda a minha equipe aqui está à sua disposição. Nós esperamos que esta CPI chegue a conclusões concretas, objetivas e que elas surtam efeitos definitivos na melhora da segurança pública do nosso Estado, da nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Secretário, acho que essa sua intervenção inicial já fez jus ao nosso convite, que nos ajuda bastante nessa nossa tarefa, que, pode imaginar o senhor, não é uma tarefa menor.

Indago se o senhor quer que algum dos seus auxiliares seja ouvido, e nós passamos imediatamente ao Relator para que ele faça as perguntas iniciais.



O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Olha, eu reputo muito importante a questão do ingresso de armas no Rio de Janeiro...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu tinha pautado...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Porque, Deputado, só um detalhe. Isso não é de agora. Muito se apreende de armas. A quantidade de armas apreendidas historicamente, durante anos, passa de 10 mil armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Secretário, eu...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - E a gente está fazendo a lição de casa, porque a gente está...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu pautei 4 temas, rapidamente, que eu gostaria de ouvir, que talvez até seja a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Perfeito, mas é que eu estou perguntando se ele quer que eu ouça alguém antes de você começar a perguntar. Só isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeitamente. Está bom...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Apenas expliquei para ele se o senhor queria que algum dos seus auxiliares fosse ouvido ou já passamos a palavra ao Relator

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - De repente a resposta das tuas questões está em alguma intervenção dos colegas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Ok. Então, mais uma vez muito obrigado pela sua contribuição, e passamos a palavra ao Relator, antes que os demais Srs. Deputados façam também a sua inquirição.

Por favor, com a palavra o Relator, Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Bom, quero em primeiro lugar, Secretário, agradecer não só a sua presença mas também a distinção de ter comparecido a esta Comissão com toda a sua equipe, com todo o comando da Segurança. Eu acho que isso é um fato que demonstra o apreço, o respeito pelo trabalho que nós estamos desenvolvendo. O Presidente Michel Temer, quando cria esta Comissão, estabelece uma prioridade: o tema da segurança pública na pauta do Parlamento. E é uma Comissão formada por Parlamentares, todos experientes, que têm trajetória: Deputado Biscaia, Secretário Nacional de Segurança Pública;



Deputado Raul Jungmann, Ministro de Estado; Deputado Domingos, Relator da CPI do Sistema Carcerário; Major Fábio, Relator da PEC 300, nossos companheiros, todos eles... Francisco Tenório, Rogerio Lisboa. Todos nós aqui somos... Então, o grande desafio de poder propor mudanças, enxergar medidas que possam... Evidentemente que esta fase de diagnóstico está chegando, digamos assim, no seu limite. Esta presença no Rio de Janeiro para nós é muito importante, porque ela marca a transição dessa fase inicial dos diagnósticos para podermos avançar no outro sentido.

Eu gostaria de poder entender um pouquinho mais 4 questões.

Primeiro, essa questão das armas. Eu fui Relator da CPI das Armas, o senhor sabe disso, trabalhei com delegados experientes da Polícia Federal. Não acredito em controle de área pelo crime organizado, por milícia, seja lá por quem for, sem que tenham fuzis, armas de rajada ou granada. Se não tiver arma de guerra, não controla território nenhum. Então, eu queria entender um pouco qual é a sua visão sobre a rota dessa arma, o circuito que essa arma está fazendo, como é que está sendo desenvolvida essa política e o que nós poderíamos ajudar nessa questão, porque eu acho que ela é chave para tentar compreender um pouco toda essa situação.

A segunda questão, eu queria ouvir vocês um pouquinho sobre a questão do sistema carcerário, o sistema penitenciário aqui do Estado do Rio de Janeiro. Nós temos uma compreensão — recentemente a Câmara fez um trabalho muito importante no País sobre essa CPI do Sistema Carcerário — de que hoje entre vários elos, digamos, falidos do sistema, nós temos um problema gravíssimo que envolve o sistema carcerário. Eu costumo dizer, Deputado Domingos Dutra, que de certa forma cada pessoa que cai no sistema, de certa forma, o Estado está pagando para arregimentar gente para as organizações criminosas, pagando alimentação, segurança, porque a probabilidade de que ele possa sair do sistema melhor do que entrou é muito pequena. E hoje, se não se render ao comando de alguma dessas organizações, que no geral comandam o sistema penitenciário, a probabilidade de poder sobreviver inclusive se torna muito pequena. Então, essa questão do sistema carcerário para mim é chave também de ser pensada. Eu tenho falado das diversas oportunidades que o próprio Governo Federal, que conseguiu construir os presídios



de segurança máxima..., não conseguiu fazer nenhum chamado Presídio Jovens Adultos, que era uma “baita” proposta, presídio de até 400 pessoas, com ensino fundamental, ensino médio, ensino profissionalizante, para jovens até 24 anos, que pudessem sair com uma profissão.

Recentemente, eu fui buscar uma informação sobre algum que nós pudéssemos visitar no País. Nenhum. Eu acho que essa questão do sistema carcerário é chave.

Essa questão das unidades pacificadas, eu queria também entender um pouquinho isso. Primeiro, até para tentar entender um pouco o perfil desse jovem que está lá. Quer dizer, eu tendo a achar que acompanha muito aquela estatística nacional que aponta 20% da população jovem, em torno de 7 milhões de pessoas, entre 15 e 25 anos, fora do mercado de trabalho, fora da escola. Eu queria entender um pouco melhor essa lógica da unidade pacificadora em termos de acesso aos serviços básicos de saúde como educação.

E, em várias oportunidades, desde que nós chegamos aqui ao Rio de Janeiro, nós ouvimos falar nas milícias. Todo mundo que conversou conosco até agora, desde que nós chegamos, falou em milícias. Zonas que o tráfico saiu, a milícia entrou, controle econômico da milícia, milícia comandada por policial, milícia na mão de político, milícia como instrumento de controle social, eleitoral. Chegamos a ouvir até que zonas pacificadas estão sob controle da milícia, que, portanto... E esse fenômeno das milícias acho que é muito importante tentarmos entender, porque eu acho que ele é hoje uma particularidade que talvez se revele de maneira diferente em cada Estado. Eu tendo a achar assim que as milícias estão para o Rio de Janeiro o que o controle do PCC sobre o sistema penitenciário está para São Paulo, de certa forma. Não sei. Gostaria de entender um pouco melhor esse episódio de como é que de fato ocorre essa relação.

Eu tenho uma opinião — e o Major Fábio, que está aqui, tem coordenado esse trabalho no Brasil hoje — de que o bico é a porta de entrada da corrupção e da desconstituição dessa relação que nós precisamos ter do Estado com a sociedade. A própria Polícia Federal eu acho que viveu um grande processo de transformação. Eu fui Relator da MP 110, de várias medidas provisórias que reestruturaram a Polícia Federal, padrão salarial e tudo mais. Hoje, o Rio de Janeiro tem um padrão



salarial, pelo menos são as informações que nós temos da Polícia Militar, que só ganha do Rio Grande do Sul. Esse padrão de escala 24 por 72, nós temos lá, ele é um padrão que estimula o profissional a ter uma outra atividade para complementar a sua sobrevivência. Hoje, o policial que não está na milícia está no supermercado, está no posto de gasolina, em algum lugar ele está. E nós estamos convencidos de que sem enfrentar essa questão de um piso nacional não adianta nós insistirmos nessa discussão. Eu comungo da ideia do Ministério. E queremos chegar a uma ideia de investimento mínimo de segurança pública no Brasil, com vinculação orçamentária da União e dos Estados, porque hoje, em alguns Estados, quanto mais o fundo transfere, mais o Estado se retira do seu comprometimento. Então, queremos orçar uma proposta de segurança no Brasil. Eu acho que vocês podem nos ajudar muito, porque a experiência aqui é uma experiência inovadora.

Então, eu queria ouvir um pouquinho sobre isso. Arma, como é que vocês estão enxergando essa questão, tipo de arma, origem, sistema carcerário, milícia e as chamadas unidades pacificadoras. E a questão do polegar, só para lhe dizer que eu tenho o mesmo sentimento de revolta, de indignação, de impotência. Imagino, do ponto de vista da autoestima de um policial que trabalha numa investigação, prende, o delegado faz o inquérito, o Ministério Público denuncia. Depois, o cara sai pela porta da frente, quando todo mundo sabia, todo mundo sabia que o cidadão ia sair e não ia voltar mais, e mesmo assim o Estado promove uma situação como essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Eu só queria aduzir rapidamente algumas questões. Mas são muito rápidas. A sua posição, Secretário, é de que nós vamos ter que conviver, e não é só aqui, no Brasil inteiro, com a questão do bico. É possível eliminá-lo ou é melhor regulamentá-lo? Qual é a sua posição? Essa é uma questão.

A outra questão, se o senhor pudesse falar rapidamente sobre a sua visão, que é o seguinte: nós estamos melhorando a polícia, é o caso que o senhor demonstrando aqui. Agora, se o sistema penal... Por exemplo, no meu Estado, Pernambuco, eu tenho 92% de congestionamento de processos na primeira instância e 70% na segunda instância. Então, como esse é um sistema integrado, vamos supor o absurdo, melhora-se o sistema de segurança.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se a polícia conseguisse cumprir todos os mandatos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Cumprir com seu problema. Aí eu tenho o Ministério Público, que não tem a capacidade de denunciar, eu tenho a justiça, que é isso que acabei de citar 2 casos aqui, e eu tenho o sistema penal. De novo, o Estado de Pernambuco tinha 1,5 presos apenados por vaga. Melhoria da capacidade da polícia elevou para quê? Para 2,7, quase 50% prisão provisória ou temporária. Ou seja, sem julgamento. Daqui a pouco, a exemplo de Polegar, vai para a rua, o que é um desastre.

Então, eu queria ouvi-lo um pouco a respeito de como vê isso como um sistema. Uma opinião também do senhor sobre ciclo único de polícias. Se o senhor concordo ou se o senhor discorda a esse respeito. E a última questão: o senhor colocou, fez uma observação sobre a Lei de Execução Penal. Como é importante a sua contribuição, o senhor se referiu ao Polegar, se o senhor pudesse falar um pouquinho mais sobre, pelo que eu entendi, seria problemas ou críticas sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Raul, só para extrapolar então do... Nós vamos ouvir daqui a alguns dias, em São Paulo, o ex-Presidente Fernando Henrique sobre o tema da discriminação. Os senhores têm aqui uma realidade muito forte que envolve essa questão. Os senhores têm algum tipo de elaboração de ideia de que nós pudéssemos atualizar, modificar a questão da legislação especificamente sobre a questão do usuário e assim por diante? Uma outra coisa que eu gostaria de ouvir é a experiência de vocês.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - A questão das armas, eu vou pedir que o Delegado Oliveira responda. A questão do sistema carcerário, em milícia, pode ser o chefe de polícia que tem os detalhes melhor. Aí eu respondo as outras 4 perguntas e a questão da UPP. A unidade pacificada nasceu em conversas nossas na Secretaria, onde nós temos a plena convicção de que nós não vamos — e isso eu acho muito importante que as pessoas tenham esse alcance — e nós não temos a pretensão de acabar com a violência, porque a violência é do fato social.

Nós não temos a pretensão de acabar com o tráfico, porque o tráfico, na medida em que a pessoa é doente, ela vai ter perto de si a droga para consumir, mas o objeto da unidade pacificada é a questão da territorialidade. Hoje, não existe



nessas áreas, eu acho em *(ininteligível)* de pessoas contracenando pistola e fuzil. Hoje você entra de carro nesses lugares e ninguém lhe para. Você não paga pedágio como pagava. Então, se criou esse ambiente de paz. Este é o verdadeiro objeto da unidade pacificada, porque a violência, como falamos inicialmente, passa por uma série de outros processos. O tráfico existe em qualquer grande cidade do mundo. Agora, nós não podemos conviver com a questão de território. Para essas facções é muito forte esse conceito. Isso tem que acabar.

O objeto da unidade pacificada é esse. Para que isso? Para que as pessoas tenham um ambiente de paz e que nesse ambiente cheguem os serviços públicos e os serviços privados, porque antes a gente só vivia aqui: *“Não, não vai ao médico lá porque não pode entrar; não tem a escola lá porque não pode ir; o lixo não vai, a casa... o comércio x não vai lá porque o caminhão é assaltado”*. Agora pode ir que tem. Esse é o desafio. O serviço público e o serviço privado podem chegar lá. Eles podem atender. *“Ah!, a professora não vai dar aula porque não pode entrar. Tem medo”*. Isso acabou. Esta é a ideia da unidade pacificada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Hoje existem 5 unidades pacificadas.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - São 5 comunidades.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Comunidades pacificadas.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Comunidades nessa condição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cinco comunidades que estavam sob o controle do tráfico.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Cinco. A mais emblemática delas é a Cidade de Deus que vive, viveu, 45 anos estigmatizada com um tráfico violento, que virou até motivo de um filme, não é? A gente arrumou aquela situação, consertou-se aquilo. Claro que isso, a cabeça dessas pessoas não vai mudar em 1 mês ou 2. São 45 anos de comando de tráfico. Mas hoje a polícia de proximidade está lá, caminhando. As pessoas entram e saem lá normalmente. Dia da Criança vamos festejar lá.

Então, o nosso objetivo, Deputado, é criar esse ambiente e fazer com que a sociedade não desconfie mais e chamar a favela Cidade de Deus de Bairro Jacarepaguá. A sociedade tem a obrigação de abraçar aquilo como um bairro. Não é mais a Favela da Dona Marta, é Botafogo. E aí que a gente espera que a iniciativa



privada chegue ali, invista naquele lugar, que o Poder Público faça o atendimento daquelas demandas. E o mais importante: Dona Marta, em dezembro, vai completar 1 ano. Tem crianças que nasceram lá, em janeiro, que vão completar 1 ano sem ouvir 1 tiro, que foram criadas já há 1 ano sem ver arma. Esse é avanço. Essa é a troca de consciência. *“Ah, Secretário, mas isso vai demorar!”* Vai demorar. Mas quantos anos levou para desordenar? Então, não há mágica. É um processo de formação.

O objeto da unidade pacificada é este: acabar com a territorialidade, permitindo que serviços cheguem a esse local. E essa é a minha grande luta com os meus colegas Secretários Estaduais, Municipais, se eu puder fazer com que as empresas invistam. Dona Marta, graças a Deus, já tem 40 empresários da rede hoteleira. Foram lá. Já está no circuito turístico do Rio de Janeiro dos hotéis conhecer o Dona Marta. Isso é uma caminhada, é um processo. É muito pouco? É. Mas é um ato concreto. É um aceno, e o nosso caminho é nesse sentido.

Então, uma unidade pacificada, não sei se me fiz entender, a ideia é essa: a gente entra, faz, primeiro,...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para eu entender, Mariano: a Dona Marta é uma população de quantas pessoas?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Em torno de 4 mil, 5 mil pessoas. Então, cada região dessa tem um planejamento totalmente diferente, totalmente, porque a gente leva em consideração: condição social, os colégios que tem lá dentro, a condição geográfica, quantas entradas e saídas há ali.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um ano atrás não entrava lá assim.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Não entrava. Nós temos estatísticas e a gente acompanha isso. Acompanha. Eu, pessoalmente, tenho ido a esses locais. E cada lugar desse tem um coordenador da Polícia Militar transitando e conversando com a comunidade. E tem dado resultados fantásticos, porque a comunidade próxima da polícia passa a falar com o policial e o policial com ela. Qualquer movimento estranho naquele local a polícia é acionada. Na Cidade de Deus nós tivemos 1 homicídio, desde que ela foi pacificada, 1. Um lugar como aqueles! Um. Então, é, sem dúvida nenhuma, uma proposta de que nós não pretendemos recuar. Isso está planejado para se fazer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Sr. Carlos Oliveira.

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Boa tarde. Eu sou o Delegado Carlos Oliveira, Subchefe Operacional da Polícia Civil.

Deputado Raul Jungmann, tive a honra de acompanhar a modificação na política de segurança pública. Aliás, na verdade, inaugurar, como primeiro delegado, a política nova de segurança pública de combate ao tráfico de armas no Rio de Janeiro.

Antes de qualquer coisa, eu quero confirmar a posição de V.Exa. de que nós aqui também no Rio acreditamos que o bandido sem arma não é nada. Isso aí, essa proposição a gente tirou da convivência na área de segurança pública.

Para ser bastante objetivo, as armas que chegam ao Rio de Janeiro vêm por 2 fluxos distintos: o primeiro fluxo é o que nós chamamos de fluxo interno. São aquelas armas que saem de uma situação de legalidade para uma situação de ilegalidade. Quais são essas armas? São as armas que são desviadas de arsenais militares e das polícias; são armas que são subtraídas de agentes de segurança pública ou de agentes de segurança privada, segurança pública, via de regra, ceifando a vida do agente de segurança pública; e são armas que são extraviadas, roubadas ou furtadas de pessoas físicas que as adquiriram de forma legal. Dentro desse fluxo interno, já fizemos os ajustes necessários. A lei foi modificada.

Hoje não se compra mais arma com facilidade, como a gente comprava até há 5, 6 anos. E, com relação aos desvios dos arsenais das polícias e dos arsenais militares, também nós atuamos de forma bastante contundente junto às Forças Armadas; efetuamos algumas prisões de militares; fizemos reuniões e efetivamos algumas normas de conduta de fiscalização dos arsenais que deram muito resultado; e também efetuamos algumas prisões dentro da polícia. Estamos com a situação controlada.

O outro fluxo é o fluxo externo, é o contrabando. Neste momento, é o nosso maior problema. As armas que atendem esse fluxo externo são as armas que são destinadas ao crime organizado, basicamente ao narcotráfico. Esses que cometem os crimes desumanizados, que chocam toda a sociedade carioca. Então, esse é o nosso maior problema. Inobstante a capacidade de patrulhamento de as fronteiras



transcenderem a nossa atuação como agente de segurança pública estadual, efetuamos algumas prisões também nas fronteiras e até fora do País...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para contribuir com o seu raciocínio. Vocês têm lá uma estatística de apreensão de armas.

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Temos, temos, temos sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Creio eu que aquele primeiro caso envolve pistola, revólver.

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Temos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Agora, quero saber o seguinte: esse fuzil que vocês apreendem, submetralhadora, arma de rajada vêm do Paraguai, entra pelo porto? É fabricação de onde isso?

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Deputado, nós temos todos esses dados apontados e já mandamos esses dados, inclusive na época da CPI do Tráfico de Armas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Fui o Relator da CPI.

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Isso. Nós mandamos todos os dados do Rio de Janeiro. Temos todos eles quantificados. A nossa política de segurança pública de combate ao tráfico de armas foi uma política de vanguarda que hoje é copiada por outros Estados da Federação. E nós podemos apontar, com certeza, que o nosso maior problema é o Paraguai. De todas as armas que conseguimos rastrear, constatamos, com provas documentadas, que cerca de 80% dessa quantidade de armas que conseguimos rastrear, em determinados momentos, foram transacionadas no Paraguai. E temos alguns problemas também com a fronteira com a Argentina e com a Bolívia. Trouxe uma demonstração audiovisual bastante sucinta que é para os senhores terem noção do problema que enfrentamos em se tratando de contrabando de armas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse foi o último caso nosso, o penúltimo aliás, era um dos maiores traficantes de armas do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foi preso há poucos dias, não é?

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Esse foi preso tem um mês. E, depois dessa prisão, nós efetuamos 2 prisões no território paraguaio, em Cidade do Leste,



também de grandes traficantes de armas que enviavam muitas armas para o Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No geral, são os mesmos que lidam com a droga ou não?

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Senhor?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É o mesmo pessoal da droga?

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Sim. Alguns deles são traficantes de armas e traficantes de entorpecentes, mas nem todos. Alguns apenas traficam só armas de fogo. Esse aí, por exemplo, era estabelecido, ele tinha a sua base em Goiás, tinha um entreposto em Minas Gerais e era chefe de 9 quadrilhas de narcotraficantes em 9 comunidades no Rio de Janeiro. Transacionava as armas de fogo na Bolívia e no território brasileiro também, mas na fronteira, para os senhores terem uma ideia, vendendo metralhadoras ponto 30, que hoje é o estágio atual em se tratando de arma de fogo. É uma arma muito cobiçada pelos bandidos aqui, do Rio de Janeiro. Nos últimos 2 anos, nós apreendemos 31 dessas armas. São armas de infantaria concebidas para uso militar, mas que são encontradas nos morros cariocas, brasão da Bolívia. Brasão com as armas da Bolívia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Arma do Exército da Bolívia?

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Exército da Bolívia. Só da Bolívia prendemos 19. É a conversa entre esse traficante carioca e o boliviano traficante de arma.

Favelas do Rio de Janeiro de onde eram destinadas as armas: Nova Brasília, Complexo do Alemão e (*ininteligível*).

Está dando satisfação ao sócio dele. São nossas metralhadoras antiaéreas. Metralhadoras antiaéreas a que ele se refere agora. Aqueles 14 eram fuzis.

Pode cessar, pode parar.

Só neste mês em que nós o prendemos ele internou em território nacional e entregou na mão dos traficantes cariocas 39 armas de fogo. Essas 39 são metralhadoras ponto 30 e fuzis.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está preso esse...

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Preso. Prendemos, mês passado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... indivíduo aí?



O SR. CARLOS OLIVEIRA - Prendemos ele na fronteira com a Bolívia. A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu ele na fronteira com a Bolívia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O brasileiro?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Só para o senhor ter uma ideia da importância do controle de fronteiras, os policiais, nós temos que trabalhar aqui e nós temos que nos deslocar também para essas áreas para poder acompanhar. E segundo, nós temos aqui 31 metralhadoras ponto 30, fora fuzis e equipamento explosivo. Então, é muita coisa. Mas a gente faz a lição de casa, tenta, corre, procura fazer, prende, mas o trabalho seria otimizado se ele fosse represado lá trás. Nós continuaríamos, se continua, agora isso não é desculpa porque a gente faz as apreensões e está aí a prova. Mas isso passa por 2, 3, 4 Unidades da Federação, e eles ainda agora vão lá em Minas. Você viu que ele foi a Minas e desce. Então, são estruturas, porque o fuzil não tem perna, ele não chega caminhando nas favelas do Rio de Janeiro. Mas, depois, dentro desses complexos...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E deve ter vindo pela Via Dutra aqui.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - É lógico. E entrou. A gente sabe, são 4 ou 5 entradas notoriamente conhecidas. Agora, eu sei que é complicada a fiscalização, mas se torna muito mais complicada depois que ela está no seio de uma comunidade. E como que nós policiais, sabendo da informação que existe... Ontem foram mais de 10 mil cartuchos de 762. Como que nós não vamos aos locais sabendo que tem essa mercadoria lá? É complexo de decidir. Mas nós estamos tomando a iniciativa de ir. Mas isso a gente trouxe só para ver a importância e todo o trabalho que a GRE tem que fazer...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pode fornecer para nós essa cópia desse...

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Posso. Sem problema, já faz parte do processo. É público.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Só para fechar, para os senhores terem a ideia, terem a confirmação da qualidade do trabalho que a Polícia Civil do Rio de Janeiro faz, quando nós começamos, essa mesma arma, Fuzil 762, custava 7 mil reais. Hoje essa arma custa 60 mil reais, 6 anos depois. É o mercado. O mercado não engana.



Muita demanda, a oferta diminuiu, porque nós temos a preocupação de impedir que essas armas cheguem. Para isso, nós vamos até a fronteira, passamos do Brasil. A última prisão que nós fizemos dos 2 maiores traficantes de arma, nós os prendemos no Paraguai, com auxílio da SENAD, os localizamos lá, identificamos lá, já tínhamos toda uma investigação pronta aqui. Fomos atrás deles até o Paraguai, pedimos auxílio às autoridades paraguaias e nós os prendemos com mandado de prisão. Então, o mercado não mente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estão presos também?

O SR. CARLOS OLIVEIRA - Estão presos também. O Paraguai extraditou para cá todos os 2, presos pela Polícia Civil do Rio de Janeiro. Então, a nossa preocupação é impedir que essas armas cheguem e também tirar o passivo enorme de armas que ainda existem na mão dos criminosos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Indago ao...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Acho que eu estou devendo umas respostas. Bom, a primeira delas era com relação ao bico. Eu sou muito pragmático e já respondi nesta Casa, esta Casa me pediu que eu viesse me manifestar sobre isso, e eu até estranhei porque eu não sei que outra pessoa já tinha vindo aqui falar sobre isso, considerando que esse problema tem 50 anos. Mas sem problema nenhum. Eu acho que não vou ser eu que vou tirar ou não permitir que o policial deixe de fazer o bico, enquanto o Estado não acenar com um salário decente. Essa é a minha visão. Eu acho que nós temos que eliminar o bico, mas a eliminação do bico passa por uma remuneração suficientemente sedutora para que o policial não procure outra opção. O sistema penal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Só um instantinho, antes de prosseguir. Se o senhor tem essa visão, então, não seria o caso de regulamentar o bico?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Eu acho que nós temos de fazer o contrário. Na minha visão, Deputado, nós temos é que profissionalizar cada vez mais o policial. O policial tem que ser um profissional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Com isso concordamos, estamos juntos. Tenho a mesma visão que o senhor, o senhor está correto. Mas na



medida em que o senhor diz o seguinte: *“Não tirarei enquanto não tiver o salário”...* Ora, um salário eu acho que demora um pouco. Então, a minha pergunta, o senhor fica à vontade, eu não tenho posição firmada sobre isso, estou querendo entender. Então, sinta-se inteiramente à vontade. Na verdade, eu estou querendo é entender. Mas, então, não seria o caso de, até nós chegarmos lá, ter algum tipo — se o senhor acha que não, não, não tem nenhum problema; se o senhor acha que sim, sim. É apenas para podermos, enfim, acertar mais.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Enquanto não se chega a uma solução da qual o Estado... Eu não vejo problema de se fomentar essa possibilidade de discutir com os policiais, enfim.

O sistema penal, ou melhor, o sistema carcerário, entendo que segurança pública é a polícia, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, os senhores legisladores, os Governadores, os Presidentes que sancionam essas leis e é o sistema carcerário. Isso é um sistema. No momento em que 1 deles não funciona, não vai funcionar. Então, a pergunta que tem que ser respondida com relação ao sistema carcerário, para mim, é uma só.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O sistema carcerário aqui no Rio de Janeiro ele está...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Ele fica fora da Secretaria.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Fora da Secretaria?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - É. Mas a minha opinião com relação e a pergunta que tem que ser respondida, para mim, é essa: o sistema carcerário, seja uma pessoa com 14 anos, seja um com 44 anos, ele recupera? Acho que isso é que tem que ser respondido. Eu acho que essa é a questão. Ele recupera ou não?

O ciclo único de Polícia. Sou favorável, sim, ao ciclo único de Polícia, mas acho que essa discussão, na minha opinião — é a minha opinião —, está muito mal encaminhada. Eu acho que isso hoje se discute, mas não se discute como, como que vai ser isso, o que vai tocar para cá e o que vai tocar para lá. Isso, na minha visão, fica em discussões sindicais, servindo inclusive de discussão sindical para anos e anos de discussão e não se define o que é a Polícia Civil, como é que vai ficar, como é que vão ficar os policiais militares. Então, eu acho que se elucidar isso, se clarearem, como dizem, essa situação, tudo vai ficar mais fácil.



Agora, a pergunta do sou contra ou a favor... Como que eu vou ser contra ou a favor? Eu quero saber como que isso vai ser, como isso vai se dar, qual é o processo! Porque a Polícia Civil pode não querer. No momento em que ela souber como isso vai acontecer, ela vai dizer: *“Não, mas espera aí, que isso aqui eu quero”*. Então tem que se alargar essa discussão e tirar a miudeza disso, sair desse âmbito. Eu acho que isso se discute muito em plataforma política de sindicato. E, na verdade, nós não viemos aqui, nós não vamos para os “finalmente”, como se diz. Essa é a minha visão.

Com relação à questão da descriminalização da droga, eu, particularmente, acho que o nosso País... Diria para os senhores: se nós tivermos a questão da descriminalização, uma pessoa que consome droga e tem todo o amparo social em casa, que estuda, que tem carro, que consome a droga e vai para casa, onde ela toma um banho, onde ela se alimenta, onde ela dorme, e uma pessoa que consome essa droga porque está com fome, porque não aguenta mais ver o pai bater na mãe, porque não aguenta mais ver a sua irmã sendo abusada, como que nós vamos tratar isso? Nós temos um sistema de saúde para tratar o doente? Para uma pessoa pobre, que tem um filho que quer se recuperar, o SUS vai pagar o tratamento? Então, eu acho que antes dessa discussão vem a questão de se estruturar isso. Quem que vai levar a pior? A pessoa que é o menino de rua ou é o pessoal que mora muito bem? E acho que nós temos discussões — é minha concepção — muito mais sérias e muito mais prementes, como violência urbana e como outros vários temas, do que tratar um tema dessa natureza. Não tenho... Acho que isso tem que se discutir, a sociedade moderna está aí para isso. Tem que se discutir. Agora, eu acho que tem muita água para passar embaixo da ponte, antes de nós atingirmos essa situação.

A Lei de Execução Penal, com relação à liberação do... Eu acho, não sou um operador do Direito, mas eu acho que os juízes, o Judiciário, hoje, tem uma capacidade de se movimentar dentro da legislação atual. E ele pode trazer isso para ele. Corrijam-me se eu estiver errado. Nós não podemos... Porque a pessoa quando é liberada, ela é liberada com base no seu comportamento dentro do sistema, dentro do sistema. E eu acho que um juiz, ele pode trazer para si essa responsabilidade de analisar, ali sim, o que ele fez fora do sistema. Porque aí ele diz: *“Não, mas o que*



ele fez fora do sistema já está no processo". Mas o juiz, na minha concepção, pode, tem poderes para trazer isso à discussão e impedir que essa pessoa saia.

Nós temos aqui um trabalho feito pelo Dr. Rivaldo. Mensalmente, nós estamos alimentando o Poder Judiciário com relação aos presos de Catanduva, por exemplo. Nós temos, diariamente, firmado a atuação dessas pessoas, mesmo intramuros, no sentido de mantê-las lá. E eu arrisco a dizer: a sociedade carioca não quer essas pessoas aqui. Ela não quer! E acho que o Judiciário, o Ministério Público, dentro da sua convicção, tem condição de alcançar esse anseio da sociedade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ficou a questão das milícias.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Hem?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ficou a questão das milícias.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Ah! Milícias.

O SR. ALAN TURNOWSKY - Boa noite. Eu queria fazer só alguns esclarecimentos rápidos também com relação ao sistema carcerário. No Rio de Janeiro, a gente tem o Projeto de Delegacia Legal, em que acaba com as carceragens da Polícia Civil. Como o Secretário disse, existe a Secretaria de Administração Penitenciária que cuida dos presos. E o Projeto de Delegacia Legal prevê o fim das carceragens nas delegacias policiais. Ano que vem, o Secretário falou, com o dinheiro do BNDES — aliás, todas as Delegacias de Polícia do Rio de Janeiro passam a funcionar no sistema de Delegacia Legal — serão construídas algumas casas de custódia. Até o final do ano que vem, a previsão é de que não tenhamos mais presos na Polícia Civil.

Até por uma questão de essência, acho que o sistema adotado pelo Rio de Janeiro é o correto, porque é complicado aquele que prende tomar conta do preso. Você troca tiro, você mata, você morre, e, depois, aquele preso cai para você mesmo tomar conta. Então, acho que adotar o fim das carceragens em todas as Polícias seria o norte ideal.

Com relação a miliciano, vou fazer um pequeno histórico para entendermos o fenômeno milícia no Rio de Janeiro. A milícia no Rio de Janeiro começou algumas décadas atrás, quando policiais tomaram para si a segurança de determinadas áreas. Eu diria que era uma época romântica, em que simplesmente o policial protegia aquela comunidade de bandidos, a paz reinava, e tudo ia muito bem.



Posteriormente, houve uma evolução, por uma questão econômica, quando o policial miliciano passou a controlar as atividades lucrativas daquela região: “já que eu dou segurança, controlo o transporte, controlo o gás, controlo o ‘gatonet’”. E começou a cometer crimes para poder ter esse controle, sejam crimes de ordem contra o sistema legal de televisão, seja na disputa por voz, para poder ter o controle do transporte, enfim, entra essa área econômica na área de milícia. Até aí, o Rio de Janeiro ainda aceitava as milícias, de alguma forma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para ajudar o seu raciocínio, então. Houve um período em que as milícias dominavam áreas sem, digamos assim, usufruir das vantagens de ter o controle dessa área.

O SR. ALAN TURNOWSKY - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E controlaram essas áreas de que maneira?

O SR. ALAN TURNOWSKY - Através do uso da força policial.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Legal?

O SR. ALAN TURNOWSKY - Não. Irregular, porém legal. Eram policiais armados que faziam a segurança...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas eles chegaram lá e expulsaram os traficantes.

O SR. ALAN TURNOWSKY - Muitas vezes eles eram moradores da região e se uniam para expulsar esses bandidos. Como eles já conheciam a localidade, como eles eram nascidos ali, eles se uniam e expulsavam os bandidos, passavam a controlar a área dando uma segurança àquela localidade.

Num segundo momento, passaram a controlar os negócios da localidade. Aqueles que davam a segurança, eles mesmos tomariam conta dos negócios, seja transporte, seja gás, seja sinal telefônico, seja sinal de televisão. Essa foi uma segunda fase.

A terceira fase, eu diria, foi a fase política: “já que eu domino a região, já que eu domino economicamente, eu pego todo o mundo aqui e, em vez de apoiar algum candidato, começo a apoiar os meus candidatos”. E, aí, começamos a ter políticos envolvidos na milícia. O Rio de Janeiro, hoje...



Como Chefe de Polícia, eu dou um depoimento aqui de que eu não tenho nenhuma ingerência política para determinar qualquer delegado de polícia titular de uma delegacia. Seja o meu *staff*, seja qualquer delegacia policial, a escolha do delegado titular é de minha inteira responsabilidade. O que se cobra de mim são metas, não a indicação. Por que eu quis frisar isso? Porque há muito pouco tempo não era dessa forma. E quando se tem uma milícia política com uma polícia política, não se tem como combater a milícia. Então, essa despolitização das polícias fez com que pudéssemos começar a combater esses feudos já evoluídos para a área política. Com isso... Os números provam isso. Só para dar um exemplo, em 2006, nós tivemos a prisão de 5 milicianos — cinco. Em 2007, 24.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando o senhor fala miliciano é...

O SR. ALAN TURNOWSKY - Policiais, policiais, policiais milicianos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Miliciano sempre é policial?

O SR. ALAN TURNOWSKY - Não, não necessariamente toda a quadrilha, mas o líder com certeza. Em 2008, nós tivemos 78 prisões de policiais envolvidos com milícias. Até outubro de 2009, desse ano, nós já estamos com 193 prisões realizadas, 20 mandados de prisões a serem realizadas, expedidos, em breve teremos mais 74 mandados de prisões para serem cumpridos. Ou seja, nós chegaremos a quase 300 mandados de prisões a serem cumpridos no Rio de Janeiro, em relação às milícias. E, nesse ponto, a evolução também está provada, porque nós prendemos policiais, nós prendemos cidadãos comuns, nós prendemos Vereadores, nós prendemos Deputados, que se encontram até hoje em Catanduvas. O que prova a politização desses criminosos que se autodenominaram de milícias.

Então, hoje, no Rio de Janeiro... Quando nós começamos a combater a milícia no Rio de Janeiro, nós começamos com algumas forças policiais, com uma delegacia única, uma delegacia do bairro, e nós tínhamos muita dificuldade, até mesmo entre os policiais, para quebrar essa cultura de que a milícia era uma coisa boa, que os policiais estavam no lugar de traficantes e que isso era melhor. Até que, em determinados momentos de tensão, a milícia começou a mostrar sua cara. Quando aqueles policiais não aceitavam o pedido do policial miliciano, do político miliciano, eles ameaçavam esse policial de morte. E nós começamos a ter de dar escolta a esses policiais, nós começamos a ter de dar toda uma infraestrutura de



proteção a esses policiais, para que eles não morressem. Ou seja, eles não aceitavam o braço do Estado no combate à milícia. Diferentemente do tráfico, que, se nós combatemos de alguma forma, sabe a regra do jogo — você está do lado de lá, eu estou do lado de cá; se atravessar o meu caminho, eu vou cumprir o meu dever —, o miliciano não aceita isso. Ele se acha também incluído na sociedade. Então, ele parte para o ataque à autoridade, ataca jornalistas e cidadãos com tanta liberdade, que nós tivemos seqüestrado uma equipe do jornal *O Dia*, e uma repórter foi violentada de diversas formas, porque estava querendo cobrir ...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por policiais?

O SR. ALAN TURNOWSKY - Por policiais que foram inclusive presos, posteriormente, dentro desse rol. Então, a gravidade do fenômeno milícia no Rio de Janeiro, na minha visão, era muito maior do que a gravidade do combate ao criminosos comum. E, hoje, posso lhe garantir, houve um retrocesso muito grande nesse ímpeto, no Rio de Janeiro, de se enfrentar o Estado de Direito.

Nós temos hoje uma operação na principal zona de milicianos, onde nós tivemos os maiores problemas, porque lá era a maior...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Onde era?

O SR. ALAN TURNOWSKY - Campo Grande. E, só em Campo Grande, nós temos mais de 70 prisões, mais 70 para serem presos. Só naquela região. E quando entramos ali não entramos só com polícia, só com prisão, entremos com toda uma estrutura de combate ao transporte alternativo, que, muitas vezes, não é a polícia que regulamenta, então precisamos de outros órgãos. Então, nós tivemos de montar, via Secretaria de Segurança, um verdadeiro exército de diversos órgãos, para combater o poderio econômico da milícia, porque não adiantava nós simplesmente prendermos o líder e deixarmos o poderio econômico continuar, porque assim nós não interromperíamos a organização criminosa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para não perder o seu raciocínio, o miliciano quando ele é preso, no caso, o delegado tipifica ele como? Qual é o crime dele? E, outra coisa: esse policiais que os senhores prenderam, em geral, eles estão presos? Estão soltos? Estão na ativa? Estão inativos? Onde é que eles estão?

O SR. ALAN TURNOWSKY - Estão presos.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A maioria desses milicianos está presa?

O SR. ALAN TURNOWSKY - Estão presos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sob qual acusação?

O SR. ALAN TURNOWSKY - Exatamente. Não existe o crime de milícia, Seria até uma grande ajuda que nós poderíamos ter se fosse tipificado o crime de milícia. Por quê? Para nós prendermos um miliciano, nós temos de provar um homicídio, temos de provar um roubo que ele tenha efetuado, temos, enfim, de provar a formação de quadrilha dele, para conseguirmos a prisão desses milicianos. Só que, no início, isso foi até muito tranquilo de provar, porque o miliciano, como ele estava muito à vontade, ele se achava protegido em todas as esferas, e ele precisava mostrar o seu poder para ser respeitado dentro daquela comunidade, ele matava de cara limpa. E o território...

Como as pessoas estavam amedrontadas, elas não iam depor, elas não tinha coragem de procurar. E, aí, é outra ajuda que nós temos de ter quando falamos de máfia, seja máfia do tráfico, seja máfia de policiais, seja máfia de políticos envolvidos. É a questão da proteção à testemunha. Isso é fundamental que seja discutido.

A Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário todos criaram órgãos de proteção a suas autoridades que combatem esse tipo de crime. Todos, sem exceção. O único desprotegido continua sendo o povo, a testemunha, que tem de entrar lá, tem de ser identificada, tem de depor frente a frente, porque advogado tem amplo acesso, quando vira processo, à defesa. Ou seja, protegemos todo mundo, menos a testemunha.

Então, acho que o norte, o grande norte, é reconhecermos a milícia. Isso foi um grande avanço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Minha última interrupção: o Estado do Rio de Janeiro hoje reconhece que existem áreas controladas pela milícia? Existem áreas em que, se eu quisesse ir hoje, ao sair daqui, eu teria de pagar para a milícia para entrar? As milícias controlam áreas territoriais da mesma forma que o tráfico de drogas controlava?



O SR. ALAN TURNOWSKY - Algumas áreas, sim. Eu lhe digo que, para o senhor entrar numa área de milícia, o senhor não teria de pagar para entrar lá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pagava para sair?

O SR. ALAN TURNOWSKY - Mas o senhor teria de pagar para fazer campanha lá dentro. Já na área do tráfico, o senhor teria de disputar a entrada e a saída dessa comunidade.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Ou, estando naquela comunidade, não precisa pagar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - E outro pagaria; ou, então, você paga ou você é amigo daquelas pessoas, e aquela comunidade não deixa outro...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas só para entender, Dr. Mariano, a diferença da área controlada pela milícia da área controlada pelo tráfico.

O SR. ALAN TURNOWSKY - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O cidadão tem livre acesso à área? A polícia entra nas áreas controladas pela milícia?

O SR. ALAN TURNOWSKY - Entra. Entra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o cidadão, se vai lá, ele...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - É relativo, mas a polícia normalmente entra porque essas pessoas sabem...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Os milicianos têm operadores, digamos, que são civis, não...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Têm, têm operadores que são civis.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É isso?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Têm, têm.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Funcionários da milícia?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Têm os funcionários. Têm os funcionários.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como se fossem o chefe do tráfico, que tem os seus...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Exatamente. Só queria fazer um... Essa questão da tipificação da milícia, eu já solicitei, numa reunião a que fui do



Conselho Nacional de Justiça — e acho que foi apresentada aqui a CPI da Milícia — lá em Brasília. Solicitei que fosse tipificado. Mande também um documento.

E outra questão que deixo para a CPI é a questão do sistema de proteção à testemunha. O sistema de proteção à testemunha é uma peça-chave no processo. Nós, instituições de segurança pública, necessitamos do sistema de proteção à testemunha, e ele, infelizmente, não funciona.

Temos exemplo aqui, no Rio de Janeiro, de que o próprio chefe de polícia pagou para uma pessoa ficar hospedada em determinados locais, porque isso foge do nosso controle. A Secretaria de Segurança faz parte de um conselho para dizer se aquele pedido de proteção à testemunha pode ser ou não atendido. Depois, isso é entregue para outras pessoas. E ele não funciona, porque as pessoas, hoje, não vão para esses lugares. Uma pessoa hoje que tem emprego fixo, com uma renda razoável, como o sistema de proteção à testemunha vai beneficiar? Ela vai perder o emprego? O Estado vai pagar para ela o salário que ela recebe aí fora para ficar 30, 60, 90 dias...? E nós precisamos desse depoimento. A Justiça nos exige isso em plenário. O Ministério Público quer fazer a denúncia e apontar para o denunciado. Ou se arruma o sistema de proteção à testemunha, ou os Poderes, o Ministério Público e o Judiciário, dão valor a um depoimento feito, sei lá, na presença de algumas pessoas.

Nós estamos fazendo um seminário — a Polícia Civil está fazendo um seminário — para discutir exatamente isso e pretendemos tirar soluções concretas e, fatalmente, vamos encaminhar ao Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito bem. Vamos passar agora aos inscritos, e vou propor que todos os senhores façam seus questionamentos, e os Secretários e seus auxiliares respondem e, aí, então, encerramos por aqui.

O primeiro dos inscritos, representando o Estado do Maranhão, Deputado Domingos Dutra, e, em seguida, o Major Fábio. S.Exa. tem 5 minutos para os seus questionamentos.

A ideia, viu, Secretário, é a de que todos perguntem, os senhores anotem e depois respondem e encerramos, o.k.?



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Deputado Raul Jungmann, e demais colegas aqui da CPI, Deputado Wagner, Secretário e toda a sua equipe, primeiro, parabênizo V.Sa. e toda a equipe aqui presente e desejo sorte.

Sou do Maranhão, e os fatos que acontecem no Maranhão não repercutem no Brasil, mas os fatos que acontecem no Rio de Janeiro repercutem de forma marcante no resto do País. Considero o Rio de Janeiro uma das cidades mais bonitas do Brasil, mas também confesso que tenho receio de vir ao Rio. Não só pelos fatos em si, mas talvez porque a mídia os amplifica, o certo é que a visão que nós temos de fora do Rio de Janeiro é a visão de uma insegurança muito grande. Portanto, desejo a todos sucesso.

Queria também enfatizar a questão do Programa de Proteção a Testemunhas, a que, pela manhã, fiz uma referência na audiência com o Presidente desta Casa. Ontem, fizemos um debate a tarde inteira sobre o programa, e o GAJOP, que gerenciava o programa, está entregando. Nós entendemos que o programa está em crise. E, como entendo que esse programa é fundamental para desarticular o crime organizado, que é o crime que realmente causa mal à sociedade brasileira — tanto os crimes que têm repercussão enorme na sociedade, como os de colarinho branco ou aqueles que perturbam a família, como a pedofilia... Então, se esse programa continuar como está, nós vamos ter muita dificuldade de contribuir para a segurança pública.

Por isso, queria sugerir à Comissão, ao Relator e a V.Exa., Sr. Presidente, que não precisemos esperar o final da CPI para ir adotando medidas — e uma urgente é termos uma conversa com o Ministério da Justiça, com a Secretaria de Direitos Humanos, para reforçar o Programa de Proteção à Testemunha, porque ele está com problema.

Quero perguntar, objetivamente, o que, na visão do Dr. José Mário, sustenta a violência? E, aí, vou indicar 4 itens que já ouvimos aqui, de maneira informal e formal. Primeiro: são as milícias? É o tráfico? É a corrupção? É a política? E, destes, qual o mais emblemático? Ouvimos aqui, ainda há pouco, o que nos disseram no sentido de que a corrupção é o pior mal na questão da segurança pública no Rio de Janeiro — e talvez isso se estenda para o resto do País.



Então, queria ouvir dos senhores, já que a CPI não tem esse caráter inquisitório, de prisão, todos nós estamos imbuídos em garantir segurança para nós todos. Portanto, temos de ter o máximo de sinceridade para encontrarmos as saídas para este País gigante.

Segundo: o que alimenta mais o tráfico e a milícia? Já que nós temos um Estado aparelhado, com Polícia Civil, com Polícia Militar, com Corpo de Bombeiros, com Ministério Público, com Poder Judiciário, por que esses grupos organizados, a milícia e o tráfico, resistem por tanto tempo?

Eu lá no Maranhão... Em 1982, houve a notícia de que o ex-Governador Brizola teria feito acordo com o crime para poder governar. Estive aqui, com a CPI do Sistema Carcerário, e ouvi, nesta sala, do Promotor de Execução Penal, do Defensor Público do Estado — portanto, o Estado confessou para a CPI — que aqui no Rio o sistema carcerário quem controla não é o Estado, quem controla é o Comando Vermelho, é o Terceiro Comando, é o Amigo dos Amigos, é o Inimigo dos Inimigos ou o Amigos de Israel. Foi dito aqui pelo Estado, na figura do defensor público e na figura do promotor. E ele disse o seguinte: por que ele confessou isso? Quando se prende uma pessoa, pergunta-se: qual é a sua facção? E para evitar, logicamente, que o preso seja assassinado, mandam o preso que é do Comando Vermelho para um presídio que tem o controle do Comando Vermelho.

Eu visitei aqui o Complexo do Bangu, alguns presídios de lá, e vi, na verdade, ali um caos: controle de cantina, comércio ilegal, lucro, e assim por diante.

Portanto, gostaríamos de saber dos senhores o que alimenta por tanto tempo essas organizações, a ponto de, aqui nesta sala, ter a confissão de que ou você paga na saída, ou paga na entrada. Portanto, o Estado perdeu para o crime.

Eu queria perguntar também sobre a questão do tráfico de drogas, se é possível conter o tráfico de drogas sem conter o consumo, porque é um comércio. Se esse comércio se expande é porque tem um consumo. Como é que tratamos isso, já que há um consenso de que não dá para prender o consumidor? Como é que conseguimos equilibrar isto: combater o tráfico e conter o consumo?

E, por último, eu queria perguntar a respeito, ainda, do sistema carcerário: qual é o papel que o sistema carcerário tem também nessa questão da insegurança?



Aqui nós temos figuras emblemáticas, como Fernandinho Beira-Mar, que está deslocado. Mas o sistema carcerário em si é um sistema falido, totalmente falido. O Estado, todos os dias, coloca nas ruas pessoas que entraram. Cometeram um crime pequeno, têm uma família, mas quando saem de lá saem como agentes do crime organizado, porque o sistema não propicia a sua recuperação.

Queria, por último, falar a respeito de um caso específico, que nós ouvimos aqui, sobre Jacarepaguá. Falaram-nos que lá há um controle político e que a milícia que atua ali está se expandindo para a Cidade de Deus, parece-me, como foi referido aqui; então, que há um controle de políticos. E já que nós assistimos... E foi confessado aqui que há Deputados presos que antes comandavam o sistema. Um ex-Secretário de Segurança comandava o sistema de segurança, elegeu-se Deputado e está preso. Um outro Deputado, da mesma forma. Vereadores presos. E há a informação de que em Jacarepaguá também há ainda uma influência muito grande do aparelho político, de políticos.

Eu queria que os senhores comentassem especificamente sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Um esclarecimento, antes de passar a palavra ao Major Fábio. É que, hoje, quando nós iniciávamos a visita ao Presidente Picciani, a Deputada Cidinha...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não sei se aquela informação que ela nos deu é pública ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Houve a referência... O Relator pede que publicamente eu não coloque os dados, porque poderiam envolver alguma questão de segurança. Enfim, era a isso que ele estava querendo se referir, quando tocou nessa questão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E por último mesmo, já que é um sistema, eu queria entender também qual é o papel do Poder Judiciário e do Ministério Público nesse conjunto de problemas. Porque a Polícia faz o seu trabalho, depois vem o Ministério Público com o seu papel de denunciar, e vem o Judiciário com o de julgar. Até que ponto essas 2 instituições também acabam anulando o esforço que o aparelho de segurança faz?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputado Domingos Dutra.



Com a palavra o Deputado Major Fábio, por 5 minutos; em seguida, o Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu vou falar pouco. Na verdade, muitas coisas já foram esclarecidas, e o Deputado Domingos Dutra já fez algumas perguntas que eu gostaria de fazer. Mas eu vou insistir em 2 pontos, que acho muito importantes. Primeiro, sou Relator de uma PEC — a PEC nº 300. Temos feito uma mobilização nacional, pedindo melhoria salarial para os policiais militares e bombeiros militares. Acreditamos que, se conseguirmos isso, temos certeza de que a Polícia Civil também vai ser beneficiada. E o grande questionamento que escutamos, e isso é um paradigma principalmente com a Polícia do Rio de Janeiro, eu escuto também lá da minha polícia da Paraíba, uma polícia menor, num Estado mais tranquilo... Mas sempre se pergunta: e a formação dos policiais? E a corrupção?

Então, aqui estou diante do delegado chefe de polícia, que já colocou que tem havido... Como está a situação dentro da Polícia Militar e da Polícia Civil do Rio de Janeiro? Há corrupção? Porque tem como... A Corregedoria — não sei se aqui é Corregedoria —, a Corregedoria da Polícia Civil, a Corregedoria da Polícia Militar... Quantos processos... Quantos policiais, hoje, estão envolvidos realmente com corrupção dentro da Polícia Militar e da Polícia Civil? Existe esse paradigma, ou é apenas um paradigma que a sociedade brasileira criou em cima da Polícia Militar e da Polícia Civil? Já conseguiram controlar isso aí dentro da Polícia Militar e da Polícia Civil do Rio de Janeiro?

Faço essa pergunta e aproveito esta oportunidade para que eu possa ter uma resposta, porque sou um defensor da Polícia Militar, sou um defensor da Polícia Civil, porque vivi 21 anos lá na Polícia Militar da Paraíba e conheço muitos... Inclusive, tenho amigos também da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Fiz cursos com policiais militares e com oficiais daqui da Polícia Militar.

Pergunto também ao Secretário: como é a convivência? Como se pode conviver com policiais militares e policiais civis no meio dessa tentação que é a milícia? Porque isso é uma tentação para o Policial Militar, que ganha 900 reais para subir o morro, para correr risco de morte todos os dias. Como é que o Comandante Geral da Polícia Militar, o Chefe da Polícia Civil, o Secretário têm sustentado... Eu



sei que isso não justifica o cabra ser corrupto, não. Existem princípios, o caráter... O Secretário iniciou as palavras dizendo que ninguém... ele não forma o caráter nem do policiamento nem do bandido. Não é responsável por isso. Mas como se sustenta uma tropa no meio da tentação que é o Rio de Janeiro? Tráfico de drogas, tráfico de armas... Porque o delegado colocou esse filme aí, mas eu acho que neste momento deve estar entrando um caminhão de armas na fronteira do Brasil, porque a fronteira está aberta. As fronteiras do Brasil estão abertas. O policial rodoviário federal não tem efetivo, a Polícia Federal está fechando os portos. Está vindo pelo Rio Amazonas... De todas as formas têm entrado drogas e armas.

Então, eu pergunto: como é que a Polícia Militar e a Polícia Civil do Rio de Janeiro têm conseguido motivar o efetivo, ganhando o que ganham? Porque nós não conseguimos entender... Nós, lá da Paraíba, não conseguimos entender como é que os senhores... qual é a fórmula mágica que vocês têm para sustentar o soldado motivado aqui no Rio de Janeiro e o policial civil motivado aqui no Rio de Janeiro.

Essas são as minhas perguntas. Encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado.

Passo a palavra imediatamente ao Deputado Francisco Tenório. Tem S.Exa., representando aqui o Estado do Alagoas, 5 minutos; e em seguida, ao Deputado Rogério Lisboa.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Secretário e todo o seu *staff* de segurança pública, quero parabenizá-los pela presença aqui e agradecer-lhes.

O fato que me chamou a atenção aqui é a questão das milícias: como elas entraram em uma área, controlaram a área, e em determinado momento a população preferia elas aos traficantes? A coisa parece até fácil. Bom, se policiais que ali moram, que ali residem começaram a agir por conta própria, expulsando o traficante, num primeiro momento, dando controle, dando segurança, e depois começou a se promiscuir, não parece assim uma ausência do Estado, uma ausência do aparato de segurança naquela região? E não parece tão fácil também essa segurança, agora, agir, tirando o miliciano e assumindo o controle? Parece uma coisa bem fácil aparentemente. Sei que na prática se torna difícil. Mas parece bem fácil aparentemente, embora fique bem claro aí que é uma ausência do Estado,



ausência do aparato policial da segurança pública em determinadas regiões, que gera o traficante ou o miliciano.

Eu queria saber do Secretário como essas unidades policiais pacificadas ou pacificadoras, não sei, são compostas, até para servir de modelo, de exemplo para outras regiões. E um exemplo que o senhor deu aí, lá no Dona Marta... Quantas pessoas da segurança pública envolvem-se nesse ponto específico...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se outros setores do Estado também participam?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Daí por que eu perguntei como é composta essa unidade padrão pacificadora.

O senhor falou também que estabeleceu um critério de prêmio para os policiais de determinada área. E faz uma medição. Determina padrões e mede a eficiência disso em cima de 4 crimes elencados. Quais os 4 tipos de crimes e de que forma remunera? Também para servir de exemplo. Essa é uma ideia que eu tinha anos atrás, e nunca colocamos em prática, porque o Estado alegava não poder, com essa despesa, auxiliar, o que não deixa de ser uma produtividade que existe hoje em outros setores.

Secretário, além do controle de serviços, como gás, transporte, sinal de TV a cabo, o miliciano tem também, na sua região, o controle dos jogos caça-níqueis, por exemplo, o controle do tráfico de drogas e até de armas? Eu queria saber se eles controlam apenas serviços ou também essas atividades ilegais.

Na sua visão, o sistema penitenciário deve ficar dentro do controle da Secretaria de Segurança Pública ou separado, como é aqui no Rio? Outra coisa que deve servir de padrão para as políticas públicas dos outros Estados. Queria ouvir sua experiência em relação a esses aspectos.

Não quero mais me alongar. Quero dizer que estou satisfeito com as perguntas e agradecido com a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Biscaia) - Deputado Rogerio Lisboa, V.Exa. tem a palavra também para sua intervenção, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Eu vou tentar ser bem breve aqui e usar só os 5 minutos.



Eu queria fazer uma série de questionamentos. Infelizmente não vai dar para ser feito neste momento. Vou escolher 2 ou 3. E até, depois, Sr. Presidente, queria ver se encaminhamos por escrito. E o que ficou sem resposta talvez tenhamos por escrito, o mais breve possível.

Queria entender um pouquinho sobre essas unidades pacificadas. Sabemos que têm 5. O ideal, e o objetivo, é chegar a 100. Temos 47 planejadas. Eu queria saber: das 100, qual é a população atingida, e o que representam hoje as 5? Porque tem uma coisa que nós identificamos hoje. Não estou querendo acusar ninguém de nada, até porque não é responsabilidade dessa equipe o problema atual. Na verdade, é o que vem acontecendo ao longo dos anos. Mas a população não acredita, pelo que temos ouvido, nessas ocupações, porque ocupa e vai embora. Isso se deu ao longo do tempo.

Aqui é um programa, eu imagino, que tem de ser cumprido por este Governo, por outro Governo e por outro Governo, porque, pelo jeito, vai demandar tempo. Isso é importante, porque a população, hoje, por intermédio da Deputada que se preocupou e se sentiu ameaçada, e uma testemunha também, que não quer nem falar para a Polícia do Rio, talvez se dê por conta disto: a Polícia ocupa e depois vai embora. E elas ficam na mão do bandido novamente. Eu queria só saber em quanto tempo se dará isso e qual é a população a ser atingida.

Outra coisa é com relação às delegacias legais. É uma outra coisa importante a questão das carceragens na delegacia. Eu queria entender. De 2007 para cá, já que é um programa importante, quantas delegacias legais efetivamente foram implementadas? E quantas ainda faltam, de 2007 para cá? O que foi implementado... O que vocês encontraram, o que foi implementado de 2007 para cá e quantas ainda faltam? Acho que isso é outra pergunta importante, que eu queria ter respondida.

E a outra, eu acho que é só... Inclusive, o Deputado Domingos Dutra fez essa pergunta. Eu só queria deixar claro. E também nós ouvimos aqui, o Relator lembrou bem no nosso período da manhã, que em uma unidade pacificada a milícia tomou conta, que é a Cidade de Deus. Queremos saber se isso procede ou não.

Era só, Sr. Presidente. Eu usei menos que os meus 5 minutos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Deputado Rogerio Lisboa, pela sua contribuição.

Passamos a palavra ao último inscrito, o ilustre Deputado Antonio Carlos Biscaia, representante do povo carioca. Por favor.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Muito obrigado, Presidente.

Eu também vou fazer uma intervenção e ao mesmo tempo um depoimento. Eu acho que todos temos consciência da gravidade e da complexidade das questões que envolvem violência no nosso Estado do Rio de Janeiro, na minha cidade do Rio de Janeiro. Essa é uma questão que... Ninguém questiona a gravidade e a complexidade.

Agora, eu posso dar meu testemunho de que há um diferencial no momento. Hoje nós vemos a cúpula das instituições policiais comprometida com a mudança desse quadro. Eu tenho isso perfeitamente lúcido. Não há isso. A partir de 2007 houve uma alteração visível no comando. Acho que o comando é importante.

Há uma fase inicial. Depois da ditadura militar, a partir de 1983... Eu não quero personalizar, mas, de 1983 até 2007, foram 24 anos de equívocos em termos de segurança pública. E mais do que isso: 24 anos em que diversos comandantes de setores importantes da polícia estavam envolvidos no crime organizado.

Então, o grande avanço é essa alteração. Eu acho que você não evita desvio de conduta, não evita comprometimento de setores. Hoje não é só nas instituições policiais. Em todas as instituições há desvio de conduta. Agora, pelo menos a cúpula e o comando estão comprometidos com a alteração desse quadro. Eu tenho plena convicção disso.

Essa é a primeira observação. Quer dizer, seja a Polícia Civil, seja a Polícia Militar.

Quero dizer também que essa situação chegou a esse ponto, e a responsabilidade transcende as instituições policiais e alcança todas as demais instituições que têm responsabilidade na persecução penal — isso ficou muito claro — e na execução penal. Todas. Eu integrei o Ministério Público por 32 anos, o Poder Judiciário. Aí vem o caso do polegar. Quer dizer, nós temos, talvez, de aprimorar a legislação. Mas isso não é suficiente. O aplicador da legislação pode interpretá-la. E



um cidadão como esse, quer dizer, um criminoso dessa gravidade... A ele não teria de ser concedido o benefício da progressão para o regime semiaberto. Nunca! E dentro da lei era possível, perfeitamente, que se justificasse isso. Se ele, depois, chegasse a alcançar o Supremo Tribunal Federal, para que lá eles dissessem que é direito assegurado a ele pela individualização da pena... Deixava para o Supremo dizer isso. Agora, o juiz aqui, em primeiro grau, não poderia ter concedido, evidentemente.

Decisões como essa não contribuem, de forma alguma, para o equacionamento, o enfrentamento de um problema como esse. Tenho plena convicção. Nós podemos até alterar. Já houve uma alteração. Primeiro, era um sexto. Houve uma alteração para os crimes hediondos. Nós podemos alterar mais. Mas sempre haverá interpretações judiciais liberais, que não contribuem.

E já caminhando para o encerramento, eu também não tenho dúvida de que... Eu sou radical em termos de desarmamento. É o confronto que eu tenho, muitas vezes, lá no Congresso com alguns que não pensam assim. Eu sou radical. Eu acho que arma só para instituições policiais e para as Forças Armadas. Mais ninguém. E o que vemos são tentativas permanentes de destruir o Estatuto do Desarmamento, que foi um avanço muito grande conquistado no nosso País.

E por último, a questão da proteção às testemunhas. Eu comungo das mesmas idéias que foram colocadas aqui pelo Secretário Beltrame, pelo Dr. Alan que comanda a Polícia Civil, pelo Deputado Domingos Dutra. Eu também tenho essa mesma idéia. O programa é uma atividade do Estado que nunca foi adequadamente equacionado neste País. Eu também já tive que, no exercício da chefia do Ministério Público do Estado, de proteger testemunhas por minha conta; levar, transportar, pagar passagem para que ela fosse de Belo Horizonte para um Estado do Nordeste, e assim por diante. Quer dizer, há uma tentativa de privatização... convênios que são feitos com entidades da sociedade civil, que, a meu ver, são insuficientes para gerir um programa dessa importância.

É essa a minha intervenção. Não tenho dúvidas de que as contribuições foram fundamentais para os trabalhos do Relator, do Presidente e de todos nós integrantes da CPI.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, me permita aduzir só mais uma pergunta? É só sobre as milícias. Queria saber quais são as patentes, no caso da Polícia Militar envolvida. Se são só soldados, se tem escalão superior, e se é só Polícia Militar, se tem Polícia Civil, se tem gente das Forças Armadas. Porque a impressão que dá é que é só policial civil, só policial militar e só soldado. Então seria muito importante para compreendermos esse fenômeno sobre as patentes e outras forças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Com certeza. Uma última questão do Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como Relator não podemos perder essa oportunidade de poder aprofundar essa questão, Sr. Presidente. Por isso, como Relator, vou usar a minha prerrogativa de poder colocar algumas questões aqui rapidamente.

Primeiro, só a título de informação, nós combinamos de não aguardar ao final do trabalho da CPI para tentar pautar, do ponto de vista legislativo, algumas questões, na medida em que vamos construindo uma opinião sobre elas. Eu acho que essa questão da tipificação das milícias é uma coisa importante que nós podemos imediatamente procurar o Presidente Michel Temer no sentido de acelerar nas Comissões esse...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Já tem...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já passou pelas Comissões?

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Já passou, foi aprovado na Câmara, foi ao Senado, voltou. Eu fui Relator em uma Comissão, o Deputado Raul Jungmann na outra. Era uma fase final.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acho que é um tema importante para retornarmos e pedirmos a agilização dessa votação.

Uma outra questão que gostaria de trazer para informá-los é que o Secretário Nacional de Segurança Pública, Secretário Ballestreri, fez uma sugestão, que até estou tentando identificar se já existe projeto na Casa. Mas é para tipificar de maneira diferenciada ou criar alguma coisa diferenciada com relação a essas armas, como fuzis, armas de rajada, essas armas de uso restrito. Criar um tipo penal



diferenciado, que permite inclusive um tratamento distinto do ponto de vista do trabalho policial e da responsabilização.

Duas outras coisas também temos discutido: uma — eu como já participei de outras CPIs, de algumas coisas que sempre também me intrigam — é essa questão da inversão do ônus da prova que existe hoje nos crimes de lavagem de dinheiro. Que nós pudéssemos ampliar essa situação para outros crimes, o que poderia dar uma agilidade maior do ponto de vista do Estado na desconstituição desses grupos organizados. Eu, na época da CPI de Tráfico de Armas, acabei me envolvendo numa polêmica, que acho que é uma polêmica boa, quando eu questionei, na época, inclusive um episódio envolvendo o Fernandinho Beira-Mar. É que eu queria que se estudasse a possibilidade de responsabilizar os advogados que recebiam o dinheiro como receptação qualificada, na medida em que a minha tese... Eles sabiam que era dinheiro do crime, recebiam dinheiro do crime, ou lavavam dinheiro do crime. Como é que um Fernandinho Beira-Mar nunca trabalhou e tem 10 a 11 advogados pagando 100 mil, 200 mil? Então, tentar construir com a OAB — eu sei que o tema é polêmico —, mas alguma forma de responsabilização criminal para essa figura também do advogado parte de quadrilha.

Conversava hoje com o Deputado Biscaia sobre isso. Uma coisa é o advogado que presta, assessora, entende o jurídico. Outra é o advogado que recebe mensal, parte integrante.

Nesses dias uma autoridade policial importante do País nos dizia: *“Olha, a Polícia investiga, prende, inquérito é feito, o Ministério Público denuncia, o Judiciário condena e o cara está dentro do presídio comandando”*. A Polícia não pode prender de novo. Muitas vezes advogados cumprindo este papel de pombo-correio, levando e trazendo, como ficou comprovado em investigações já feitas. Eu acho que é um tema importante.

Só para não cometer equívocos aqui — os colegas Deputados mesmo —, essa questão, Secretário Beltrame, da área pacificada com milícia. Não temos bem certo aqui quando foi falado, se de Batan ou da Cidade de Deus que foi dado esse exemplo, numa conversa que tivemos, informal, com autoridades aqui do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Rio de Janeiro.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Duas últimas questões. Esse programa das áreas pacificadas eu queria entender se ele é financiado com recursos do PRONASCI. Porque o meu receio... Tenho um receio muito grande, acho que o PRONASCI é um grande programa, apoio todas as formas. Mas é aquilo que o Deputado falou aqui: nós já vivemos em outras épocas experiência de programas que tiveram início, meio e fim. O PRONASCI está previsto na legislação até 2012, precisamos de programas que sejam de Estado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já vou concluir e passo a palavra.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Só para esclarecer.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - São com recursos próprios...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Todos eles que foram falados aqui eu tenho... eu não estou contando com nada. Eu tenho essa condição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Recursos próprios do Estado.

Por fim, uma questão que não posso deixar de abordar aqui, até por uma questão de coerência. Nós temos trabalhado muito com esses mapas estatísticos, tem sido apresentado anuário que analisa a questão dos investimentos na área da segurança no País, mapas que foram desenvolvidos a partir de trabalhos com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Saúde. E quando nos foi apresentado o chamado Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros foi destacada a questão do Rio de Janeiro.

Como todos nós aqui sabemos, internacionalmente tem sido utilizado esse índice de número de mortos para cada grupo de 100 mil habitantes, taxa de homicídios, como indicador nacional e internacionalmente reconhecido. Então nos foi apresentado esse estudo de 2008, entre outras coisas o Alagoas, 59,6 seria hoje, por esta estatística aqui, que é uma referência. Um dos maiores índices de homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Espírito Santo 53,6; Pernambuco 53,1; aí aparece o Rio de Janeiro 40,1 com números de 2007. Tive o cuidado de buscar a fonte e vi que de fato é SUS.

Mas, ao mesmo tempo em que nos foi apresentado este mapa, foi feito um destaque. Guardem este dado do Rio de Janeiro, para que os senhores entendam ele depois. Aí depois tem a evolução da taxa por homicídios de jovens, que também



teve uma redução importante no Rio de Janeiro. Em janeiro de 1997 tinha 58 por 8 no geral de jovens; caiu de 117 para 91. Aí veio esse tal de distribuição dos óbitos classificados Y10 a Y34, que, segundo os dados do Cadastro Internacional de Doenças — CID, seriam indeterminados, óbitos de causa indeterminada

No geral, todo o Brasil caiu muito. Nós temos uma média histórica. Por exemplo: Minas Gerais, nos últimos 5 anos nunca variou entre 8% e 9%; Rio Grande do Sul, entre 7% e 6%; São Paulo, entre 9% e 9,5%; e no Rio de Janeiro, em 2006 esse dado foi de 1.676 mortes classificadas como indeterminadas; em 2007, foram 3.191. Foi o caso que mais variou no País, chegando a 20,9%, segundo esses dados do SUS, o número de mortes por causas externas sem determinação. Esses 20,9%, evidentemente que acabam impactando o dos homicídios. É um número muito alto, só perde para a Bahia, que sempre, historicamente, teve um percentual alto também.

O que eu queria entender é o seguinte: pode ser errado, pode não ser, mas essa questão do comando de território, esse episódio do tráfico, de sumir com quem eles matam, os corpos. E essas mortes... Por exemplo, teve um outro dado que nos foi representado, que é sobre a questão de mortos por policiais, onde o segundo lugar do País seria São Paulo, em torno de 300; Rio de Janeiro, em 2007, foi de 1.300; em 2008, cerca de 1.100.

Essa questão das milícias, por exemplo, quando elas se formaram, possivelmente deve ter ocorrido episódio de enfrentamento, ninguém deve ter saído... Isso é computado como morte por policial, quando punem... Eles maquiavam isso no sentido de parecer operações regulares, homicídio?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Execução. Forma... execução. Então aqui eu acho que é uma oportunidade de vocês poderem falar, porque todo o mundo que tem estado aqui tem falado sobre essa variação aqui da estatística com relação ao Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Agradecendo...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Secretário, só 30 segundos, só 30 segundos. Só uma observação aqui com relação ao Programa de Proteção à Testemunha. Nós fazemos uma observação: como meio de prova, a testemunha é



uma das mais contestáveis possível. Uma prova segura é uma prova técnica, pericial, é uma prova prática. Esse Programa de Proteção à Testemunha tem Causado mais problema no momento atual, a forma como ele é concebido, do que ajudado. A Casa em que o indivíduo é amparado no sistema de proteção a testemunhas... mas na verdade ele é mais delinquente do que testemunha. E assim agora ele é amparado por esse programa, e lá para aonde ele vai fica a serviço do crime. Então, é uma coisa que precisa de um estudo mais aprofundado a respeito, para fazer com que funcione. Selecionar essas testemunhas que procuram o programa, que forma tem esse programa...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - O Conselho faz isso. O delegado encaminha o documento e o Conselho e o Conselho se reúne e ver se essa testemunha tinha condições de ser amparada pelo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Eu pediria...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Hoje com esse fato da delação premiada tem-se amparado muito a testemunha, que na realidade não é testemunha em si. Então, é preciso se ter cuidado nesse programa, melhor aprofundar como ele se exercitar. Até porque a testemunha, é como eu disse antes: nas provas é a mais contestável possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado. Quero passar a palavra ao Secretário Comandante. O Comandante vai falar primeiro.

Eu só queria dar um esclarecimento de 30 segundos. Estamos tipificando o crime de milícia, que já se encontra na reta final, e deve seguir em breve para sanção do Presidente da República.

O Sr. Comandante tem a palavra, por favor.

O SR. MÁRIO SÉRGIO DUARTE - Sr. Deputado, eu até considero que as questões que foram colocadas e muito bem explanadas pelo Sr. Secretário de Segurança, pelos Delegados Dr. Alan e Dr. Oliveira, explicaram bem as questões relativas ao narcotráfico, às milícias, à unidade de polícia pacificadora. Mas eu acho que ainda posso colocar um pouco mais sobre isso e trazer, ou lançar alguma luz.

Na verdade até fui motivado pela pergunta do Deputado Domingos Dutra, quando ele perguntou sobre o que move a violência no Rio de Janeiro, o que historicamente tem movido a violência no Rio de Janeiro. Se o problema está no



crime comum, se o problema está no narcotráfico, nas milícias, está nas drogas, no consumo.

Eu vou fugir um pouco disso aqui e vou dizer que o problema talvez não esteja naquilo que é mais sensível, mas numa parte mais abstrata. Acho que por esses anos, pelo menos 20 anos, tem causado um clima de insegurança e violência no Rio de Janeiro, e que agora estamos conseguindo reverter. É o que chamo de ideologias de facção. E essa ideologia de facção, por mais abstrata que seja, é aquela que talvez seja a mais difícil de se destruir ou de se desconstruir.

Eu vou fazer uma digressão breve da minha carreira. Eu tenho quase 30 anos, completo 30 anos de polícia no ano que vem. E me recordo muito bem que no início da minha carreira eu era policial, ali pelos anos, 80, 83, 84, 85. Até 88 eu fui um tenente da Polícia Militar, tenente mesmo, policial militar mesmo, prendendo pessoas, usando revólver, usando uma baleira com meia dúzia de munições calibre 38 e um par de algemas. Mas, coincidentemente, com os ventos da democracia, com a Constituição de 1988, nós infelizmente recebemos algo terrível para o Rio de Janeiro, que já foi também muito bem explanado, que foi a chegada das armas de guerra. Elas chegaram no mesmo momento, ou até por consequência da vulgarização da cocaína. A cocaína chegou de forma pesada, conquistando mercado, conquistando mercado nas camadas sociais menos privilegiadas, e isso fez com que aquele traficante menor da favela, que vendia maconha e faturasse muito menos migrasse para o comércio da cocaína e, a partir daí, procurasse proteger seus mercados. Um mercado ilícito, um mercado ilegal não vai ser protegidos com leis, vai ser protegido com leis locais e leis das armas.

Com a chegada do fuzil, Srs. Deputados, chegou também uma vontade de guerra, uma ideia de território, um (*ininteligível*) de soldado para o traficante. Vem junto com ele uma identidade coletiva. O Sr. Secretário falou muito bem aqui, essa identidade que faz com que ele se conecte o seu grupo com o da favela do lado, não exatamente a sua, mas a outra. A outra é aquela que está dentro do presídio, aqueles que estão confinados. Perguntas sobre isso foram formuladas hoje: o que é isso, facções? O que é isso que domina? Essas pessoas têm uma concepção de uma identidade coletiva, sim, assentada em valores de ódio, de dominação, de guerra, de vontade de destruição do outro. Isso é que eu julgo tão ou muito mais...



Tão não, mais importante e mais perigoso do que a força das armas. É bem verdade que o vetor fuzil, se retirarmos do traficante seus fuzis, se conseguirmos interditar a chegada dos fuzis no Rio de Janeiro, Sr. Deputados, a situação no Rio de Janeiro vai ser outra. Só que os fuzis estão aqui, e junto com os fuzis vem o empoderamento do traficante, um empoderamento que chega à sua natureza sexual, vamos dizer assim, porque até os seus objetos de desejo, o fuzil permite àquele garoto do tráfico conseguir. É visibilidade social, é pertencimento de grupo são aqueles valores que estão presentes na natureza humana, aquelas qualidades e defeitos que estão presentes na natureza humana que as armas de guerra trazem, carregam para aqueles grupos.

O narcotráfico se fortaleceu nesse último 20 anos. Em 1988, ou mais do que 20 anos. Em 1988, não sei se os senhores se lembram de uma cena na favela da Rocinha, traficantes muito jovens que exibiram, pela primeira vez, fuzis em grandes quantidades: o Brasileirinho, o Naldo, o Cassiano, o Buzunga. O saudoso Senador Afonso Arinos disse que o Rio de Janeiro ia começar a sentir suas dores ali, a partir dali, do que estava sendo exibido na favela da Rocinha.

Naquela época, aquilo que nos amedrontou, meia dúzia de fuzis, hoje temos às centenas no Rio de Janeiro. Então, era lógico que em determinado momento, um dia teria que ter uma política que enfrentasse essas coisas, não uma política de confronto, pelo confronto, que as vezes a gente escuta. Não é essa ação, não é essa semântica; na verdade, é o enfrentamento dos problemas que a Polícia Civil, a Polícia Militar, têm-se permitido, sob o comando da Secretaria de Segurança, do Dr. Mariano Beltrame. Mas é claro que, para essas forças tão despóticas, outras forças acabaram surgindo, e as milícias, infelizmente... O Dr. Alan deu uma aula do que aconteceu aqui, hoje, no Rio de Janeiro, em relação às milícias, porque elas surgem como uma espécie de reação ao narcotráfico. O narcotráfico dominando essas áreas, atentando contra a vida dos policiais, e os policiais se organizaram. Mas tudo que começa errado, a tendência é que fique pior ainda. E aquilo que era para domínio dos territórios e proteção ao policial, logo aqueles homens descobriram que poderiam faturar, poderiam lucrar e poderiam dominar. E aí está a ideia de território presente. E se tornaram tão ou muito mais cruéis do que o narcotráfico.



Agora, nós temos dois problemas. Agora, eu vou dizer algo aqui, Sr. Deputado, que talvez seja até um pouco complicado, mas eu tenho que dizer tudo isso, como a grande ausência do Governo Federal: não houve completo para o Rio de Janeiro durante todos esses anos. E agora, com muito esforço, nós estamos fazendo isso, com alguma ajuda, mas praticamente sozinhos, como disse o Secretário.

Dominar essas áreas é dizer: *“nem tráfico nem milícia”*. Agora, é Estado. Porque o Estado esteve ausente durante muito tempo. No máximo, de uma forma invasiva, entrava, saía, entrava e saía. O Sr. Deputado perguntou se vamos permanecer, Deputado Rogerio Lisboa: nós vamos permanecer; a UPP é para permanecer mesmo; a UPP é para não sair nunca mais. E eu espero que venha Governo, entre Governo, tenhamos Governo e as UPPs permaneçam porque é o Estado definitivamente lá. É lógico que nós temos problemas.

A nossa corporação tem, a Polícia Militar tem, a Polícia Civil tem; nós trabalhamos com o sistema correcional, melhorando a formação dos homens, o treinamento cada vez mais intenso; mas encarar essa realidade dura do Rio de Janeiro e encarar... e aí eu respondo para o senhor: o pior é a ideologia de facção, porque é uma entidade abstrata; não temos como segurar. É preciso desconstruir essa entidade, Deputado, dizendo: nós somos mais fortes com as armas, mas nós somos mais fortes com educação, cultura, lazer, saúde. E nós temos entrado praticamente sozinhos. Primeiro, entram as armas e, depois, permanecem as armas, e aí continuam as armas. E o resto? Tem que chegar também. E tem que chegar o Estado, tem que chegar a União, tem que chegar o Governo Municipal.

Acho que talvez tenha um caráter de desabafo o que eu estou dizendo aqui, Deputado, mas eu não poderia deixar de dizê-lo, porque as 2 Polícias têm suado e têm sangrado nessas ruas para tentar solucionar o problema do Rio de Janeiro. Eu até digo para V.Exa. que são 2 quadros, talvez um pouco diferentes: existe o problema do asfalto, e aí estamos falando de tranquilidade pública ou de intranquilidade pública, e o nosso problema do asfalto não é muito diferente do problema do asfalto de São Paulo, de Minas e da Bahia, porque são crimes de rua. Mas aquilo que aconteceu na favela com característica de conflito armado de baixa intensidade nos últimos 20 anos, isso foi tratado como segurança pública normal,



comum. Agora, nós estamos tratando de um forma diferente, capitaneados pela Secretaria de Segurança com uma visão de que existe um aspecto de territorialidade na mente daquelas pessoas que estão se dedicando ao crime naqueles locais. E é preciso retirar isto deles, a territorialidade.

Hoje, como o Secretário, quase 50 já elencadas, 100 já com alguma definição, uma pré-definição para uma futura ocupação. Mas eu queria deixar essa minha contribuição de dizer que é preciso desconstruir tudo isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Comandante... Comandante, só uma curiosidade, só para... por que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - É uma hora em que estamos mobilizados com o tempo acima, além dos compromissos que outros aqui também têm...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É pertinente, é só porque não estou vendo aqui, nas metas, o combate à milícia nem ao tráfico como meta entre os 4 crimes selecionados pela Secretaria. Fiquei curioso em saber por que esses não estão entre os 4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Fica para resposta do Secretário ao final. Mas, por favor, Comandante, pode concluir.

O SR. MÁRIO SÉRGIO DUARTE - Então eu queria dizer desse nosso papel nesses últimos 20 anos, que, a partir de 2007, agora no novo Governo, está sendo enfrentado de uma forma diferente, tentando compreender que não se trata apenas de uma questão jurídica, mas de uma questão que tem que ser entendida pelas ciências sociais, que tem que ser entendida pela Filosofia, pela Psicologia, pela Psicanálise. Se não, não vamos entender o problema do Rio de Janeiro, e sim acreditar que é um problema tão-somente da ordem jurídica; crime não é crime.

É preciso desconstruir essa ideia que durante mais de 20 anos se firmou no Rio de Janeiro, fomentada pelas drogas, assegurada pelo poder das armas e disseminada dentro do território, pelo menos do Estado, e que tem que ser refreada. Eu ousou dizer que nós estamos conseguindo fazer isso, com esforço, com o nosso suor e com o nosso sangue. Perdoem-me, mas eu tinha que colocar isso e explicar ao Deputado aquilo que eu considero fundamental nessa motivação de crime no Estado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Nada a perdoar, Comandante, só a agradecer. Se a sua fala teve caráter emocional, entretanto, aduziu muito, contribuiu muito para este quadro todo e para o entendimento.

Passo a palavra para as considerações finais ao Sr. Secretário, Mariano Beltrame.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Bom, em primeiro lugar, eu quero deixar muito claro aqui, e com muita tranqüilidade, e deixar os senhores tranquilos com relação a isso, de que não há participação de milícia em qualquer Unidade Pacificada do Rio de Janeiro. Isso tem que ficar muito claro. Por quê? E acho que, nesta minha pequena explanação, talvez já responda a alguma coisa dessa série de perguntas. Porque nós estamos fazendo exatamente o caminho inverso. O entra e sai da Polícia vai continuar. Por que ele vai continuar? Porque hoje se trabalha com inteligência policial no sentido de identificar ilícitos. E, na medida em que identificamos ilícitos em determinados lugares, nós planejamos operações e vamos fazer as operações. Isso é uma coisa.

E hoje o Rio de Janeiro dispõe do maior centro de inteligência da América Latina, que está à disposição dos senhores.

Segundo, um crime como milícia, que não é tipificado — e por isso, Deputado, ele não está ali porque não está tipificado como crime... Eu não posso botar uma meta para um delegado, se não está tipificado como crime. Agora, a milícia é um compromisso meu, meu, combater. E combatemos aqui a milícia que tinha sob seu jugo 1 milhão e 200 mil pessoas. Prendemos Deputados, Vereadores, Prefeitos também prendemos. E digo-lhes, com muita tristeza, que esses fatos provaram uma coisa, Srs. Deputados: nós temos a criminalização da política e a politização do crime. Porque os políticos resolveram aceitar o apoio de criminosos, e os criminosos resolveram promover o apoio a políticos. Esta é uma realidade que eu, José Mariano, não vou admitir. E eu não posso agir com pressa porque eu tenho que compor esse crime, Deputado. Não é eu chegar ali e dizer: *“Esta xícara de café é crime, e o senhor está preso em flagrante”*.

Eu tenho que compor desobediência; eu tenho que compor formação de quadrilha; eu tenho que botar que ele está de folga, trabalhando, usando arma. Isso é uma composição que necessita inteligência policial. Eu sei da angústia da



Deputada, aqui. Ela é uma amiga nossa, é uma parceira nossa, ela interage com o nosso Subsecretário da Inteligência. E digo-lhe uma coisa: nós estamos trabalhando, e o senhor ainda vai se lembrar desse assunto quando o senhor assistir a determinadas coisas. Porque nós — e isso talvez venha muito contra nós — adotamos uma estratégia de não publicar e não divulgar as coisas, porque entendemos que a sociedade está cheia de promessa de pirotecnia, de palanque político, de palanque eleitoral. As pessoas querem atitude. Então eu prefiro mostrar. As UPPs vão demorar para fazer, Deputado? Vão. Quantos anos demorou para esculhambar? O Estado foi leniente? Foi, mas a sociedade foi tolerante.

Há 20 anos, no Bairro da Tijuca, era meia dúzia de pessoas ocupando o morro. Naquela época, eram coitados que estavam ali. Hoje são 100 mil pessoas, em 14 favelas. Hoje são coitados... hoje são considerados bandidos, e isso vem para o colo da segurança pública. A discussão de segurança pública aqui, no Rio de Janeiro, infelizmente, é em preto e branco. Acostumou-se, dentro desse discurso, a bater, bater, bater, bater, muitas vezes com questionamentos ideológicos e não se chegar a soluções. Agora, nós trabalhamos — e eu vou deixar com o Presidente — com o sistema de meta. Está aqui. Porque eu ouvi dizer que a Polícia não tem planejamento; isso é mentira. Temos aqui... gostaríamos até de ter tempo de explicar isso. Trabalha-se com metas, trabalha-se com remuneração para quem atinge essas metas.

Agora, essas metas têm que ser palpáveis. O trabalho da milícia começou e não tem época para parar. Não tem época para parar. Combate de máquina caça-níqueis é a mesma coisa. Isso é uma briga minha. Nós já estamos com quase 40 mil máquinas caça-níqueis apreendidas. Isso é o jogo do bicho. O jogo do bicho hoje é eletrônico. Tudo evolui. O jogo do bicho também evoluiu. Não quero dizer, com isso, que nós não temos anotadores por aí. E quando nós assumimos, existia um dispositivo legal que proibia se combater isso. Nós tomamos a iniciativa de ir à Procuradoria-Geral do Estado e pedir que entrassem na Justiça e debelassem essa medida. Então, por favor, não existe intervenção de milícia em área que nós chamamos de pacificada.

Eu queria deixar muito claro ao Deputado Paulo Pimenta que, dessa estatística do SUS, eu não vou absolutamente duvidar, mas é uma estatística do



Sistema Único de Saúde. Se existe nesse Código Internacional de Doenças modificação para maquiar algum dado, o senhor pode ter certeza de que esses dados não são praticados por policiais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Entende? Isso me foi perguntado, e eu disse: *“Olha, eu não conheço”*. Eu não sei como o SUS trabalha. O que eu sei, e que já existe há mais de 10 anos, são as estatísticas mensais do Instituto de Segurança Pública, que coleta as informações vindas das delegacias.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Seria importante até que pudesse ser remetido para nós, para que pudéssemos trabalhar com elas.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Deputado, isso aqui está no *site*.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, mas formalmente.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Ótimo.

Eu tenho que fazer essa defesa. Nós temos aqui homicídio doloso. Em 2006, nós tínhamos 39,8% por 100 mil habitantes. Nós estamos hoje, em 2009 — obviamente que não está fechado —, com 34,2%. É um dado muito ruim, mas é um aceno de que estamos melhorando, estamos progredindo. E tomara que isso venha cada vez mais a diminuir.

Esses são os dados tirados de delegacias, de registros policiais. Isso está à disposição de toda a sociedade.

O sistema de faróis e de metas, eu deixo aqui. Não sei se os senhores vão conseguir entender...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - ... esse sistema, o Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados, nesses 4 índices, quando ele está vermelho, ele está fora da meta. Em amarelo, ele está numa linha muito tênue. E em verde, ele está na meta. Isso é acompanhado diariamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quais são os 4 crimes que estão...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - São os 4 crimes que nós elencamos: homicídio, roubo a transeunte, latrocínio e roubo e furto de veículos.

Não sei aqui se eu poderia deixar mais alguma coisa para os senhores. Ah, a questão das unidades pacificadas, que eu falei que nós temos mais de 100. Nós



temos 100 listadas. Agora, quando elas vão acontecer? Eu sei que essa é a pergunta que todo mundo quer saber.

A nossa Academia de Polícia e os concursos públicos estão hoje ordenados. Nós temos em dezembro 300 policiais, e nós temos em março 1.300. Então, na velocidade em que as academias vão me formando policiais, eu vou fazendo as unidades pacificadas.

Para o senhor, na qualidade de Parlamentar, eu posso lhe mostrar em segredo. Por quê? Porque eu não vou divulgar isso para a comunidade e criar neles uma expectativa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Por favor, Rogério, utilize... porque tudo tem que ser gravado.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Eu não quero estender muito, porque eu já sei que o Presidente está precisando terminar, mas...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Em torno de 100 mil pessoas, somando tudo.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Hoje?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - É.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Quando chegar aos 100, vai atingir...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Aí é que está, Deputado. Eu hoje diria que nós não... De repente...

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Uns 40, 47.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Eu tenho certeza de que, no momento em que nós fizermos esse projeto, em algumas nós vamos ter uma resposta muito positiva, que talvez eu não precise chegar a 40 ou, quem sabe, a 30. Ocupando algumas áreas hoje que nós sabemos que está recrudescida, eu tenho certeza de que já vai ter efeitos muitos positivos. E essa necessidade vai se estendendo.

Agora, por que demora? Porque nós estamos agindo — desculpe a expressão — como Ofélia. Nós só vamos ocupar com a certeza...

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Secretário, uma outra coisa.



O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - ... de que nós vamos conseguir acabar com a territorialidade, criando um ambiente pacificado.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Inclusive, para isso, é que serve Polícia, né?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Claro.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - E a capacidade de formação, eu não sei se esse é o número que eu ouvi aqui durante a palestra de vocês, parece que é de 5 mil homens/ano. É isso?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - “Hum, hum”. Se nós quisermos atender 62 mil, nós temos que fazer 5 mil/ano. Nós estamos preparando a academia, num investimento de 15 milhões de reais, exatamente para chegar a esse lugar.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Para chegar a 5 mil homens/ano?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Exatamente. Esse é um quantitativo perseguido por nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Pois não, Secretário. O senhor está com a palavra. Fique à vontade.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Ah, bom. Eu gostaria ainda de deixar — acho que isso também nos ajudaria muito no âmbito policial, se os senhores pudessem levantar essa bandeira — a questão da destruição de armas apreendidas e a destruição de explosivos, porque muitas vezes o Ministério Público exige que aquela arma ou que aquele explosivo fique para, numa audiência, ele poder fazer uso. Nós temos hoje verdadeiros arsenais de explosivos e de armas, que policiais também têm que ser desviados da sua função precípua para ficar vigiando e comentando isso.

Eu não sei como, Deputado. Esse é um questionamento até para se fazer. Eu não se se cria um modelo, um molde de arma, e se dá fim a essa arma. Dar-se fim, eu não quero dizer somente a destruição ou a utilização de uma outra forma.

Mas hoje nós temos uma quantidade muito grande de explosivos, e isso nos preocupa. Nós temos uma quantidade grande de armas, e isso nos preocupa. Nós temos que esperar que essa arma seja periciada. Temos que esperar 5 anos para



isso. É um favor para o desarmamento que esta CPI também leve isso como uma sugestão. Não sei aqui se...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Secretário...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... patentes de policiais?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Oi?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Patentes de policiais?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Esses são patentes mais baixas: policiais civis, militares, bombeiros, agentes do DEGASE.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Secretário, só uma pergunta que não foi respondida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Por favor.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Na sua visão, o modelo penitenciário deve ficar dentro da Segurança Pública ou fora da Segurança Pública, como é...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Eu tenho uma visão muito particular. Eu acho que isso depende de cada Estado. Eu acho que nós temos Estados onde isso é possível.

Eu, particularmente, defendo a opinião do Chefe de Polícia. Eu acho que pode ficar fora. Mas nós temos lugares onde o sistema carcerário tem um volume menor ou mais bem adequado, mais bem equipado, e você pode fazer com que a Secretaria de Segurança também administre a questão penitenciária.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Só uma outra pergunta também que não foi respondida. De que maneira se compõe essa unidade policial pacificadora? Só policiais? Há outras forças...

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Sim. São só policiais. São só policiais. Funciona da seguinte maneira, rapidamente: nós temos um lugar considerado dominado pelo tráfico. Nós entramos nesse lugar com um grupo importante de policiais, com equipes maciças, e lá nos permanecemos. Ou os traficantes saem ou nós os prendemos. E lá se permanece 20 dias, 10 dias, 30 dias, 40 dias.

À medida que a leitura da Polícia Civil e da Polícia Militar é de que a situação está indo para uma tranquilidade, nós vamos entrando com o policiamento de proximidade. Essa é a segunda fase. Nós vamos entrando com policiais recém-



saídos da Academia, que estão preparados com uma dinâmica diferente — aulas de direitos humanos, um pouco de Sociologia, polícia de proximidade. E nós vamos entrando com essas pessoas e vamos retirando a tropa massificada, a ponto de nós chegarmos somente com policiais recém-formados. Com uma observação — veja a importância dessa verticalização dos governos — : a Prefeitura paga ao policial 500 reais para ele fazer parte desse projeto. E ele usa as bolsas do PRONASCI, que isso não é um privilégio do Rio de Janeiro, mas de todo policial do Brasil. Aqueles 93 cursos que o PRONASCI oferece para o policial fazer a longa distância, ele se matricula ali e ganha mais 400.

Então, é a solução do problema? Não é. Mas para um policial que sai da Academia ganhando 970, no outro dia ele está ganhando mais 900. Então, ele também tem um estímulo para ali permanecer.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - A Prefeitura do Rio?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - A Prefeitura do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - No interior não? Para todos os Municípios não tem isso?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Não. Eu não afasto a possibilidade de nós chegarmos lá, mas é como eu digo para vocês, nós temos que ter muita firmeza para expandir isso, porque isso não pode dar errado. O DPO deu errado, o GPAE deu errado, enfim, um monte de coisas deu errado. Isso não vai dar errado, porque isso está planejado. Não pode. É um caminho sem volta.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - (*Ininteligível*) a questão do índice é que eu queria saber. Vocês têm o índice da Corregedoria da Polícia e da Polícia Civil? O número de policiais militares e policiais civis envolvidos em processo de corrupção? Só isso que eu queria saber.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Ah, eu não tenho isso de cabeça, mas a gente tem. E outra coisa que eu ouvi quando entrei é que as Corregedorias não são autônomas. Isso não é verdade. Nós temos uma Corregedoria-Geral unificada, que não faz parte da Polícia Civil, que é coordenada, chefiada por um desembargador aposentado, e que deu uma dinâmica muito grande à Corregedoria. Eu não vejo isso como um ganho, mas entre quarta-feira passada e hoje eu assinei 5 demissões de policiais civis. Isso é um dado... É bom? Não. Não é bom, mas nós



temos que cortar a própria pele e mostrar a dinâmica desse processo, que esse processo se inverteu e caminha para se inverter totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Coronel Mário Sérgio, Comandante-Geral da PM; Delegado Alan Turnowski, Chefe da Polícia Civil; Dr. Roberto Sá, Subsecretário de Planejamento e Integração Operacional; Dr. Rivaldo Junior, Subsecretário de Inteligência; Dr. Paulo Augusto Souza Teixeira, Presidente do Instituto de Segurança Pública; e Secretário Mariano Beltrame, os senhores falaram para 8, talvez 9 Deputados. Só que tudo isso será registrado, será transcrito, será colocado à disposição da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados, dos Senadores, será publicado e ficará entregue a toda a opinião pública.

A contribuição que os senhores deram hoje aqui, paralisando a cúpula, que efetivamente tem muito trabalho no dia a dia, intenso trabalho sob pressão, sob estresse, com dificuldades, que sabemos que existem, eu quero dizer aos senhores que ela foi muito bem-vinda e foi decisiva para os nossos trabalhos.

Tenho certeza de que expressei a opinião de todos os que aqui estão presentes. Portanto, os senhores deram uma contribuição decisiva, com base na experiência, no tempo, na dedicação, enfim, sobretudo e por que não dizer também no sonho. Não se faz nada, não se transforma nada sem sonhos, sem sonhar, sem pensar que uma transformação é possível.

O senhores deram uma contribuição, sem sombra de dúvida, não apenas a esta CPI e ao Congresso, mas ao Rio de Janeiro e ao País. E nós somos muito agradecidos a todos os senhores.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Deputado, eu não sei se em tempo, eu gostaria de deixar mais uma recomendação, se possível, a ser discutida pelos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Por favor, pois não.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - A possibilidade de discutir-se isso para a compra de equipamentos e objetos, não vou dizer armas, equipamentos em geral, para as unidades de segurança pública, com a questão da licitação... Eu não tenho podido atender muita coisa, em função do processo licitatório — cabines blindadas, torres, outros... Eu sei que as pessoas podem pensar que é para arma. Não. Não é



para isso. Muita coisa entra em processo licitatório, os senhores sabem que a demanda da população é para agora, não é para daqui a 6 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Para ontem.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Então, sobre aspectos de segurança pública, na hora em que fosse feito esse pleito por parte dos secretários, obviamente que com o compromisso dos secretários de tornarem isso transparente, que pudesse ser também abordado. Eu quero agradecer em nome de toda essa equipe aqui e dizer aos senhores que realmente não é fácil. Eu uso uma expressão. Eu, embora todos esses problemas, eu sou muito otimista, porque ser pessimista é mais fácil, é se atirar para trás e dizer que nada resolve, que tudo isso não vai dar em nada. O otimista, 24 horas por dia, ele é compelido a buscar uma solução. É dentro desse prisma que nós estamos atuando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muitíssimo obrigado.

Convocamos nova audiência para amanhã, dia 9 de outubro, às 9h. Nós teremos um dia intenso de audiências públicas.

Agradecendo à equipe, ao Marcelo, a toda a equipe da Assembleia Legislativa e ao Presidente Picciani, declaro encerrada esta audiência pública.